



Número: **0800269-96.2019.8.18.0055**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de Itainópolis**

Última distribuição : **22/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MARCIELA DA SILVA (AUTOR)		THAYSON CARVALHO MAURIZ (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
8612349	04/03/2020 11:54	<a href="#">Decisão</a>	Decisão
7583019	11/12/2019 10:56	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
7298819	22/11/2019 11:01	<a href="#">Petição</a>	Petição
7299508	22/11/2019 11:01	<a href="#">petição inicial</a>	Petição
7299511	22/11/2019 11:01	<a href="#">procuração e declaração</a>	Procuração
7299493	22/11/2019 11:01	<a href="#">documentos pessoais</a>	Documentos
7299503	22/11/2019 11:01	<a href="#">comprovante de endereçoi</a>	Documentos
7299495	22/11/2019 11:01	<a href="#">atestado medico</a>	Documentos
7299498	22/11/2019 11:01	<a href="#">boletim de atendimento simplicio mendes</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
7299499	22/11/2019 11:01	<a href="#">boletim de cirurgia</a>	Documentos
7299501	22/11/2019 11:01	<a href="#">boletim de ocorrencia</a>	Documentos
7299509	22/11/2019 11:01	<a href="#">primeiro atendimento</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
7299506	22/11/2019 11:01	<a href="#">documento da moto</a>	Documentos
7299510	22/11/2019 11:01	<a href="#">prontuário Teresina</a>	Documentos
6823865	22/11/2019 11:01	<a href="#">DOCUMENTO COMPROBATÓRIO</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
6823874	22/11/2019 11:01	<a href="#">documentos comprobatórios</a>	Documentos
6823718	22/11/2019 11:01	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
6823742	22/11/2019 11:01	<a href="#">petição inicial</a>	Petição
6823844	22/11/2019 11:01	<a href="#">procuração e declaração</a>	Procuração

68237 31	22/11/2019 11:01	<a href="#">atestado medico</a>	Documentos
68237 34	22/11/2019 11:01	<a href="#">boletim de atendimento simplicio mendes</a>	Documentos
68237 35	22/11/2019 11:01	<a href="#">boletim de cirurgia</a>	Documentos
68237 37	22/11/2019 11:01	<a href="#">boletim de ocorrencia</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
68237 39	22/11/2019 11:01	<a href="#">comprovante de endereçoi</a>	Comprovante
68237 41	22/11/2019 11:01	<a href="#">documento da moto</a>	Documentos
68237 38	22/11/2019 11:01	<a href="#">primeiro atendimento</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
68238 48	22/11/2019 11:01	<a href="#">prontuário Teresina</a>	Documentos



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**VARA ÚNICA DA COMARCA DE ITAINÓPOLIS DA COMARCA DE**  
**ITAINÓPOLIS**

Rua Helvídio Nunes, 46, Centro, ITAINÓPOLIS - PI - CEP: 64565-000

**PROCESSO Nº:** 0800269-96.2019.8.18.0055

**CLASSE:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

**ASSUNTO(S):** [Seguro]

**AUTOR:** MARCIELA DA SILVA

**RÉU:** SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**DECISÃO**

Recebo a inicial, concedo os benefícios da justiça gratuita.

Deixo de designar audiência de conciliação, ante em processos semelhantes terem sido requerido pericias pela seguradora e não haver propostas iniciais de conciliação.

Assim, determino que seja citada a seguradora para querendo, apresentar contestação no prazo legal.

Cite-se. Cumpra-se.

**ITAINÓPOLIS-PI**, 4 de março de 2020.

**Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de Itainópolis**





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**GABINETE DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ITAINÓPOLIS DA COMARCA DE**  
**ITAINÓPOLIS**  
Rua Helvídio Nunes, 46, Centro, ITAINÓPOLIS - PI - CEP: 64565-000

---

**PROCESSO Nº:** 0800269-96.2019.8.18.0055

**CLASSE:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

**ASSUNTO(S):** [Seguro]

**AUTOR:** MARCIELA DA SILVA

**RÉU:** SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

### **Certidão de Triagem**

Certifico que, nesta data, realizei a triagem e constatei a regularidade da presente Ação, motivo pelo qual faço sua conclusão para despacho inicial.

ITAINÓPOLIS-PI, 11 de dezembro de 2019.

**FRANCISCO HIPOLITO GONZAGA**  
**Secretaria da Vara Única da Comarca de Itainópolis**





Petição em anexo



**THAYSON CARVALHO MAURIZ**  
**ADVOGADO**

**EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUIZA DE DIREITO DA VARA  
ÚNICA DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE ITAINOPOLIS - PI**

**MARCIELA DA SILVA**, brasileira, solteira, trabalhadora rural, portadora da cédula de Identidade nº 2.858.491 SSP PI, inscrita no CPF/MF sob o nº 042.886.013-39, residente e domiciliada na Lagoa da Forquilha, Zona Rural do Município de Isaias Coelho, no Estado do Piauí, CEP. 64.570-000, vem, respeitosamente, à presença de V. Exa., por seu advogado infra-assinado, mandato em anexo, com escritório profissional no endereço de rodapé, onde recebe intimações de estilo, através de procedimento sumário, para fins do art. 106, I, do Novo Código de Processo Civil, com fulcro na Lei 8.441/92 que deu nova redação à Lei Federal 6.194/74 e nos demais dispositivos legais que regem a matéria, vem, mui respeitosamente a V.Exa., propor a presente:

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**  
**(pelo rito sumário previsto no art. 275 do CPC)**

em desfavor de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, companhia de seguros participante do Consorcio de Seguradoras que operam o seguro de danos pessoais causados por veículos de via terrestre, situada na Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CNPJ 09.248.608/0001-04, CEP.: 20031-205; pelas razões que passa a expor:

**I – DA JUSTIÇA GRATUITA**

Inicialmente, por ser a Requerente por ser pessoa carente na acepção jurídica do termo, não tendo condições de arcar com o pagamento das custas processual e honorário advocatício, sem prejuízo de seu próprio fim, conforme declaração anexa e com fulcro no art. 4º da Lei 1.060/50, se requer a concessão de justiça gratuita.

Faz-se mister ressaltar Exa., que o Superior Tribunal de Justiça já firmou entendimento no sentido de que não sendo necessária à comprovação do estado de miserabilidade para a concessão da assistência judiciária gratuita é suficiente a **Declaração Pessoal de Pobreza** da parte, que inclusive pode ser feita pelo advogado do postulante, senão vejamos:

**RECURSO ESPECIAL – BENEFÍCIO DA  
ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA –  
IMPUGNAÇÃO DO PEDIDO PELA FAZENDA –  
COMPROVAÇÃO DO ESTADO DE  
MISERABILIDADE – DESNECESSIDADE –**

Rua Professor Madeira, 1760, Bloco A, Apt 101 – Horto Florestal – Teresina-PI (86) 99402-8585  
[thaysonmauriz@hotmail.com](mailto:thaysonmauriz@hotmail.com) Página 1 de 21



## THAYSON CARVALHO MAURIZ ADVOGADO

**DECLARAÇÃO DE POBREZA FEITA PELO ADVOGADO DA PARTE BENEFICIÁRIA – POSSIBILIDADE – PRECEDENTES.** O tema não merece maiores digressões, uma vez que já se encontra assentado neste pretório, no sentido de que não é necessária a comprovação do estado de miserabilidade da parte para a concessão do benefício da Assistência Judiciária Gratuita, sendo suficiente a declaração pessoal de pobreza da parte, a qual pode ser feita, inclusive, por seu advogado. Precedentes. **Recurso especial provido.** (STJ; RESP 611478/RN; Relator Min. Franciulli Netto; Segunda Turma; Publ: em 08.08.2005, p. 262.).

Em face do que foi anteriormente relatado, faz-se relevante respaldar o pedido nos diplomas legais, sendo os mesmos, a Constituição Federal, que em seu artigo 5º, inciso LXXIV, garante o acesso à justiça gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos, e também a Lei 1.060/50, que rege todo o instituto da assistência judiciária.

### **II - DO INTERESSE DE AGIR – Via administrativa inadequada – Irregularidades no pagamento leva ao ajuizamento para cobrança de diferenças**

Em momento algum a Lei que rege o Seguro Obrigatório exige que o procedimento a ser adotado pelo Beneficiário do Seguro Obrigatório se dê primeiramente pela via administrativa, mesmo porque, caso houvesse essa exigência, seria inconstitucional, ferindo o art. 5º, XXXV, da CF.

Esse é o entendimento jurisprudencial, conforme se vê abaixo:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. INDENIZAÇÃO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. INTERESSE PROCESSUAL. DESNECESSIDADE DE INGRESSAR COM PEDIDO ADMINISTRATIVO. 1. Restou evidenciado no caso em tela o interesse processual da parte autora, o qual decorre da necessidade de acesso ao Judiciário para obtenção da prestação jurisdicional que lhe assegure o pagamento da cobertura securitária. 2. A parte demandante não está condicionada a qualquer óbice de cunho administrativo para exercício de seu direito, bastando apenas que estejam preenchidas as condições da ação para ingressar em Juízo e, assim, receber a tutela jurisdicional. Portanto, a parte postulante não está obrigada a ingressar ou a esgotar a via administrativa para só então procurar amparo na via judicial. Dado provimento ao apelo. Sentença desconstituída. (Apelação Cível Nº 70032143505, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge



## THAYSON CARVALHO MAURIZ ADVOGADO

Luiz Lopes do Canto, Julgado em 30/09/2009).  
APELAÇÃO CÍVEL. DPVAT. INVALIDEZ  
PERMANENTE. PEDIDO ADMINISTRATIVO.  
DESNECESSIDADE. SENTENÇA DESCONTITUÍDA.  
A falta de requerimento administrativo não retira dos  
beneficiários o direito de postular a indenização  
diretamente na Justiça, sob pena de violação ao direito  
constitucional 5ºXXXVCF.

Contudo, para afastar quaisquer dúvidas quanto à inadequação da via administrativa no seguro DPVAT, a parte autora, expõe abaixo, os motivos pelos quais é OBRIGADA A INGRESSAR COM A PRESENTE AÇÃO:

Veja que o principal motivo é o fato de a seguradora ter fins lucrativos, o que por si só, torna tal procedimento inviável para as vítimas, uma vez que tal procedimento sequer garante o contraditório e a ampla defesa, não podendo assim, ser comparada ao INSS, porque o INSS não tem fins lucrativos e seus procedimentos administrativos foram criados por lei, garantindo ainda a ampla defesa e o contraditório. Ao contrário, a seguradora visa tão somente o LUCRO em detrimento das vítimas.

- Administrativamente a seguradora não paga a correção monetária cujo o termo inicial, deve ser a partir da data em que entrou em vigor a medida provisória nº 340/2006 que alterou o valor da indenização e fixou em R\$ 13.500,00, ou seja, dia 29/12/2006 (a partir daqui, esse valor ficou fixo e não houve correção).
- Nos processos administrativos realizados pela seguradora, quando realizada a perícia, o que se vê é um enorme caos, um mar de obscuridade, a começar pelos médicos escolhidos pela mesma, pois em geral não são especializados em perícia médica, e são obrigados a seguir um formulário que contém as quantificações definidas em 10%, 25%, 50%, 75% e 100%, ou seja, se a incapacidade de uma pessoa for de 90%, os profissionais tem que marcar 75%, e assim degressivamente, prejudicando as vítimas.
- Além dos sérios problemas com a imparcialidade das perícias da seguradora, a mesma, impõe óbices no pagamento administrativo mesmo que a menor, alegando causas banais ou já superadas pelo entendimento jurisprudencial, como por exemplo a exigência no pagamento do DUT.
- A Seguradora Líder diligencia e faz todos os esforços junto ao governo federal, câmara dos deputados e ao senado, para aprovarem medidas provisórias e leis, que só visam ao lucro para o convênio DPVAT e sempre em detrimento das vítimas.

Por esses motivos, TODOS os processos administrativos referentes a invalidez permanente e DAMS, são objetos de lide no judiciário, porque a seguradora nunca faz o pagamento correto, ou seja, a seguradora apenas usa o procedimento do pagamento administrativo para atrasar a vítima, e até desmotiva-la.

Diante de todos esses motivos, não há que se falar também em princípio da causalidade e sucumbência autoral, pois como visto, a seguradora historicamente sempre deu muitos motivos para o ajuizamento de ações de cobranças de seguros.

### III - DA SITUAÇÃO FÁTICA

Rua Professor Madeira, 1760, Bloco A, Apt 101 – Horto Florestal – Teresina-PI (86) 99402-8585  
[thaysonmauriz@hotmail.com](mailto:thaysonmauriz@hotmail.com) Página 3 de 21



## **THAYSON CARVALHO MAURIZ**

### **ADVOGADO**

No dia 11 de Fevereiro de 2018, por volta das 12 horas, a autora sofreu um grave acidente automobilístico, sofrendo lesões corporais onde, em atendimento médico fora constatado UMA SÉRIE DE LESÕES GRAVES, que resultou em **DEBILIDADE PERMANENTE**, conforme boletim de ocorrência e laudos, em anexos.

Sendo a autora, vítima de acidente automotor, atrai a aplicação da Lei 6.194/74 (Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre ou por sua carga, a pessoa transportada ou não); conforme art. 3, alínea “b” que dispõe:

“Art. 3º. Os danos pessoais coberto pelo seguro estabelecido no art. 2 compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que seguem, por pessoa vitimada:

(...)

**II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)– no caso de invalidez permanente;**

**III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.**

Há de ser ressaltado que foi requerido administrativamente a liberação da **INTEGRALIDADE** do valor da indenização do seguro DPVAT, por invalidez **PERMANENTE**, sendo que não foi pago nenhum valor.

E em relação as despesas medicas, todas elas foram custeadas pelo SUS.

No caso em tela, o laudo médico atesta que as **LESÕES** sofridas pela requerente, foram graves inclusive em razão do acidente teve passar diversos meses sem laborar, e para quem vive da roça como a autora, passar um dia sem trabalhar, significa passar necessidades.

Convém ressaltar Exa. que a requerente ficou além da deformação no pé esquerdo, a sequelas foi tamanha, que a mesma não consegue caminhar, sendo necessário o auxílio de muletas e/ou cadeira de roda para se locomover.

E de acordo com a tabela instituída pela Lei nº. 11945/2009, o percentual a ser pago é de 100% (cem por cento), equivale a R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) pelo pedido de invalidez permanente, bem como o valor de R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) pelas despesas medicas, caberia a autora receber esta quantia, tendo em vista não ter recebido esse valor, na verdade não percebendo valor nenhum.

Vale salientar que a Lei nº. 1945/2009 infringe o princípio da dignidade da pessoa humana, fundamento básico do estado de direito da República Federativa do Brasil, uma vez que o seguro DPVAT é instrumento de primeiro auxílio às vítimas de acidente de trânsito.



## THAYSON CARVALHO MAURIZ ADVOGADO

Exa. A requerente ainda realizou diversos procedimentos cirúrgicos, e por não ter dinheiro para realizar tais procedimentos, conseguiu com ajuda de amigos e/ou familiares devido à urgência e o risco de perder seu pé completamente.

Diante da vasta documentação juntada, vem requerer o valor integral a título de indenização pela invalidez permanente.

Neste sentindo Excelência, em decorrência do acidente sofrido, pela requerente, busca a tutela jurisdicional do Estado para fazer valer o seu Direito.

### **IV - DIREITO**

O art. 3º da lei nº. 6.194/74, estabelece que os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, conforme se vê abaixo:

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, fazendo jus a parte autora ao recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso)

### **V - PROVA DOCUMENTAL DEVIDAMENTE JUNTADA - DOCUMENTAÇÃO MÉDICA HOSPITALAR E BOLETIM DE OCORRÊNCIA - NEXO DE CAUSALIDADE DEVIDAMENTE DEMONSTRADO**

O fato foi devidamente comprovado pela parte autora, de acordo com o art. 5º da Lei 6.194/74, § 1, a), que diz que:

*“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente”...*



## THAYSON CARVALHO MAURIZ ADVOGADO

Mediante a entrega dos seguintes documentos:

*“registro da ocorrência no órgão policial competente”.*

Veja que a lei não diz se o Boletim de Ocorrência deve ser comunicado ou não, exige-se o Boletim de Ocorrência OU Certidão de Ocorrência. É ônus da Seguradora fazer prova de que as informações contidas no Boletim de Ocorrência, ou na Certidão de Ocorrência, não são verdadeiras, se assim por ventura alegar.

Além do Boletim de Ocorrência, outros documentos juntados pela parte autora, corroboram a veracidade das declarações expostas no BO. Portanto, o conjunto probatório, atesta o fato como verdadeiro.

Veja Excelência, que a parte autora cumpriu o determinado pelo Artigo 333, I do Código de Processo Civil, pois junta documentos comprovando suas alegações (BOLETIM DE OCORRÊNCIA, conforme art. 5º da Lei 6.194/74, § 1, a), além da documentação médica hospitalar), *portanto, meras alegações da seguradora alegando o contrário, não podem ser admitidas.*

É dever da Seguradora Requerida, cumprir com o determinado pelo art. 333, II do CPC, que diz que ao réu incumbe o ônus da prova, *quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.*

Não obstante, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso, entende, que a simples prova do acidente e da invalidez permanente, podem ser provados por outros meios de provas, não dependendo exclusivamente de Laudo Pericial ou Boletim de Ocorrência, conforme se vê no recurso de apelação nº 69727/2008, abaixo transcrição da ementa:

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL Nº 69727/2008 - CLASSE II - 21 - APELANTE:  
SUL AMÉRICA CIA. NACIONAL DE SEGUROS

APELADO: JOSÉ RONALDO DA SILVA

Número do Protocolo: 69727/2008

Data de Julgamento: 8-9-2008

EMENTA:

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA - DPVAT - PRELIMINAR DE DESERÇÃO - REJEITADA - ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO NEXO CAUSAL - AFASTADA - LAUDO DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL - DISPENSÁVEL - POSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO POR OUTROS ELEMENTOS DE PROVA - SINISTRO E INVALIDEZ DE CARÁTER PERMANENTE - COMPROVAÇÃO DO NEXO CAUSAL - SALÁRIO MÍNIMO - ALEGADA IMPOSSIBILIDADE DE VINCULAÇÃO - AFASTADA - PARÂMETRO PARA A FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO - POSSIBILIDADE - GRAU DE INVALIDEZ RESULTANTE DO ACIDENTE DE TRÂNSITO -





## THAYSON CARVALHO MAURIZ ADVOGADO

DESNECESSIDADE - RESOLUÇÕES DO CNSP -  
PRINCÍPIO DA HIERARQUIA DAS LEIS - RECURSO  
DESPROVIDO.

Nos termos do artigo 5º da Lei nº 6.194/74, “o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente”.

*Demonstrado o nexo causal existente entre o acidente automobilístico e a lesão de caráter permanente na vítima, impõe-se o dever de indenizar.*

O LAUDO PERICIAL DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL NÃO CONFIGURA DOCUMENTO ESSENCIAL E IMPRESCINDÍVEL À PROPOSITURA DA AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA, NOTADAMENTE PORQUE A INCAPACIDADE DECORRENTE DO SINISTRO PODE SER AFERIDA POR OUTROS MEIOS DE PROVA(...).

Portanto, cumpre a parte autora com o determinado por lei e embasado na jurisprudência, para fazer jus ao reconhecimento do direito a indenização, bem como ao recebimento da mesma, o que desde já requer.

Assim, resta claro que a requerente deve ser indenizada pelo seguro, como medida de direito, visto que esta devidamente comprovado o acidente.

Neste sentido, vejamos nossa Jurisprudência:

**APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA DPVAT INDENIZAÇÃO POR MORTE BOLETIM DE OCORRÊNCIA - IRRELEVÂNCIA JUNTADA DE DOCUMENTO HÁBIL A DEMONSTRAR A EXISTÊNCIA DE NEXO CAUSAL ENTRE O ACIDENTE E O DANO ALEGADA CARÊNCIA DE AÇÃO AFASTADA CORREÇÃO MONETÁRIA TERMO A QUO EDIÇÃO DA MP Nº 340 /2006 MERA RECOMPOSIÇÃO DA MOEDA EM RAZÃO DA DEPRECIÇÃO INFLACIONÁRIA RECURSO DESPROVIDO. (TJPR - 8771997 PR 877199-7 (Acórdão) TJPR).**

**EMENTA: SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT INDENIZAÇÃO POR MORTE CORREÇÃO MONETÁRIA QUE DEVE TER O SEU TERMO INICIAL DE INCIDENCIA A PARTIR DA DATA DO ÓBITO VERBA INDENIZATORIA QUE DEVE SER FIXADA COM BASE NO SALÁRIO MÍNIMO EM VIGOR NA DATA DO FALECIMENTO DA VÍTIMA RECURSOS IMPROVIDOS. (TJSP - Apelação APL 9196426172009826 SP 9196426-17.2009.8.26.0000).**





## THAYSON CARVALHO MAURIZ ADVOGADO

É entendimento já pacificado pela jurisprudência pátria que o pagamento do referido seguro deverá ser efetuado por qualquer seguradora privada integrante do consórcio instituído pela resolução 1/75 do CNSP. Vejamos o seguinte julgado:

**EMENTA: FACULDADE DE ESCOLHA DA SEGURADORA FINALIDADE DO VEICULO. IRRELEVANCIA.** *Qualquer seguradora responde pelo pagamento da indenização do seguro obrigatório, pouco importando a condição do veículo e a finalidade a que se destina, defeso torna-se a imposição de limites por Resolução. (Acórdão nº 2.115/01, proferido nos autos do Recurso nº 926/01, publicado do DJ-MA em 06/07/01).*

Outrossim, convém trazer a baila, demonstração da mais pacífica jurisprudência a respeito da pretensão em comento. Senão vejamos:

*Enunciado nº 26 TJMA – Não se aplicará a tabela anexa da Lei nº. 11945/2009 porque infringe o princípio da dignidade da pessoa humana, fundamento básico do estado de direito da República Federativa do Brasil. (Aprovado em reunião em 31/08/09).*

“(…) De logo convém registrar: para efeito de pagamento do seguro DPVAT, o valor do quantum indenizatório nas hipóteses de invalidez permanente pode assumir três possibilidades: 1. Para os sinistros ocorridos antes da Medida Provisória nº 340 (29/12/2006), convertida na Lei nº 11.482/2007 (31/05/2007), e portanto sob a égide da Lei nº 6.194/74, a indenização corresponderá a quarenta salários mínimos vigentes. 2. Já para os sinistros ocorridos após a legislação referida, a indenização se resumirá no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), adotando -se o estipulado no art. 8º da Lei nº 11.482/2007. 3. Por fim, na hipótese de o sinistro ser efetivado após o advento da Medida Provisória nº 451, de 18/12/2008, convertida na Lei Complementar nº. 11.945 de 24/06/2009 é que se adotará, para efeitos de indenização, os percentuais de gradação de invalidez por ela previstos. **No caso em tela, o acidente ensejador da demanda ocorreu em 10/07/2017. A regra em vigor àquela época é, portanto, a Lei nº 11.945/09 (grifo nosso).**

De acordo com a determinação introduzida pela citada Lei, nos casos desta natureza a cobertura do seguro DPVAT é devida no montante de até R\$ 13.500,00, sendo necessário quantificar o grau de invalidez para se obter o valor proporcional da indenização, nos termos artigo 31 da Lei nº. 11.945/09, bem como reembolsar nas despesas médicas o valor de R\$ 2.700,00.

Em conformidade com o entendimento dominante do Superior Tribunal de Justiça.

“(…)”

(Proc. 0032929-89.2010.8.17.0001. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO. GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO. 3º CÂMARA CÍVEL. Apelação Cível nº 230825-0 Apelante: Seguradora Líder dos Consórcios do



## THAYSON CARVALHO MAURIZ ADVOGADO

Seguro DPVAT S/A. Apelada: Magno Galdino do Nascimento Relator: Des. Eduardo Sertório DECISÃO TERMINATIVA. SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES APELAÇÃO CÍVEL 4550/96 - Reg. 3 204-1 Cod.96.001.04550 QUARTA CÂMARA - Unânime Juiz: PAULO GUSTAVO REBELLO HORTA - Julg: 27/06/96 DPVAT. FALTA DE CONTRATAÇÃO DO SEGURO. LEI N. 8441/92. INCONSTITUCIONALIDADE. INOCORRENCIA. A Lei n. 8441/92 não conflita com o art. 192 da Constituição da Republica nem contraria a essência do contrato de seguro, previsto no art. 1432 do Código Civil, nos casos em que o seguro não se acha realizado ou vencido, pois a constituição obrigatória do consorcio de seguradoras foi criado juntamente para cobrir a indenização por pessoas acidentadas independente do pagamento do premio. Inconstitucionalidade rejeitada. A indenização por morte em acidente de transito e de vida, mediante simples prova do acidente, ainda que não reconhecido o DPVAT. Cabe a seguradora acionada reaver do consorcio o que tiver satisfeito em face da aplicação do art. 7. Da Lei. Nº 8.441/92.

No que concerne ao posicionamento do **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, há de ser posto o seguinte:

**SÚMULA n. 229:** O pedido do pagamento de indenização à seguradora suspende o prazo de prescrição até que o segurado tenha ciência da decisão.

**SÚMULA n. 257:** A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização.

Assim sendo, não resta outra alternativa à autora, senão ingressar com a presente ação, afim de receber o valor correspondente ao complemento do seguro DPVAT, calculados com base no valor da data da efetiva liquidação.

Assim, comprovado com a documentação que na data do acidente, a lei vigente referenciava a invalidade de modo amplo, tal indenização é devida no seu valor máximo.

A Lei nº 11.482/07 determina o patamar de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), e levando - se em consideração o percentual **MÁXIMO** relativo à **PERDA/INUTILIZAÇÃO/DEBILIDADE** de partes do corpo da postulante conforme Laudo Médico anexo (doc. anexo), respeitados os termos da própria tabela inserida pela Lei 11.945/2009 resta a autora receber uma complementação a título de indenização de seguro DPVAT pela lesão que a mesma suporta em razão do sinistro.

**Neste sentido, o laudo acostado pela demandante aponta sem titubeios as debilidades permanentes em razão do acidente. Portanto, diante do exposto, a**



## THAYSON CARVALHO MAURIZ ADVOGADO

indenização a que faz jus é aquela em que prevê a Lei regulamentadora do Seguro DPVAT.

Com isso, torna-se notório seu direito de receber o valor correspondente à indenização por invalidez permanente em grau máximo, ou seja, R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Assim, de modo límpido nos deparamos com uma gritante violação do direito da parte Autora, como no caso em tela, tendo por consequência lógico-jurídica o ato ilícito, que de logo deve ser reparado.

Nunca é demais ratificar que a Lei n.6.194/74, determina o pagamento da indenização mediante a SIMPLES ocorrência do acidente e do dano por ele provocado, no entanto, as seguradoras, dentre as quais figura a demandada, procura inviabilizar o Seguro DPVAT, agindo em rota de colisão com o dispositivo legal já citado.

As provas colecionadas pela parte requerente, aponta, retratam a(s) debilidade(s) a que ficou restrita.

Convém ainda informar que a requerente ficou por quase dois meses internada em decorrência do acidente.

Destarte, segundo a determinação legal, será devido o pagamento da indenização mediante a mera ocorrência do sinistro e da extensão do DANO por ele provocado.

### **VI - DA PROVA PERICIAL – Da teoria da dinamização do ônus da prova**

O sistema processual brasileiro, ao definir que a cada parte cabe provar o que alegou, adotou a Teoria Clássica que possui uma concepção estática do ônus da prova.

Isto é, a distribuição do ônus, segundo o Código de Processo Civil, define-se abstrativamente, considerando-se apenas as hipóteses legais, sem sofrer qualquer influência ou interferência da situação posta em juízo.

Observa-se, portanto, que o CPC não conferiu mutabilidade ao ônus da prova de modo que as particularidades da causa pudessem, em determinadas hipóteses, alterar a regra comum de distribuição de ônus da prova.

Ao ignorar as particularidades da causa, demonstrou-se em desarmonia com o modelo constitucional do direito processual civil, pautado no direito fundamental de acesso à justiça, que exige uma leitura do processo, de seus procedimentos e de suas técnicas, consoante as particularidades de cada causa.

Por conta disso, tem-se destacado e ganhado espaço na doutrina nacional a **Teoria da Distribuição Dinâmica do Ônus da Prova**, que indica um modelo de distribuição pautado na dinâmica da própria relação jurídica processual em análise, podendo-se a ela se ajustar, com o fim de melhor atender às especificidades da causa em concreto.



## THAYSON CARVALHO MAURIZ ADVOGADO

Assim, seguindo a **Teoria da Distribuição Dinâmica do Ônus da Prova**, este ônus não decorre de uma simples definição em abstrato do legislador, ele deve ser desempenhado pela parte que, conforme as particularidades do caso em concreto possuem as melhores condições de provar os fatos.

Por meio dessa teoria, a análise a respeito de quem tem o ônus de produzir a prova fica a cargo do magistrado, enquanto gestor da prestação jurisdicional. Nas palavras de Humberto Theodoro:

*“Fala-se em distribuição dinâmica do ônus probatório, por meio da qual seria, no caso concreto, conforme a evolução do processo, atribuído pelo juiz o encargo de prova à parte que detivesse conhecimentos técnicos ou informações específicas sobre os fatos discutidos na causa, ou, simplesmente, tivesse maior facilidade na sua demonstração. É necessário, todavia, que os elementos já disponíveis no processo tornem verossímil a versão afirmada por um dos contendores e defina também a nova responsabilidade pela respectiva produção.” (Curso de Direito Processual Civil: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. 48. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008).*

Nesse sentido o julgado do E. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul:

“AGRAVO INTERNO. SEGUROS. AÇÃO DE COBRANÇA. DPVAT. ADIANTAMENTO. HONORÁRIOS DO PERITO. TEORIA DAS CARGAS PROCESSUAIS DINÂMICAS. REGRA PROCESSUAL QUE TRATA DO ENCARGO DE ANTECIPAR AS DESPESAS PARA PRODUÇÃO DE PROVA NECESSÁRIA A SOLUÇÃO DA CAUSA. HONORÁRIOS. VALOR. ADEQUAÇÃO. TERMO DE COOPERAÇÃO. INAPLICABILIDADE. PRINCÍPIOS DA BOA FÉ E DA SOLIDARIEDADE NA BUSCA DA VERDADE REAL. 1. Preambularmente, cumpre destacar que é aplicável ao caso dos autos a teoria das cargas processuais dinâmicas, uma vez que as partes não se encontram em igualdade de condições para a coleta probatória pretendida, *in casu* levantamento técnico, existindo óbice para a realização desta em face da hipossuficiência da parte demandante importar na delonga desnecessária da solução da causa, o que atenta aos princípios da economia e celeridade processo. 2. Note-se que a teoria da carga dinâmica da prova parte do pressuposto que o encargo probatório é regra de julgamento e, como tal, busca possibilitar ao magistrado produzir prova essencial ao convencimento deste para deslinde do litígio, cujo ônus deixado à parte hipossuficiente representaria produzir prova diabólica, isto é, de ordem negativa, ou cuja realização para aquela se tornasse de difícil consecução, quer por não ter as melhores condições técnicas, profissionais ou mesmo fáticas, sejam estas de ordem econômico-financeira ou mesmo jurídica para reconstituir os fatos. 3. Aplica-se a teoria da carga dinâmica probatória, com a inversão do ônus de suportar o



## THAYSON CARVALHO MAURIZ ADVOGADO

adiantamento das despesas com a produção de determinada prova, com base no princípio da razoabilidade, ou seja, é aceitável repassar o custo da coleta de determinada prova a parte que detém melhor condição de patrocinar esta, a fim de se apurar a verdade real e obter a almejada justiça. 4. Releva ponderar que a dinamização do ônus da prova será aplicada quando for afastada a incidência do artigo 333 do código de processo civil por inadequação, ou seja, quando for verificado que a parte que, em tese, está desincumbida ao *ônus probandi*, pois não possui as melhores condições para a realização de prova necessária ao deslinde do feito. 5. Assim, a posição privilegiada da parte para revelar a verdade e o dever de colaborar na consecução desta com a realização da prova pretendida deve ser evidente, consoante estabelecem os artigos 14, I, e 339, ambos do código de processo civil, pois se aplica esta regra de julgamento por exceção, a qual está presente no caso dos autos, pois a parte demandada conta com melhores condições jurídicas e econômicas de produzir tal prova, pois se trata de seguradora especializada neste tipo de seguro social. 6. No presente feito não merece guarida à pretensão da parte agravante, uma vez que o art. 333 do código de processo civil estabelece que os honorários do perito serão pagos antecipadamente pela parte que houver requerido o exame técnico, ou pelo autor, quando pleiteado por ambas as partes ou determinado de ofício pelo juiz, desde que aquela regra geral não importe em dificultar a realização da prova pretendida ou retardar a solução da causa, o que autoriza a inversão do encargo de adiantar o montante necessário a produção da prova pretendida. 7. Destaque-se que mesmo a perícia sendo determinada de ofício pelo magistrado é possível a inversão do encargo de adiantamento dos honorários de perito, desde que atendidas às condições atinentes a teoria da carga dinâmica da produção probatória. 8. Frise-se que a teoria da carga dinâmica da prova ou da distribuição dinâmica do ônus da prova é regra processual que visa definir, qual parte suportará os custos do adiantamento das despesas para realização de determinada prova necessária a solução do litígio no curso do feito, dentre as quais os honorários periciais. Logo, não há prejuízo a qualquer das partes com esta medida de ordem formal, pois a prova em questão irá servir a realização do direito e prestação de efetiva jurisdição, com a apuração de verdadeira reconstituição dos fatos discutidos, o que interessa a todos para alcançar a pacificação social. 9. Cumpre ressaltar, também, que antes da realização da perícia os honorários são fixados provisoriamente, a fim de ser dado início a avaliação técnica pretendida, contudo, por ocasião da decisão final, o magistrado pode estabelecer em definitivo aquela verba de



## THAYSON CARVALHO MAURIZ ADVOGADO

sucumbência em patamar superior ao inicialmente feito, de acordo com o princípio da proporcionalidade e grau de complexidade do exame levado a efeito, atribuindo o pagamento daquela à parte sucumbente na causa. 10. Assim, devem ser mantidos os honorários definitivos fixados em dois salários mínimos, caso sucumbente a demandada. 11. No entanto, como a perícia foi postulada por ambas as partes, os honorários de adiantamento caso devessem ser alcançados pelo estado, de acordo com os limites impostos no ato nº 051/2009-p, isto se o ente público não possa prestar esta diretamente mediante corpo técnico habilitado para tanto, o que não incide no caso dos autos devido à aplicação da teoria das cargas processuais dinâmicas. 12. Descabe a aplicação do termo de cooperação nº 103/2012 firmado entre este egrégio tribunal de justiça e a seguradora líder dos consórcios do seguro DPVAT, tendo em vista que o referido termo diz respeito ao projeto conciliação. 13. É oportuno ressaltar que o termo "cooperação" pressupõe consenso e aceitação por ambas as partes, propiciando o poder judiciário esta aproximação, mas não importa em medida coercitiva e obrigatória a ser aplicada a questão de ordem privada, quando não há esta composição prévia. Ao contrário, no caso dos autos a matéria é controvertida e litigiosa, pendente de decisão judicial, logo, não se aplica aquela parametrização sugerida para os honorários periciais, devendo estes atender aos parâmetros usualmente fixados pela Lei Processual Civil, princípios jurídicos e critérios fixados jurisprudencialmente. 14. Os argumentos trazidos no recurso não se mostram razoáveis para reformar a decisão monocrática. Negado provimento ao agravo interno. (TJRS; AG 521201-30.2013.8.21.7000; Porto Alegre; Quinta Câmara Cível; Rel. Des. Jorge Luiz Lopes do Canto; Julg. 25/03/2014; DJERS 28/03/2014).

Seguindo a influência da doutrina favorável à dinâmica da distribuição do ônus da prova, bem como a jurisprudência, o Projeto de Lei nº 8.046/2010, que trata do novo Código de Processo Civil Brasileiro, trouxe essa já pacificada possibilidade de dinamização do ônus da prova.

Com base na premissa apresentada, com o fim de chegar-se a uma justiça processual e, pautada na orientação doutrinária acima delineada, requer, desde já, Requerer a aplicação da teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova, com a inversão do ônus de suportar o adiantamento das despesas com a produção da prova pericial, tomando por base, o princípio da razoabilidade, pois a seguradora Requerida detém melhores condições de patrocinar esta, a fim de se apurar a verdade real e obter a alcançando assim, a almejada justiça.

### **VII - DOS JUROS LEGAIS E DA CORREÇÃO MONETÁRIA**





## THAYSON CARVALHO MAURIZ ADVOGADO

Os documentos apresentados fazem provas suficientes da incapacidade sofrida pela Requerente, devendo ser reconhecido o direito a indenização, com juros a partir da citação, e correção monetária a partir da entrada em vigor da Medida Provisória nº 340, ou seja, a partir do dia 29/12/2006, data que os valores foram congelados e a partir daí, nunca mais teve reajustes.

Excelência, como já é sabido, a Medida Provisória nº 340/2006, alterou o valor para pagamento das indenizações no seguro obrigatório DPVAT, de 40 (quarenta) salários-mínimos, para até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Pois bem, essa medida provisória que depois foi convertida para Lei 11.482/2007, FIXOU os valores, e desde então, esses valores jamais foram corrigidos, ou reajustados, sofrendo a INEVITÁVEL e progressiva deterioração pela inflação.

Ressalta-se que, considerando que a inflação medida pelo IPCA acumulada do mês posterior à aprovação da mudança (dezembro de 2006) até julho de 2012, chegou a 31,4%, a perda de valor do sinistro do DPVAT já atingiu quase 1/3 (um terço).

Nota-se ainda que os valores arrecadados pelo DPVAT, conforme informações do sítio da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, são expressivos e têm se incrementado continuamente **(TODO ANO É REAJUSTADO, E O PAGAMENTO PELO CONTRIBUINTE É OBRIGATÓRIO)**.

De uma arrecadação total de R\$ 1,9 bilhão em 2005, o DPVAT arrecadou R\$ 6,7 bilhões em 2011. As indenizações neste período também cresceram, mas em proporções bem inferiores.

Enquanto as indenizações representavam 36,2% do total arrecadado com o DPVAT em 2005, esta proporção atingiu 34,1% em 2011, pouco mais de dois pontos a menos.

**A correção monetária a partir da entrada em vigor da Medida Provisória nº 340, ou seja, a partir do dia 29/12/2006**, data que os valores foram congelados e a partir daí, nunca mais teve reajustes, é medida que se faz urgente, para evitar o enriquecimento sem causa das sociedades seguradoras, em detrimento do contribuinte.

Acompanhando todas as manobras das seguradoras, até conseguirem a edição da medida provisória em comento, ficou claro, que a norma não trouxe nenhuma forma de reajuste de propósito. Tudo fazia parte de um grande plano das seguradoras para diminuir o valor que seria repassado às vítimas de acidente, de forma progressiva.

Inclusive contando com os efeitos corrosivos decorrentes da falta de um fator ou índice de correção.

Mas esse é outro assunto. Especificamente falando da correção monetária, esta visa manter o poder aquisitivo da moeda vigente no país, meio circulante de curso forçado com efeito liberatório das obrigações avençadas, cujo valor efetivo visa estabilizá-la como meio de troca econômica.



## THAYSON CARVALHO MAURIZ ADVOGADO

Sobre o assunto, são os ensinamentos do ilustre jurista José de Aguiar Dias (DIAS, José de Aguiar, Da Responsabilidade Civil, XIª ed., revis., atual e amp., de acordo com o código Civil de 2002 por Rui Berford Dias SP, RJ, PE: Renovar, 2006, p. 988), ao asseverar que:

*“A fórmula de atualização mais indicada, portanto, é a correção monetária, que é uma compensação à desvalorização da moeda. Constitui elemento integrante da condenação, desde que, no intervalo entre a data em que ocorre o débito e aquela em que é satisfeito, tenha ocorrido desvalorização. Se o devedor tem que pagar 100 reais e os 100 reais que ele ficou a dever não são mais, 100 reais, mas 100 reais menos a desvalorização sofrida pela moeda, é evidente que só se exonerará do débito e o credor só receberá o que lhe é devida, se o valor real, desconstruído do valor nominal, for reintegrado, mediante o acréscimo da diferença verificada”.*

Ainda, é oportuno trazer à baila as lições de Arnaldo Wald (WALD, Arnaldo. Correção monetária de condenação judicial em ação de responsabilidade civil. Revista de Processo, São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 104, n. 26, p. 133-149, out.- dez/2001) quanto à atualização monetária, transcritas a seguir:

*“Cabe agora verificar de que forma se deverá calcular a correção monetária da indenização, de forma a assegurar que o valor real do dano seja o mais rigorosamente preservado. Trata-se de um imperativo de ordem ética e jurídica, de forma a se obter a integral reparação do dano sem privilegiar ou punir qualquer das partes envolvidas.*

*Como já dissemos acima, a correção monetária da condenação não pode servir de benefício ao devedor, mas tampouco pode constituir em prêmio ao credor. Ela deve ser aplicada de forma a preservar e manter a essência da indenização, ajustando os números à realidade inflacionária e, consequentemente, mantendo o poder aquisitivo do dinheiro desvalorizado.*

*(...)*

*Sendo assim, sempre que houver depreciação monetária entre o momento da fixação do montante pecuniário da indenização e o instante do pagamento, a expressão nominal do dinheiro deve ser reajustada para que continue a traduzir o valor intrínseco do dano a reparar”.*

Como a correção monetária tem por finalidade recompor o poder aquisitivo da moeda corroída pela inflação, nada mais justo, portanto, que o início da sua incidência se dê desde a data da entrada em vigor da Medida Provisória que alterou e CONGELOU os valores em até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Portanto, com todas as vênias, aos que entendem que a correção monetária no seguro DPVAT, deve incidir a partir da data do sinistro ou do protocolo/distribuição da ação, pode-se afirmar com certeza que esse entendimento é absolutamente equivocado, especificamente quando se trata de sinistro ocorrido a partir da entrada em vigor da medida provisória nº 340/2006. Isso porque, como visto, essa medida provisória, congelou os valores LÁ EM 2006.

Para exemplificar, se uma pessoa sofrer um acidente de trânsito no ano de 2020, e deste acidente resultar incapacidade total de um dos membros inferiores, o valor a ser pago a essa vítima pelas seguradoras, será o valor equivalente a perda do membro (de acordo com a tabela), em valores nominais fixados no ano de 2006. Se o magistrado determinar que esse valor seja corrigido desde a data do acidente ou da distribuição da ação, o prejuízo será de enormes proporções, pois serão 14 anos de deterioração da moeda.





## THAYSON CARVALHO MAURIZ ADVOGADO

Alguns Tribunais Pátrios já perceberam essa defasagem e já estão determinando a correção desde a data da publicação da medida provisória, senão vejamos:

EMENTA: AGRADO REGIMENTAL EM APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO DPVAT. APLICAÇÃO DA TABELA INTRODUZIDA PELA MP Nº 451/08. IMPOSSIBILIDADE. SINISTRO OCORRIDO ANTES DA SUA VIGÊNCIA. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. DATA DA PUBLICAÇÃO DA MP Nº 340. RECOMPOSIÇÃO DA MOEDA. AGRADO IMPROVIDO. 1. A Medida Provisória 451/08, que estabelece uma gradação do valor da indenização a depender da intensidade da deficiência sofrida, não se aplica ao presente caso, eis que posterior à ocorrência do sinistro. 2. Aplica-se a correção monetária a partir da publicação da MP nº 340, eis que desde essa data o valor da indenização não se alterou, mas o valor dos prêmios continuou sendo atualizado, propiciando, assim, a recomposição do valor da moeda. 3. Agravo regimental conhecido, mas improvido. (TJDF, 2ª T. Cível, ac. 487.348, Des. J. J. Costa Carvalho, julgado em 2011). APELAÇÃO CÍVEL. DPVAT. ACIDENTE OCORRIDO EM 25/04/07. VALOR DA INDENIZAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. 1. É APLICÁVEL A LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA DO DPVAT DA ÉPOCA DO ACIDENTE, QUE ESTABELECE A INDENIZAÇÃO NO VALOR DE R\$13.500,00 PARA A HIPÓTESE DE INCAPACIDADE PERMANENTE, TOTAL OU PARCIAL. 2. A CORREÇÃO MONETÁRIA INCIDE A PARTIR DA VIGÊNCIA DA MP 340/06, SOB PENA DE INACEITÁVEL INJUSTIÇA CONSISTENTE EM VALOR CORROÍDO PELA INFLAÇÃO E AGRAVADA PELOS FREQUENTES REAJUSTES DO PRÊMIO. (TJ-DF - APC: 20080710006606 DF 0000541-65.2008.8.07.0007, Relator: CRUZ MACEDO, Data de Julgamento: 12/09/2012, 4ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE: 12/07/2013. Pág.: 154). “(...) ‘Comprovada a debilidade permanente da função locomotora do membro inferior, ainda que em pequeno grau, nos termos da lei nº 6.194/74, a vítima faz jus ao recebimento da indenização.’ (APC 2007.01.1.032.743-9) 2. ‘Com base no princípio tempus regit actum, ocorrido o acidente em 01/02/2007, impõe-se a indenização no montante de R\$ 13.500,00 (art. 3º, da Lei 6194/74, com a redação dada pela Lei 11482/07), devidamente corrigido monetariamente, tomando, como início da fixação desse valor, a data da entrada em vigor da Medida Provisória nº 340, isto é, 29/12/2006.’ (APC 2007.10.1.004308-6) (...) (20070810070448APC, Relator ROMEU GONZAGA NEIVA, 5ª Turma Cível, julgado em 18/03/2009, DJ 06/04/2009 p. 101)” “(...) Inadequada a interpretação, ainda que positivada em resolução do CNSP, quando há lei ordinária, portanto



## THAYSON CARVALHO MAURIZ ADVOGADO

*hierarquicamente superior, que não fez qualquer distinção quanto à gradação do valor da indenização de acordo com o 'grau' da debilidade permanente sofrida pela vítima. 4. Com base no princípio tempus regit actum, ocorrido o acidente em 01/02/2007, impõe-se a indenização no montante de R\$ 13.500,00 (art. 3º, da Lei 6194/74, com a redação dada pela Lei 11482/07), devidamente corrigido monetariamente, tomando, como início da fixação desse valor, a data da entrada em vigor da Medida Provisória nº 340, isto é, 29/12/2006. (...).(20071010043086APC, Relator J. J. COSTA CARVALHO, 2ª Turma Cível, julgado em 19/11/2008, DJ 14/01/2009 p. 100) "APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS INDISPENSÁVEIS À PROPOSITURA DA AÇÃO. NÃO CONFIGURAÇÃO. NEXO CAUSAL COMPROVADO POR OUTROS DOCUMENTOS. POSSIBILIDADE. A comprovação do nexo causal do acidente e das lesões pode ser feita por meio de outros documentos, quando ausente o registro de ocorrência perante a autoridade policial. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. DATA DA EDIÇÃO DA MP 340/2006 (29/12/2006). A indenização devida pelo seguro DPVAT, em caso de acidente ocorrido após as alterações perpetradas pela Medida Provisória 340/2006, deve ser corrigida monetariamente a partir da data de sua edição (29/12/2006), por se tratar de medida que visa à reposição inflacionária no período. RECURSO NÃO PROVIDO, COM ALTERAÇÃO, DE OFÍCIO, DA CORREÇÃO MONETÁRIA" (TJPR - 9ª C. Cível - AC - 1259547-4 - Paranavaí - Rel.: Vilma Régia Ramos de Rezende - Unânime - - J. 06.11.2014).*

Sobre o tema, o Desembargador JOSÉ ANICETO, do Tribunal de Justiça do Paraná, fez as seguintes considerações em voto de processo em que foi relator:

“Aliás, permitir que a seguradora pague em 2015 o mesmo valor fixado em 2006 é admitir um enriquecimento ilícito absurdo”.

Veja-se que a aplicação da correção monetária a partir da edição da Medida Provisória nº 340/2006, reflete a mera recomposição do poder aquisitivo do valor devido com base na referida MP. Ademais, o magistrado pode, mesmo não tendo havido pedido expresso, alterar a condenação no pagamento da correção monetária porque esta se caracteriza como acessório e consectário lógico da condenação principal, incidindo independentemente da vontade da parte.

“Portanto, é devido o pagamento da correção monetária sobre o valor da indenização, da data da entrada em vigor da MP 340/2006, ou seja, 29/12/2006, conforme determinou a sentença”.

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina, tem um entendimento diferente à respeito, porém, com o mesmo raciocínio, evitar a depreciação dos valores instituídos pela medida



## THAYSON CARVALHO MAURIZ ADVOGADO

provisória que foi convertida na Lei 11.482/2007, determinando a correção desde a publicação da Lei, ou seja, desde 31/05/2007, nesses termos:

“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. PAGAMENTO DE SEGURO DPVAT. INCIDÊNCIA DE CORREÇÃO MONETÁRIA. PERCENTUAL A SER APLICADO SOBRE VALOR FIXADO NA LEI 11.482/2007. CIFRA QUE REPRESENTA DETERMINADO POTENCIAL AQUISITIVO. CORREÇÃO MONETÁRIA QUE DEVE INCIDIR DESDE A DATA DE PUBLICAÇÃO DA LEI 11.482/2007, A FIM DE QUE SE PRESERVE O PODER AQUISITIVO CONFERIDO PELO LEGISLADOR À INDENIZAÇÃO RELATIVA AO SEGURO DPVAT. RECURSO PROVIDO. A representação numérica que se dá um valor é tão somente o índice do poder aquisitivo que tal valor representa. Logo, quando o Legislador estabeleceu, na Lei n. 11.482, publicada em 31-5-2007, que a indenização relativa ao seguro DPVAT deveria ser calculada com base no valor máximo de R\$ 13.500,00, o legislador conferiu aos respectivos segurados o direito de receber determinado percentual do equivalente ao poder aquisitivo que R\$ 13.500,00 representavam em 31-5-2007. Por conseguinte, os mesmos R\$ 13.500,00, nas datas em que ocorreram os acidentes de trânsito com os autores apelantes, não representavam mais o potencial aquisitivo que o Legislador destinou à indenização relativa ao seguro DPVAT, já que, para tanto, os R\$ 13.500,00 careceriam ser corrigidos monetariamente, segundo o INPC/IBGE”. (TJ-SC - AC: 20130517842 SC 2013.051784-2 (Acórdão), Relator: Carlos Prudêncio, Data de Julgamento: 02/09/2013, Primeira Câmara de Direito Civil Julgado).

Veja nobre julgadora, que a progressiva deterioração dos valores pagos a título de indenização no seguro DPVAT, é motivo de preocupação, não podendo o judiciário fechar seus olhos para esse particular.

Portanto, requer seja reconhecido o direito a indenização, e determinado que a seguradora pague tal indenização referente ao **SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT com JUROS LEGAIS de 1,0% (um por cento) ao mês, A PARTIR DA CITAÇÃO INICIAL, e CORREÇÃO MONETÁRIA com o índice INPC, a partir da data em que entrou em vigor a medida provisória nº 340/2006 que alterou o valor da indenização e fixou em até R\$ 13.500,00, ou seja, dia 29/12/2006 (a partir daqui, esse valor ficou fixo e não houve reajuste ou correção);**

### **VIII - DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS**

O advogado - em consonância com o art. 133 da Constituição Federal, bem como, com o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil - é indispensável à



## THAYSON CARVALHO MAURIZ ADVOGADO

administração da justiça, sendo a postulação a qualquer órgão do Poder Judiciário e aos Juizados Especiais sua atividade privativa, tendo direito assegurado aos honorários convencionados, fixados por arbitramento e os de sucumbência.

O Art. 22 da Lei 8906/94 assim preleciona:

*“Art. 22 - A prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários convencionais, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência.”*

*Neste diapasão, os honorários de sucumbência são devidos a título de gratificação, pelo motivo da boa atuação do advogado na defesa dos interesses da parte vencedora. Quanto mais o empenho dele tiver nexo com o resultado do processo, há de se convir que maior seja a verba honorária.*

Pois bem, percebe-se que o zelo profissional dos patronos desta demanda é satisfatório, uma vez que tentam por todos os meios legais - munidos de direito para respaldar o pleito - a procedência da presente ação de indenização, no fito de aliviar a dor da parte autora, de acordo com a função social do advogado e respeito à ética profissional.

O art. 20 do CPC, assim verbis:

*Art. 20 - A sentença condenará o vencido a pagar ao vencedor as despesas que antecipou e os honorários advocatícios (...)*

§ 1º - O juiz, ao decidir qualquer incidente ou recurso, condenará nas despesas o vencido. (Alterado pela L-005.925-1973)

(...)

§ 3º - Os honorários serão fixados entre o mínimo de 10% (dez por cento) e o máximo de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, atendidos: (Alterado pela L-005.925-1973)

§ 4º - “Nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante apreciação equitativa do juiz, atendidas as normas das alíneas a, b e c do parágrafo anterior.” (g. N.).

### **IX - O GRAU DE ZELO DO PROFISSIONAL**

Por ter laborado em nome da dignidade da pessoa humana, por rebater a avareza da Seguradora Requerida, de todas as formas em direito admitidas, com muito zelo, modestamente requer-se que a Requerida seja condenada no pagamento de honorários advocatícios.

Contudo, requer seja condenada a seguradora, de acordo com o art. 20, § 3º, ou seja, entre 10% a 20%, caso o direito a indenização da parte autora ultrapasse a metade do máximo permitido em lei, ou seja, o máximo permitido em lei é de R\$ 13.500,00 pelo pedido de invalidez permanente, aplicando assim, o parágrafo 3º do art. 20, que assim prevê:

§ 3º - Os honorários serão fixados entre o mínimo de 10% (dez por cento) e o máximo de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, atendidos: (Alterado pela L-005.925-1973).



## THAYSON CARVALHO MAURIZ ADVOGADO

Porém, caso o valor a ser indenizada à parte autora, não ultrapasse a metade do valor máximo permitido em lei, o que torna pequeno o valor, requer a aplicação do parágrafo 4º do art. 20, que assim prescreve:

*§ 4º – “Nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante apreciação equitativa do juiz, atendidas as normas das alíneas a, b e c do parágrafo anterior.” (g. N.)*

Esse dispositivo existe no Código de Processo civil, para evitar que honorários os honorários sejam irrisórios, aviltantes, e até desrespeitoso. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica quanto à aplicação do artigo 20, § 4º, do CPC aos casos como o dos autos, senão vejamos:

**“Pequeno que seja o valor da causa, os tribunais não podem aviltar os honorários de advogado, que devem corresponder à justa remuneração por trabalho profissional; nada importa que o vulto da demanda não justifique a despesa” (STJ, AI n. 325.270-SP, rel. Min Nancy Andrighi, j. Em 20-3-2001).**

“O arbitramento dos honorários advocatícios em patamar irrisório é aviltante e atenta contra o exercício profissional.” (AgRg no Ag 954.995/SP, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/03/2008, DJe 23/04/2008 – grifou-se.)

Diante do exposto, requer seja a Requerida condenada a pagar os honorários advocatícios, no patamar de 20% (vinte por cento) caso o direito a indenização da parte autora ultrapasse a metade do máximo indenizável, ou que seja arbitrado um valor equitativamente de acordo com o § 4º do art. 20 do CPC, caso o valor da condenação seja baixo.

### **X - DOS PEDIDOS:**

Diante de todo o exposto, pede e requer se digne V.Exa. o seguinte:

- a) Que seja designada **AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO ou MEDIAÇÃO**, conforme previsto no art. 334 do NCPC;
- b) O deferimento do benefício da **Assistência Judiciária Gratuita**, por ser pobre na forma da lei, tendo em vista que a Autora não tem como suportar as custas judiciais sem o prejuízo de seu sustento e de sua família, na forma do art. 4º da Lei nº 1060/1950, com redação introduzida pela Lei 7510/86;
- c) **A CITAÇÃO DA RÉ SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, por Carta com Aviso de Recebimento, no endereço declinado no preâmbulo, para contestar a presente ação, sob pena de revelia quanto aos fatos alegados, devendo acompanhar o processo até a sentença final;



**THAYSON CARVALHO MAURIZ**  
**ADVOGADO**

- d) **JULGAR PROCEDENTE** a presente demanda em todos os seus termos, com a condenação da Requerida ao pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT, relativo ao VALOR INTEGRAL da indenização, no valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) referente à INVALIDEZ PERMANENTE e CORREÇÃO MONETÁRIA** com o índice INPC, a partir da data em que entrou em vigor a medida provisória nº 340/2006 que alterou o valor da indenização e fixou em até R\$ 13.500,00, ou seja, dia 29/12/2006 (a partir daqui, esse valor ficou fixo e não houve reajuste ou correção), e **JUROS LEGAIS** de 1% a.m a partir da citação válida;
- e) A condenação da Requerida no pagamento das custas e demais despesas processuais;
- f) Quanto aos **HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS**, requer seja condenada a seguradora, de acordo com o art. 20, § 3º, ou seja, no importe de 20%, caso o direito a indenização da parte autora ultrapasse a metade do máximo indenizável, ou seja, o máximo indenizável é de R\$ 13.500,00 para invalidez permanente, se o valor da condenação for maior que isso, pugna pela aplicação do parágrafo 3º do art. 20 do CPC na condenação dos honorários. Porém, caso o valor a ser indenizada à parte autora, não ultrapasse a metade do valor máximo indenizável, o que torna pequeno o valor, requer a condenação da Requerida nos honorários advocatícios, com fundamento no parágrafo 4º do art. 20 do CPC, evitando assim honorários irrisórios e a consequente desvalorização profissional.
- g) Que o **INSTITUTO DE MEDICINA LEGAL** seja oficiado para realizar perícia na autora e fornecê-la no prazo designado por V. Exa., informando ao juízo o grau de debilidade no percentual de 0 a 100% (cem por cento);
- h) Requer a produção de todas as provas em direito admitidas, na amplitude dos artigos 369 e seguintes do NCPC, em especial as provas: documental, pericial, testemunhal e depoimento pessoal da parte ré;
- i) Que sejam as notificações e intimações realizadas **EXCLUSIVAMENTE** no nome do advogado **THAYSON CARVALHO MAURIZ, OAB – PI 12.748**, sob pena de nulidade, conforme preceitua o art. 236, § 1º do CPC;

Dá-se à presente causa o valor de R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais), apenas para fins de alçada.

Nesses Termos,

Pede Deferimento.

ISAIAS COELHO – PI, 18 de Setembro de 2019.

**THAYSON CARVALHO MAURIZ**  
Advogado  
OAB/PI nº 12.748

Rua Professor Madeira, 1760, Bloco A, Apt 101 – Horto Florestal – Teresina-PI (86) 99402-8585  
[thaysonmauriz@hotmail.com](mailto:thaysonmauriz@hotmail.com) Página 21 de 21





## DECLARAÇÃO DE POBREZA

**MARCIELA DA SILVA**, brasileira, solteira, trabalhadora rural, portadora da cédula de Identidade nº 2.858.491 SSP PI, inscrita no CPF/MF sob o nº 042.886.013-39, residente e domiciliada na Lagoa da Forquilha, Zona Rural do Município de Isaias Coelho, no Estado do Piauí, CEP. 64.570-000, infra signatário (a), declara para os devidos fins que sua atual condição econômica não permite demandar em juízo sem prejuízo do seu sustento próprio e da sua família, pelo que pede os benefícios da justiça gratuita previstos na Carta Constitucional de 1988, e mais precisamente, com fulcro no artigo 4º, caput da Lei 1.060/50 (estabelece normas para a concessão da assistência judiciária aos necessitados), consorciado com o artigo 1º da Lei 7.115 de 29 de agosto de 1983.

Isaias Coelho - PI, 18 de Setembro de 2019.

marcela da Silva

Declarante



**THAYSON CARVALHO MAURIZ**  
**ADVOGADO**

---

**PROCURAÇÃO “AD-JUDICIA” e “ET-EXTRA”**

---

**OUTORGANTE: MARCIELA DA SILVA**, brasileira, solteira, trabalhadora rural, portadora da cédula de Identidade nº 2.858.491 SSP PI, inscrita no CPF/MF sob o nº 042.886.013-39, residente e domiciliada na Lagoa da Forquilha, Zona Rural do Município de Isaias Coelho, no Estado do Piauí, CEP. 64.570-000.

**OUTORGADO: THAYSON CARVALHO MAURIZ**, brasileiro, casado, inscrito na OAB – PI, sob o nº 12.748, com escritório situado na Rua Professor Madeira, 1760, Condomínio Jardim Tropical, bloco A, Apt 101, Bairro Horto Florestal, na cidade de Teresina – PI, CEP 64.052-480, telefones (86) 99402-8585, 99989-7196. Email: [thaysonmauriz@hotmail.com](mailto:thaysonmauriz@hotmail.com)

**PODERES:** Pelo presente instrumento particular de mandato, o outorgante abaixo assinada, nomeia e constitui seus bastantes procuradores os outorgados acima, já devidamente qualificados, a quem confere amplos e ilimitados poderes para o foro em geral, com a cláusula “AD JUDICIA”, para em qualquer juízo, instância ou Tribunal, bem como em qualquer repartição pública, privada ou financeira, em qualquer procedimento civil, trabalhista, eleitoral ou criminal em que o (a) outorgante (s) for autor ou réu, assistente, opoente, agindo em seu nome, em conjunto ou separadamente, podendo tudo requerer, praticar, assinar, receber e dar quitação, firmar compromissos, fazer acordos, desistir, transigir, interpor todos os recursos permitidos em direito, variar de ações, agravar ou apelar de qualquer despacho ou decisão; produzir e requerer provas e justificação, opor embargos, prestar compromisso legal de inventariante e assinar o respectivo termo, fazer declarações de lei, requerer remição, adjudicação de bens, ordenarem o protesto de títulos, levantarem depósitos judiciais em nome dos outorgantes, endossar cheques, assinar recibos, representa-los em quaisquer repartições Federais, Estaduais e Municipais, Autarquias, bem como a CLÁUSULA “ET-EXTRA”, e ainda, receber citação, podendo substabelecer a quem melhor lhe convier, com ou sem reserva de poderes, de forma específica ingressar com **Ação de Cobrança do Seguro DPVAT em face da Seguradora Líder DPVAT S/A**, que tramitará na Comarca de Itainópolis - PI.

Isaias Coelho – PI, 18 de Setembro de 2019.

*marciela da Silva*

OUTORGANTE

---

Rua Professor Madeira, 1760, Bloco A, Apt 101 – Horto Florestal – Teresina-PI (86) 99402-8585  
[thaysonmauriz@hotmail.com](mailto:thaysonmauriz@hotmail.com)







Assinado eletronicamente por: THAYSON CARVALHO MAURIZ - 22/11/2019 10:57:13

<https://tjpi.pje.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1911221057133480000006975368>

Número do documento: 1911221057133480000006975368

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REC-PRO  
G-IAL

2.858.491

DATA DE  
EXPIRAÇÃO 26/04/06

Nome

MARCIELA DA SILVA

PREJACÃO

ADERCI MARIA DA SILVA  
EDICIO SILVINO DA SILVA

DATA DE NASCIMENTO

09/02/1988

DATA DE EMISSÃO

CERT.NASC. 10000 L 10A F 271

EXP ISAIAS COELHO-PI 24/04/00

Assinatura do Diretor

LEIN 7116 DE 290983

CÓDIGO DE CONTROLE

70AA.FC3E.7F44.EA9D

A autenticidade deste comprovante deverá  
ser confirmada na Internet, no endereço

[www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)

Comprovante emitido pela

Secretaria da Receita Federal do Brasil

às 11:42:36 do dia 06/08/2015 (hora e data de Brasília)

dígito verificador: 00

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal  
Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número

042.886.013-39

Nome

MARCIELA DA SILVA

Nascimento

09/02/1988

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "JOÃO DE DEUS MARTINS"

POLEGAR DIREITO

Assinatura do Titular

MARCIELA DA SILVA

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Scanned by CamScanner





COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ  
Av. Maranhão 759 - Centro/Sul - Teresina - PI  
CNPJ: 06.940.748/0001-89 | Ins. Estadual: 19.301.383-5  
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica - Série B-1  
Regime especial de impressão autorizado pela SEFAZ/08/98

Para contato  
conosco, informe  
esse NÚMERO!!

SEU CÓDIGO

1286786-1

Nº da Nota Fiscal 027190707

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada  
pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002

CONTA MÊS	VENCIMENTO	CONSUMO (kWh)	TOTAL A PAGAR (R\$)
SETEMBRO/2019	19-09-2019	61	61,40

MARCELA DA SILVA  
LC LAGOA DA FORQUILHA S B-RURAL  
CPF: 00004288601339  
CEP: 64.570-000 - ISAIAS COELHO

ROT: 61.783.32.83.011800

DADOS DA LEITURA		DADOS DA LEITURA	
Atual:	2061	Atual:	13/09/2019
Anterior:	2000	Anterior:	15-08-2019
Constante de Multiplicação:		Próxima Leitura:	14-10-2019
Consumo Medido:	61	Emissão:	11-09-2019
Consumo Faturado:	61	Apresentação:	13-09-2019
Forma de Faturamento:	NORMAL	Diário de Consumo:	29

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA				
Classe/Subclasse:	Ligação	Número Medidor	Posto	Código Fec. Média 12 meses
RESIDENCIAL	MONO	A1897114		1.1.1.1 69

HISTÓRICO kWh		DESCRIÇÃO DA CONTA	
Mês/ano consumo			
AGO/19	65	CONSUMO 61 A R\$ 0,912203 =	55,64
JUL/19	70	CONTR. ILUMINACAO PUB. (COSIP)	1,99
JUN/19	67	CORRECAO MONETARIA IGPM (2X)	0,56
MAI/19	72	MULTA POR ATRASO (2X)	2,35
ABR/19	68	JUROS POR ATRASO (2X)	0,86
MAR/19	64	ADICIONAL BANDEIRA VERMELHA -	2,43
FEV/19	73		
JAN/19	63		
DEZ/18	72		
NOV/18	75		

TARIFA SEM TRIBUTOS:  
0 A 61 - 0,655310

### NOTIFICAÇÃO DE REAVISO DE VENCIMENTO / MENSAGEM

LIGUE 0800 086 0800 E FAÇA OPÇÃO VENCIMENTO 1 5 10 15 20 25  
Parabéns! Até o dia 11-09-2019, não constatamos faturas vencidas  
nessa Unidade Consumidora.

### RESERVADO AO FISCO

COMPOSIÇÃO DA CONTA - R\$		IMPOSTOS/TRIBUTOS - R\$	
Distribuição:	11,70	Base de Cálculo:	55,64
Energia:	22,59	Alíquota ICMS:	22,00%
Transmissão:	3,82	Valor do ICMS:	12,24
Encargos:	1,87	Valor do PIS:	0,61
Tributos:	15,66	Valor do COFINS:	2,81

INDICADORES DE CONTINUIDADE								
	DIC			FIC			DMC	
	Mensal	Trimestral	Anual	Mensal	Trimestral	Anual	Mensal	Mensal
Índice	6,87	13,74	27,48	3,80	7,60	15,20	3,97	
Índice	0,00			0,00			0,00	

Conjuntos SIMPLICIO MENDES 07/2019 24,78

ROT: 61.783.32.83.011800



SEU CÓDIGO

1286786-1

MÊS FATURADO

09/2019

Nº da Nota Fiscal:

027190707 FCAM

TOTAL A PAGAR - R\$

61,40

VENCIMENTO

19-09-2019

83650000000 2 61400017000 9 00000001286 4 78610919008 6



SEQ.: 00001 UC: 1286786-1 DT.LEIT.: 13/09/2019 T.ENTR.: 01  
LEITURA: 2061 NORMAL TOTAL: 61,40 CARGA: 001  
DT.VENC.: 19-09-2019 IRREG.: 000 COLETOR: 8113

**INSTITUTO NACIONAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
**Secretaria de Assistência Médica**  
**ATESTADO MÉDICO**

ATESTO, que o Segurado Maurício da Silva

Portador da Carteira Profissional Nº                     

Série                     , necessita de 90 (100 dias)  
(Por Extenso)

dias de afastamento do trabalho, a partir desta data, por motivo de  
doença.C.ID.: 582.2.

Hospital  
Hospital do Ambulatório

Terreirão 20/02/18  
Local e data

Ass. Médico CRM Nº                     

[Assinatura]  
Dr. Adilson Salgado L. S. Ribeiro  
Médico Assistente em Medicina  
C.R.M. 10.244 11.02.18

NOTA: Este atestado é válido para as finalidades prevista  
no Art. 86 do RGPS, aprovado pelo decreto nº 60.501, de 14/3/67 e será  
expedido para justificativa de 1 a 15 dias de afastamento do trabalho.





Unidade de Imagens de Picos  
**UNIMAGEM**

Dr. Francisco Macêdo

Mamografia

Radiologia Geral

Densitometria Óssea

Ultra-sonografia Geral

Ultra-sonografia Tridimensional

Ultra-sonografia com Doppler Color

Ultra-sonografia Sist. Músculo-Esquelético Periférico

Nome: \_\_\_\_\_

Atafado arêles

Ata para o estudo que se trata.  
marcado de faturar repõe de um plano  
direito com exame de imagem em dois eixos  
fratura de fêmur e fíbula com sinais de  
complicação óssea. Paralisação em anquilose  
ambulatorial e proteção. //

CD-10: M255 / 882.2

18/12/18

Dr. Francisco Junior Cedeira Branco  
Ortopedia/Traumatologia  
CRM-PI 4564 / RCDT 14195

-- Voltando a consulta queira trazer esta receita --  
< DIGA NÃO AS DROGAS >

Rua Coelho Rodrigues, 386 - Centro - CEP: 64.600-000 - Fones (89) 3422-1463 / 3422-2454 - FAX: (89) 3422-3512 - Picos - PI.







# HOSPITAL ESTADUAL JOSÉ DE MOURA FÉ

Rua José de Moura Fé, 604, Bairro Nova Cidade

Simplicio Mendes - PI - CEP: 64.700 - 000

CNPJ: 06.553.564/0019 - 67

Amar

## BOLETIM DE ATENDIMENTO URGÊNCIA/EMERGÊNCIA

DATA DO ATENDIMENTO: 11/02/18		HORA DA ENTRADA: 13:18		HORA DA SAÍDA:	
IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE					
NOME DO PACIENTE: Marcia da Silva					
DATA DE NASCIMENTO: 09/02/88		IDADE: 30 anos		SEXO: ( ) MASCULINO (X) FEMININO	
FILIAÇÃO:		PAI: Edício Silveira da Silva			
		MÃE: Alderici Maria da Silva			
ENDEREÇO: Rua da Figueira					
BAIRRO: Zona Rural		CIDADE: São Carlos do Piauí		UF: PI	
PROFISSÃO: Trabalhadora rural		ESTADO CIVIL: Solteira			
C.N.S.: 708 2066 0705 2043		NATURALIDADE: São Carlos do Piauí			
Nº DO RG: 2.858.491		Nº DO CPF: 042.886.613-39			
CERTIDÃO TIPO: ( ) NASCIMENTO ( ) CASAMENTO		CARTÓRIO:			
LIVRO:		FOLHA:		TERMO:	
				DATA DE EMISSÃO: / /	
TELEFONE PARA CONTATO: (89) 999-728689					
ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM					
13:18 hrs. Cliente deu entrada no PS Transportada por SAMU (112) unidade de S. Mendes vítima de acidente motociclistas há 2 hrs, apresentando trauma e fratura na M.I.D., regurgito no local. Foi examinada pelo exame médico.					
PRESSÃO ARTERIAL: 100/70		TEMPERATURA (C°): 37°C			
PULSO: 86		RESPIRAÇÃO: 18		GLICEMIA CAPILAR: 51	
OUTROS SINAIS E SINTOMAS: Sat O <sub>2</sub> = 100%		PROFISSIONAL:		Suderley Alves Cortes Coren - PI 974.191 Tê	
ATENDIMENTO E PROCEDIMENTOS MÉDICOS					
HISTÓRIA CLÍNICA: Paciente vítima de acidente motociclistas há 2 hrs. com fratura fechada de fíbula e fíbula de perna direita					
HIPÓTESE DIAGNÓSTICA:		CID 10:			
PRESCRIÇÃO MÉDICA		HORÁRIO DA MEDICAÇÃO			
01. SF 0.9% 1000 ml EV Aberto		(13:40) (14:40) (15:40)			
Finger lactato 500 mg EV mgts/min					
02. Tramadol 50mg + SF 0.9% 100 ml EV		Ague 13:40			
03. Rx de perna direita		OK!			
ASSINATURA DO PACIENTE OU RESPONSÁVEL		ASSINATURA E CARIMBO DO MÉDICO			
x. adinalva Flávia da Pa		Dr. Ítalo Flávio Landim MÉDICO CRM-PI 7038			

Hospital Estadual José de Moura Fé  
Confere com o Original  
07/06/2018  
Vanderley de Moraes Costa  
Auxiliar Administrativo  
Matrícula: 04.3035-8  
199-208.393-87







ESTADO DO PIAUÍ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMPLÍCIO MENDES  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Benedito Reis, S/N • Bairro Nova Cidade • CEP: 64.700-000 • Simplicio Mendes - PI  
Fone: (89) 3482-1100 • CNPJ: 01.751.604/0001-32

SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU 192  
AV. FRANCISCO MOREIRA PINTO, S/N - BAIRRO SÃO FRANCISCO  
FONE: (89) 3482-1148 - SIMPLÍCIO MENDES - PI



SAMU  
192

## REGISTRO DE OCORRÊNCIAS

DATA:	11/02/2018	HORA DA CHAMADA:	12:13	REGISTRO DE HORÁRIOS	
VIATURA ACIONADA:	( ) USB (x) USA	SAÍDA DO P.A.	12:15		
NOME DO SOLICITANTE:	Ony. Carvane	CHEGADA AO LOCAL	12:45		
TELEFONE DO SOLICITANTE:		SAÍDA DO LOCAL	12:50		
NOME DO PACIENTE:	Marcelia da Silva	CHEGADA AO HOSPITAL	13:20		
SEXO: ( ) M (X) F	DATA NASCIMENTO DO PACIENTE: 09/02/88	SAÍDA DO HOSPITAL	13:24		
CARTÃO DO SUS: 708 2066 0705 2043	DOCUMENTO: RG: 2.858.491	CHEGADA AO P.A.	13:27		
LOCAL DA OCORRÊNCIA:	Hospital Joaquina -				
PONTO DE REFERÊNCIA:	Travessia Coellus				
MOTIVO DA OCORRÊNCIA:	Fratura MTD, acidente motociclistico.				
01	<input checked="" type="checkbox"/> ACIDENTE DE TRÂNSITO	06	QUEIMADURAS	11	TENTATIVA DE SUICÍDIO
02	AGRESSÃO FÍSICA	07	CHOQUE ELÉTRICO	12	OUTROS
03	URGÊNCIA PSIQUIÁTRICA	08	QUEDA	13	JÁ REMOVIDO
04	ENVENENAMENTO	09	MAL SÚBITO	14	FALSO CHAMADO
05	AFOGAMENTO	10	URG. OBSTÉTRICA	15	TRANSFERÊNCIA
AVALIAÇÃO CLÍNICA INICIAL					
NÍVEL DE CONSCIÊNCIA INICIAL		PUPILAS		FALA	
<input checked="" type="checkbox"/> RESPONDE A COMANDO	<input checked="" type="checkbox"/> IGUAIS	<input checked="" type="checkbox"/> NORMAL			
RESPONDE A DOR	DESIGUAIS	CONFUSA			
SEM RESPOSTA		NENHUMA			
PULSO RADIAL		SANGRAMENTO		SINAIS VITAIS	
<input checked="" type="checkbox"/> FORTE	<input checked="" type="checkbox"/> AUSENTE	PA. 100 X 70 mmHg - SPO2 100%			
FRACO	MÍNIMO	PULSO 86 bpm TP. 37°C °C			
AUSENTE	MODERADO	RESP. 19 rpm - GLIC. CAP. 91 mg/dL			
PROCEDIMENTOS REALIZADOS					
ASPIRAÇÃO OROTRAQUEAL	PRANCHA LONGA	<input checked="" type="checkbox"/> GLICEMIA CAPILAR			
OXIGÊNIO	PRANCHA CURTA	SUTURA			
RCP	KED	PARTO NORMAL			
CURATIVOS	COLAR CERVICAL	RETIRADA DE CORPO ESTRANHO			







ESTADO DO PIAUÍ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMPLÍCIO MENDES  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Benedito Reis, S/N • Bairro Nova Cidade • CEP: 64.700-000 • Simplicio Mendes - PI  
Fone: (89) 3482-1100 • CNPJ: 01.751.604/0001-32

MATERIAL UTILIZADO

( )GAZE	( )EQUIPO	( )ELETRODOS	( )CÂNULA DE GUEDEL
(X)ATADURAS	( )JELCO	( )INALAÇÃO	( )DRENOS
( )SORO FISIOLÓGICO	( )SERINGAS	( )ASPIRAÇÃO	(X)FITA DE GLICEMIA
( )SORO GLICOSADO	( )ESPARADRAPO	( )TUBO ENDOTRAQUEAL	(X)ALGODÃO
(X)LANCETAS	( )OUTROS: (ESPECIFICAR)		

CONDIÇÕES DE ENTRADA NO HOSPITAL

ÓBITO

MELHORANDO

ANTES DO SOCORRO

PIORANDO

ANTES DO TRANSPORTE

(X) INALTERADO

NO TRANSPORTE

HOSPITAL DE DESTINO:

01. (X) HOSPITAL ESTADUAL JOSÉ DE MOURA FÉ (SIMPLÍCIO MENDES)
02. ( ) HOSPITAL REGIONAL DEOLINDO COUTO (OEIRAS)
03. ( ) HOSPITAL REGIONAL SEN. CÂNDIDO FERRAZ (SÃO RDO. NONATO)
04. ( ) HOSPITAL REGIONAL TIBÉRIO BARBOSA NUNES (FLORIANO)
05. ( ) HOSPITAL REGIONAL JUSTINO LUZ (PICOS)
06. ( ) HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT (TERESINA)
07. ( ) HOSPITAL GETÚLIO VARGAS - HGV (TERESINA)
08. ( ) MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA - MDER (TERESINA)
09. ( ) HOSPITAL DA POLÍCIA MILITAR GOV. DIRCEU ARCOVERDE - HPM (TERESINA)
10. ( ) \_\_\_\_\_

0001751604000132

Emmanuel de Sousa Costa

RESPONSÁVEL PELA RECEPÇÃO NO HOSPITAL

EQUIPE DE SOCORRISTAS: (X)JUSA ( )USB

MÉDICO: Dr. Jose Alves

ENFERMEIRO(S): Jessica Moura

TÉC. DE ENFERMAGEM: \_\_\_\_\_

CONDUTOR: Joseilton Alves

Enfermeira  
Nº 499.982





GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ  
HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE



## BOLETIM DE CIRURGIA

DATA: 20/1/2018  
Nº DO PRONTUÁRIO: 338460 SALA: 08  
CÓD DA CIRURGIA:

### Descrição da Cirurgia:

- ① Paciente em OPA/ Ganete OK
- ② Anestesia MIO/ Campo Estéril
- ③ Incisão antio-medial em puno  
I 15cm
- ④ Redução + fixação fratura diafise de  
tibia com placa KCP 4,5mm  
com 09 furos e 07 parafusos
- ⑤ Controle Enxerto OK
- ⑥ Sutura 1 unidiret/ Redução Ganete  
OK / Punho OK MIO

U = Paciente tinha Enxerto, em puno (Fratura exposta anterior de puno)

Cirurgia: FAFI fratura diafise de Tibia  
Cirurgião: R. Aguiar Medeiros  
1º Auxiliar:  
2º Auxiliar:  
3º Auxiliar:  
Instrumentador: R. Aguiar  
Circulante: Antonia Erilene Dias  
Técnica em Enfermagem  
COREN-PI 922.628

RESPOSTA DE REGISTRO Nº 1  
ESP/IA 105198193-2 / MSL 14450-9  
Cidade de São José do Rio Preto





01/03/2018

Comprovante da alta

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE TERESINA COMPROVANTE	
<b>Número do Laudo:</b> 52297 M221100001 <b>Paciente:</b> MARCIELA DA SILVA <b>Nascimento:</b> 09/02/1988	<b>Orgão Emissor:</b>
<b>Procedimento:</b> 0408050500 - TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DA DIAFISE DA TIBIA <b>CID:</b> S822 - FRATURA DA DIAFISE DA TIBIA <b>Data da Solicitação:</b> 15/02/2018 <b>Autorização:</b> 28/02/2018 12:21:23	<b>Data da</b>
<b>AIH.:</b> 2218100107950 <b>Estabelecimento Executante:</b> POLICIA MILITAR DO PIAUI	
<hr/> <i>Autorizador</i>	
<b>Operador:</b> <b>Atendimento (Data, Hora):</b> 01/03/2018 16:37:52	

Assinado eletronicamente por: THAYSON CARVALHO MAURIZ - 22/11/2019 10:57:14  
https://tjpi.pje.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112210571472700000006975374  
Número do documento: 19112210571472700000006975374





## FICHA DE ENCARGAMENTO (REFERENCIAL)

UNIDADE DE ORIGEM: **HE-TMPE**

NOME: **MARCOS DA SILVA**

DATA NASC: **10/05/1980** SEXO: **( ) MAS (X) FEM** CIDADE: **Itaboraí** IDADE: **30**

OCCUPAÇÃO: **Profissional** Profissional Transferência: **Sim**

ENCAMINHADO PARA: **ORtopedia**

MOTIVO DO ENCAMINHAMENTO: **Doença crônica 90 graus na coluna lombar (T12 + L1) com dor**

**Dr. [Assinatura]**

Resultado de exames

HRG:	HB:	HT:	Bx:	Sinais Vitais
UCIDOS:				PA: 100 x 60
UR:	CREAT:			FC: 107 Tax: 36.2
TGO:	TGF:		USG:	FR: 20 SAT 87.2
OUTROS:				Glândula Capilar:
				Outros:

[illegible]

FICHA DE CONTRA REFERÊNCIA

105103193-2 / At. 1449-9  
Chefe do Setor de Arquivo







Governo do Estado do Piauí  
Secretaria de Segurança Pública  
Delegacia Geral de Polícia Civil  
SisBO - Sistema de Boletim de Ocorrência



830 v. 1.0

## BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 172686.000072/2018-88

Complementar ao BO Nº: 172686.000070/2018-99

Unidade de Registro:

Resp. pelo Registro: Nivaldo Rodrigues De Sousa

Data/Hora: 28/09/2018 - 09:08

### DADOS DA OCORRÊNCIA

Unidade Policial Responsável

DP DE ISAIAS COELHO

Tipo Local

VIA PÚBLICA

Município

ISAIAS COELHO

Endereço

LOCALIDADE LAGOA DA FORQUILHA - ZONA RURAL DE ISAIAS COELHO/PI, Nº:

Complemento

Data/Hora

11/02/2018 - 12:00

Bairro

INFORMAR NO COMPLEMENTO

Ponto de Referência

### DADOS DOS PERSONAGENS ENVOLVIDOS

Nome: MARCIELA DA SILVA

RG: 2858491 SSP PI

Mãe: ADECI MARIA DA SILVA

Endereço: LOCALIDADE LAGOA DA FORQUILHA, Nº S/N

Complemento: ZONA RURAL

Bairro: INFORMAR NO COMPLEMENTO

Cidade: ISAIAS COELHO

Telefone(s): 89-9423-4826

Tipo Envolv.: VITIMA/Noticiante

### NATUREZA(S) DA OCORRÊNCIA

Natureza(s) da Ocorrência

1 - Lesão corporal acidental no trânsito.

### VEÍCULO(S) ENVOLVIDO(S)

Marca:	Modelo:	Ano:	Placa:	Chassi:	Renavam:	Cor:
1 - HONDA.	CG150 FAN ESDI	2014	PIB5572	9C2KC1680ER519737	01295106458	Preta

Condutor: MARCIELA DA SILVA  
RG: 2858491 Órgão: SSP UF RG: PI  
End: LOCALIDADE LAGOA DA FORQUILHA Número: S/N Complemento: ZONA RURAL  
Cidade: ISAIAS COELHO UF: PI Bairro: INFORMAR NO COMPLEMENTO  
Proprietário: MARCIELA DA SILVA  
End: LOC LAGOA DA FORQUILHA Número: S/N  
Cidade: ISAIAS COELHO UF: Bairro: INFORMAR NO COMPLEMENTO

### RELATO DA OCORRÊNCIA

Noticiante relata que na data e hora acima mencionada, que conduzindo a motocicleta acima discriminada pela Localidade Lagoa da Forquilha, Zona Rural de Isaias Coelho/PI; QUE ao adentrar em uma curva, foi surpreendida com uma motocicleta que vinha em sentido contrário invadindo a sua mão; QUE não conseguiu desviar da motocicleta colidiu com a mesma de frente; QUE após a colisão foi arremessada para fora da pista e perdeu os sentidos; QUE do impacto sofreu FRATURA MID (TÍBIA + FIBULA) DA PERNA DIREITA; QUE foi socorrida por populares e levada até o Hospital Municipal Joaquim Marques, na cidade de Isaias Coelho/PI, em seguida para a o hospital estadual José de Moura Fé na cidade de Simplicio Mendes/PI; QUE foi transferida para o Hospital Militar do Piauí, em Teresina/PI. Era o que tinha a relatar.!!!

Nivaldo Rodrigues De Sousa - Mat. 0100293  
ESCRIVÃO DE POLÍCIA

MARCIELA DA SILVA - Noticiante  
Responsável pela Informação

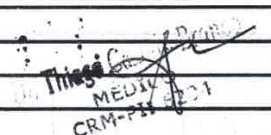
Luciano Santana dos Santos  
DELEGADO DE POLÍCIA  
Mat. 318.270 - 3

Boletim de Ocorrência emitido em: 28/09/2018 09:08 - SisBO@2011-2018 AT!

Página 1/2



708 2066 07 05 2043

HOSPITAL MUNICIPAL JOAQUINA MARQUES		
BOLETIM DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA / EMERGÊNCIA		
IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE		
NOME DO PACIENTE Marcelle da Silva		
DATA DE NASCIMENTO 09/02/88	CNS:	SEXO MAS. <input type="checkbox"/> FEM. <input checked="" type="checkbox"/>
FILIAÇÃO		
PAI: Edécio Silvino da Silva		
MÃE: Adnei Elaine da Silva		
ENDEREÇO Borga da Farquilha		
MUNICÍPIO Iraias Pólo Piau	ESTADO	CEP 64570-000
DADOS SOBRE ATENDIMENTO		
DATA DO ATENDIMENTO 11/02/18	HORA 12:00	
MOTIVO DO ATENDIMENTO / DIAGNÓSTICO		
Paciente 30 anos, com dor em		
mãe após queda de moto.		
Ao ex. físico, nota-se dor a		
mobilização		
Nega sangria.		
 Thaysen Carvalho Mauriz MÉDICO CRM-PB 3221		





ASSINATURA DO PACIENTE OU RESPONSÁVEL	
ASSINATURA E CARIMBO DO MÉDICO ASSISTENTE	DATA 11/09/2018
OUTROS	
<input type="checkbox"/> RETIRADAS DE PONTOS	<input type="checkbox"/> SUTURA SIMPLES
<input type="checkbox"/> PEQUENA CIRURGIA	<input type="checkbox"/> RETIRADA DE CORPO ESTRANHO
<input type="checkbox"/> DRENAGEM DE ABCESSO	<input type="checkbox"/> GESSO
<input type="checkbox"/> IMOBILIZAÇÃO	<input type="checkbox"/> CONSULTA MEDICAMENTOSA
<input type="checkbox"/> PACIENTE EM OBSERVAÇÃO	
PROCEDIMENTOS REALIZADOS	
<p>1. Voltar - 1 amp. 5m</p> <p>2. Drenagem - 1 amp. 5m</p> <p>3. Exame para Pico.</p>	
TRATAMENTO REALIZADO	

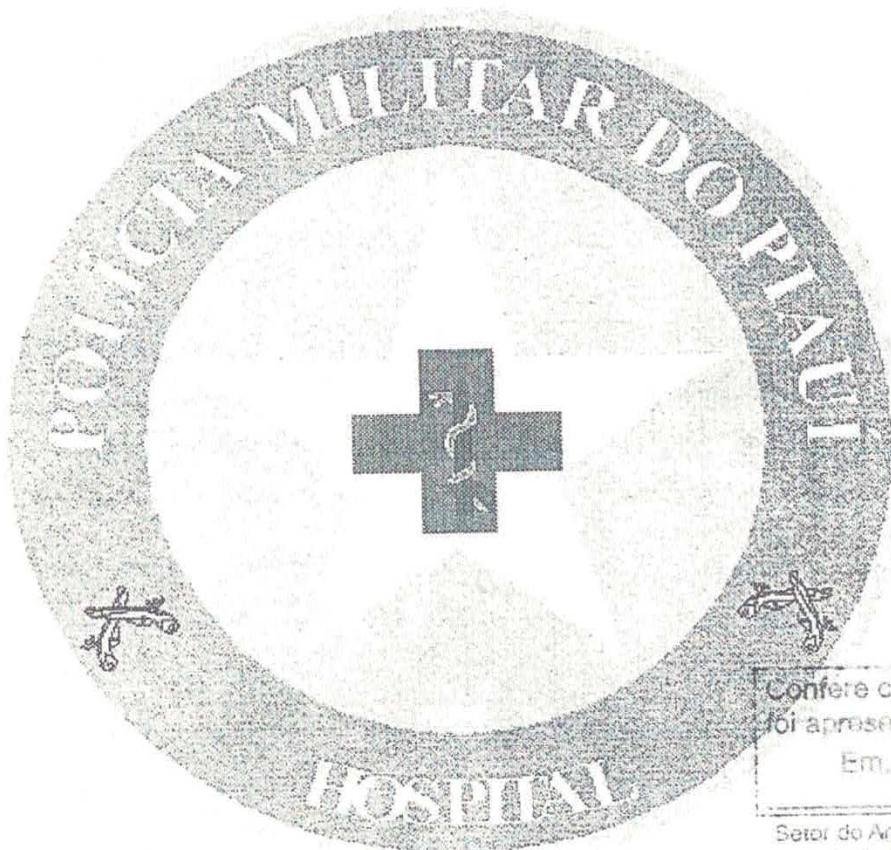








GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ  
HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE  
SETOR DE ARQUIVO TÉCNICO



Confere com o(a) original que  
foi apresentado(a) e dou fe.  
Em, 30/07/18.

Setor de Arquivo Técnico do Hospital  
Luís Henrique Vasconcelos Reis 1º TEN PM  
Chefe do Arquivo Técnico do HPM PI  
RG: 105198193-2 Mat. 14495-9

NOME DO PACIENTE: marcelo de silva

NÚMERO DO PRONTUÁRIO: 338460/18

Obs: Não fornecemos 2ª via.

HPM - "Humanizando e Cuidando Bem de Sua Saúde."

**Piauí**  
GOVERNO DO  
DESENVOLVIMENTO

HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE - HPMP  
Av. Higino Cunha, Nº 1642 - Bairro Ilhotas - Teresina-PI  
CEP 64.014-220  
Fones: (86) 3216-1520/3216 1528

**Saúde**  
Secretaria de Estado



<b>LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE INTERNAÇÃO/AUTORIZAÇÃO HOSPITALAR</b>	<b>Nº LAUDO: 52297</b>
	<b>AIH: 2218100107950</b>

### IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

<b>ESTABELECIMENTO SOLICITANTE</b> HOSPITAL DA POLICIA MILITAR DIRCEU ARCOVERDE - HPM	<b>CNES</b> 2323451
<b>ESTABELECIMENTO EXECUTANTE</b> HOSPITAL DA POLICIA MILITAR DIRCEU ARCOVERDE - HPM	<b>CNES</b> 2323451

### IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

<b>CARTÃO SUS</b> 708206607052043	<b>NOME DO PACIENTE</b> MARIELA DA SILVA	<b>NASCIMENTO</b> 09/02/1988	<b>SEXO</b> F	<b>PRONTUÁRIO</b> 338460
<b>DOCUMENTO</b> 2858491	<b>CPF</b> 8994416688	<b>NOME DA MÃE</b> ADERCI MARIA DA SILVA	<b>RESPONSÁVEL</b> SOCORRO MARIA DA SILVA	
<b>CEP</b> 64270000	<b>ENDEREÇO - LOGRADOURO</b>			<b>NÚMERO / LOTE</b> 00
<b>BAIRRO</b> 1 DISTRITO	<b>COMPLEMENTO</b> LOC LAGOA FUGUILHA	<b>MUNICÍPIO</b> ISAIAS COELHO	<b>UF</b> PI	

### LAUDO TÉCNICO E JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

#### PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS

PACIENTE VITIMA DE QUEDA, APRESENTA FRATURA MID (TÍBIA + FIBULA)

#### CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO

TRATAMENTO CIRÚRGICO

#### PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNOSTICAS (RESULTADO DOS EXAMES REALIZADOS)

EXAME FÍSICO

#### INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

<b>CID 10 PRINCIPAL / DIAGNÓSTICO INICIAL</b> S822 - FRATURA DA DIAFISE DA TÍBIA	<b>CID 10 SECUNDÁRIO</b>	<b>CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS</b>
---	--------------------------	---------------------------------

### PROCEDIMENTO SOLICITADO

#### COD/DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO

0408050500 - TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DA DIAFISE DA TÍBIA

<b>LEITO/CLÍNICA</b> ORTOPEDIATRAUMATOLOGIA (FEMININO)	<b>PROFISSIONAL SOLICITANTE (ASSINATURA/CARIMBO(Nº DO CONSELHO))</b> EDMAR DE SOUZA LIMA JUNIOR CPF: 65265386491
<b>CARÁTER</b> URGENCIA	<b>DATA SOLICITAÇÃO</b> 15/02/2018
<b>DATA ADMISSÃO</b> 15/02/2018 20:00	<b>DATA ALTA</b> 21/02/2018 11:51
<b>MOTIVO ALTA</b> MELHORADO	

### CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIA)

<b>TIPO ACIDENTE</b>	<b>CNPJ SEGURADORA</b>	<b>Nº DO BILHETE</b>	<b>SÉRIE</b>	<b>CNPJ DA EMPRESA</b>	<b>CNAE EMPRESA</b>	<b>CBOR</b>	<b>NATUREZA DA LESÃO</b>
----------------------	------------------------	----------------------	--------------	------------------------	---------------------	-------------	--------------------------

### AUTORIZAÇÃO

#### JUSTIFICATIVA DA "NÃO" AUTORIZAÇÃO

<b>PROFISSIONAL AUTORIZADOR (ASSINATURA E CARIMBO(Nº DO CONSELHO))</b> MARCOS GONCALVES NUNES DE MORAIS CPF: 22003010653	<b>NOME DO PROFISSIONAL / PARECER CONTROLE AVALIAÇÃO / AUDITORIA</b> CPF: CRM: DATA ANÁLISE:
--	---

ASSINATURA DO PACIENTE OU RESPONSÁVEL:

Assinado eletronicamente por: THAYSON CARVALHO MAURIZ - 22/11/2019 10:57:16  
 Num. 7299510 - Pág. 2







# LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR



Nº. da Autorização de Internação Hospitalar (AIH)

Identificação do Estabelecimento de Saúde

1 - Nome do estabelecimento solicitante:

HOSPITAL POLICIA MILITAR DIRCEUARCOVERDE

2 - CNES

2323451

Atendimento

3 - Nome do estabelecimento executante:

HOSPITAL POLICIA MILITAR DIRCEUARCOVERDE

4 - CNES

2323451

574640

## Identificação do Paciente

5 - Nome: MARCIELA DA SILVA

6 - Prontuário: 338460

7 - CNS: 706206607062043

8 - Nascimento: 09/02/1988

9 - Sexo: F

CPF:

11 - Mãe: ALDERCI MARIA DA SILVA

12 - Fone: 89-9.4416688

13 - Resp: SOCORRO MARIA DA SILVA

14 - Cor: PARDA

15 - Endor: LOCALIDADE LAGOA DA FUGUILHA 0

ZONA RURAL

19 - CEP: 64570-000

16 - Munic: ISAIAS COELHO

17 - Cod. IBGE: 220490

18 - UF: PI

RG: 28564-91

## Justificativa da Internação

20 - Principais Sinais e Sintomas Clínicos:

Trombose aguda da  
10 dias. com + Depressão.

21 - Condições que justificam a internação:

+ tratamento Urgente

22 - Principais Resultados de Provas Diagnósticas (Resultado de Exames Realizados)

Rx

23 - Diagnóstico Inicial:

24 - Cid Princ.:

25 - Cid Sec.:

26 - Cid C.Ass.:

Fratura distal da tíbia - fíbula (R) S P 2

## Procedimento Solicitado

28 - Cod. Proced. 27 - Procedimento Solicitado:

0908050 500

Tempo SUS

29 - Clínica:

30 - Caracter.:

Ident.:

31 - Documento:

32 Doc. Med. Solic.

POSIC II

01

1

CPF

65265396491

33 - Nome Profissional / Assistente

34 - Data de Solicitação:

EDMAR DE SOUZA LIMA JUNIOR

16/02/2018

35 - Ass. Carimb. Med. Solicitante

## Preencher em caso de Causas Externas (Acidentes ou Violências)

36 - ( ) Acidente de Trânsito.

38 - CNPJ Seguradora:

42 - N°. Bilhete.

41 - Série

37 - ( ) Acidente de Trabalho Típico.

40 - CNPJ Empresa:

43 - CNAE, Empresa

44 - CBOR.

39 - ( ) Acidente de Trabalho Trajeto.

45 - Vínculo com a Previdência. ( ) Empregado

( ) Empregador

( ) Autônomo

( ) Desempregado

( ) Aposentado

( ) Não Segurado.

## Autorização

46 - Nome do Profissional Autorizador

47 - Data Autorização.

48 - Documento

49 - Num. Documento

MAKUS BENEFÍCIO MORAES  
Assessor de auditoria - DRCA/SMS  
CRM - PI: 974. CPF: 220.030.106-53  
CNS: 203833971240003

Assinatura do Profissional Autorizador  
RPM 105198193-2 / Ass. 1445-9  
Código do Serviço de Saúde 3007-160 Ass. Carimb. (RG) Carimb.

51 - Assinatura Paciente ou Responsável.

Usuário: LUCIA SILVA  
Consulta Local:  
Consulta SUS: 2018021417585  
Impressão: 20/13:44



Assinado eletronicamente por: THAYSON CARVALHO MAURIZ - 22/11/2019 10:57:16

<https://tjpi.pje.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112210571612100000006975735>

Número do documento: 19112210571612100000006975735



# LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR



Nº. da Autorização de Internação Hospitalar (AIH)

## Identificação do Estabelecimento de Saúde

1 - Nome do estabelecimento solicitante:	2 - CNES	Atendimento 574640
HOSPITAL POLICIA MILITAR DIRCEUARCOVERDE	2323451	
3 - Nome do estabelecimento executante:	4 - CNES	
HOSPITAL POLICIA MILITAR DIRCEUARCOVERDE	2323451	

## Identificação do Paciente

5 - Nome:	MARCIELA DA SILVA	6 - Prontuário:	338460
7 - CNS:	706206607052043	8 - Nascimento:	09/02/1988
9 - Sexo:	F	CPF:	
11 - Mãe:	ALDERCI MARIA DA SILVA	12 - Fone:	89-9.4416680
13 - Resp:	SOCORRO MARIA DA SILVA	14 - Cor:	PARDA
15 - Endere:	LOCALIDADE LAGOA DA FUGUILHA 0	19 - CEP:	64570-000
16 - Munic:	ISAIAS COELHO	17 - Cod. IBGE:	220490
18 - UF:	PI	RG:	28584-91

## Justificativa da Internação

### 20 - Principais Sinais e Sintomas Clínicos:

Tuberculose pulmonar  
em fase avançada

### 21 - Condições que justificam a internação:

Avanço da doença

### 22 - Principais Resultados de Provas Diagnósticas (Resultado de Exames Realizados)

23 - Diagnóstico Inicial: 24 - Cid Princ.: 25 - Cid Sec.: 26 - Cid C.Ass.:

## Procedimento Solicitado

28 - Cod. Proced.	27 - Procedimento Solicitado:	Tempo SUS
29 - Clínica:	30 - Carater:	IdentL:
POSTO II	01	1
31 - Documento:	32 - Doc. Med. Solic.	
CPF	65265386491	
33 - Nome Profissional / Assistente	34 - Data de Solicitação:	
EDMAR DE SOUZA LIMA JUNIOR	15/02/2018	
35 - Ass. Carimb. Med. Solicitante		

## Preencher em caso de Causas Externas (Acidentes ou Violências)

36 - ( ) Acidente de Trânsito.	38 - CNPJ Seguradora:	42 - Nº. Biliete.	41 - Serie
37 - ( ) Acidente de Trabalho Típico.	40 - CNPJ Empresa:	43 - CNAE, Empresa	44 - CBOB
39 - ( ) Acidente de Trabalho Trajetado.			

45 - Vínculo com a Previdência. ( ) Empregado ( ) Empregador ( ) Autônomo ( ) Desempregado ( ) Aposentado ( ) Não Segurado.

## Autorização

46 - Nome do Profissional Autorizador	47 - Data Autorização.	
48 - Documento	49 - Num. Documento	
		50 - Ass. Carimb. RG Constatat
51 - Assinatura Paciente ou Responsável.		
		Usuário: LUCIA SILVA Consulta Inicial: Consulta SUS: 201802147864 Impressão: 20:13:44







**Polícia Militar do Piauí**  
**HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE**



**FOLHA DE INTERNAÇÃO**

<b>INTERNOU-SE NO HOSPITAL</b>		<b>FICHA DE PRONTUÁRIO</b>		15/02/2016
SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>		Nome: MARCIELA DA SILVA		Pront.: 338460
IDEM OUTROS HOSPITAIS		Nasc.: 09/02/1988 Sexo: F	Convênio: SUS - INTERNACAO	
SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>		Atendimento: 574640	Enfermaria: POSTO II	ENF 208 LEITO
CLÍNICA		Leito: 208		
Médico Assistente		Pai:		
Permanência		Mãe: ALDERCI MARIA DA SILVA		
CLÍNICA		RG: 2858491		
		Residência:		
		LOCALIDADE LAGOA DA FUGUILHA		
		Bairro: ZONA RURAL		
		Cidade: ISAIAS COELHO		
		Cep: 64570000		
		Telefone: 89 - 94416688		

Histórico Clínico, Registro das Palavras do Doente e Todos os Achados de Exames a Que Foi Submetido.

*Trauma a 10 dias em parte O.  
por + de ferida.*

*Luiz Henrique dos Santos Neto - T.T.  
LEGPM 105198193-2 / Mat. 14495-9  
Chefe do Setor de Análise Técnica*

<b>DIAGNÓSTICO</b>		
Provisório: <i>Fratura distal do rádio - ulna O.</i>	CID: <i>S20.0</i>	
Principal: <i>Fratura distal do rádio - ulna O.</i>	CID: <i>S20.0</i>	
Procedimento: <i>Redução e fixação de fratura de rádio e ulna O.</i>		
Sintomas e Sinais Principais: <i>dor + de ferida</i>	Causa Médica: <i>Trauma</i>	Histo - Patológico: <i>---</i>

<b>TRATAMENTO</b>			
Tipo: <input type="checkbox"/> Nenhuma <input type="checkbox"/> Médico <input type="checkbox"/> Cirurgia <input checked="" type="checkbox"/> Médico Cirúrgico	Terapêutica Médica: <i>Curativo</i>	Operação: <i>Fixação</i>	Eficácia: <input type="checkbox"/> Nenhuma <input type="checkbox"/> Médico <input type="checkbox"/> Cirurgia <input checked="" type="checkbox"/> Médico Cirúrgico

<b>DURAÇÃO</b>	
Data/Hora de Internação: 15/02/2016 20:32:40	Data da Alta: 16/02/2016
Data da Hospitalização: 15/02/2016	

<b>ALTA</b>	
Saída: <input type="checkbox"/> Curado <input checked="" type="checkbox"/> Melhorado <input type="checkbox"/> Inalterado <input type="checkbox"/> A Pedido <input type="checkbox"/> Internação p/ Diagnóstico	Transferência: <input type="checkbox"/> Fisiologia <input type="checkbox"/> Psiquiatria <input type="checkbox"/> Outros
Divisão Médica: <input type="checkbox"/> Por Indisciplina <input type="checkbox"/> Evasão <input type="checkbox"/> P. Ambulatorio	Óbito: <input type="checkbox"/> Ocorrido nas primeiras 48 horas em estado agônico ou pré-agônico <input type="checkbox"/> Ocorrido nas primeiras 48 horas sem apresentar estado agônico ou pré-agônico <input type="checkbox"/> Ocorrido nas primeiras 48 horas de internação

THE *7240111* Assinatura: \_\_\_\_\_

"Humanizando e Cuidando Bem da Sua Saúde"

Av. Higino Cunha, 1642 - Fone (86) 3216-1250 - Fax (86) 3216-1520  
CEP: 64014-000 - Teresina - PI - CNPJ: 07.444.159/0002-25 - CMC: 035.372-8





**POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ  
HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE**

"Humanizando e Cuidando Bem de Sua Saúde"

PEDIDO: 88005  
PACIENTE: MARCIELA DA SILVA  
NOME DA MÃE: ALDERCI MARIA DA SILVA  
DATA DO NASCIMENTO: 09/02/1988  
MÉDICO SOLICITANTE: CRM  
DATA DA REALIZAÇÃO: 16/02/2018  
DATA DO LAUDO: 20/02/2018  
CONVÊNIO: SUS - INTERNACAO

**RADIOGRAFIA DA PERNA DIREITA EM DUAS INCIDÊNCIAS**

**Achados:**

Fraturas cominutivas localizadas nas diáfises médias da tíbia e fíbula, associadas a aumento do volume e da densidade das partes moles adjacentes.

**IMPRESSÃO DIAGNÓSTICA:**

Fraturas cominutivas localizadas nas diáfises médias da tíbia e fíbula, associadas a aumento do volume e da densidade das partes moles adjacentes.

*[Assinatura]*  
Dr. Liege Ribeiro Soares de Sampaio  
CRM-Pi: 4173

*[Assinatura]*  
Dr. Liege de Sampaio  
Médica  
CRM-Pi: 4173

**LIEGE RIBEIRO SOARES DE SAMPAIO**  
CRM: 4173

Av. Higino Cunha, 1642 – Ilhotas – Teresina/PI  
CEP 64014-220 – CNPJ 07.444.159/0002-25

Telefone: (86) 3227-6265  
Fax (86) 3216-1520





Em anexo



REPÚBLICA FEDERAL DO BRASIL

PRIMA SAO PAULO

2º Sub-Setor de Reg. Civil - Praxias Nobres

Praxias Nobres

Praxias Nobres

REGISTRO CIVIL

ESTADO DE Piauí

COMARCA DE Simplicio Mendes

MUNICÍPIO DE Isaias Coelho

DISTRITO DE Isaias Coelho

Maria de Jesus Carvalho Piniz dos Santos

Como Anfitrião

# CERTIDÃO DE NASCIMENTO

CERTIFICADO que as fls. 271 do livro A sob nº de 10000 foi lavrado o assento do nascimento de Isaciela da Silva

Ordem. XXX nascida no dia 09 de fevereiro de 1988

do sexo feminino nascida no dia 09 de fevereiro de 1988

XXX às 22 horas em Lasea da Turquia, deste município de Isaias Coelho PI

filha de Edicio Silvino da Silva

e de Dona Aderci Maria da Silva

Sendo avós paternos Silvino José da Silva

e Dona Brasileira Maria da Silva

e avós maternos Hipolito Antonio de Sousa

e Dona Maria Filha de Sousa

O assento foi lavrado em 24 de abril de 2000 tendo sido declarante o genitor

e serviram de testemunhas constantes do termo

Observações:

O referido é verdade e dou fé.

Isaias Coelho PI, 24 de abril de 1999 de 1999 2000

708 2066 07 05 2043

# HOSPITAL MUNICIPAL JOAQUINA MARQUES

BOLETIM DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA / EMERGÊNCIA

## IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

NOME DO PACIENTE

Marcelle da Silva

DATA DE NASCIMENTO

09/02/88

CNS:

SEXO

MAS. ☐

FEM. ☒

FILIAÇÃO

PAI: Edécio Silvino da Silva

MÃE: Adenei Mainé da Silva

ENDEREÇO

Rua da Farquilha

MUNICÍPIO

Trairão, Bahia

ESTADO

CEP

64570-000

## DADOS SOBRE ATENDIMENTO

DATA DO ATENDIMENTO

11/02/18

HORA

12:00

## MOTIVO DO ATENDIMENTO / DIAGNÓSTICO

Paciente 30 anos, com dor em  
mão após queda de moto.  
Ao ex. físico, nota-se dor a  
mobilização e  
liga. antiga.

Thayson C. Mauriz  
MEDIC  
CRM-PB 5221



RECEIVED  
1965-12-15  
12-15-65  
12-15-65

~~Thiago~~

PROCEDIMENTOS REALIZADOS	
DRENAGEM DE ABCESSO	<input type="checkbox"/>
RETIRADA DE CORPO ESTRANHO	<input type="checkbox"/>
PEQUENA CIRURGIA	<input type="checkbox"/>
SUTURA SIMPLES	<input type="checkbox"/>
RETIRADAS DE PONTOS	<input type="checkbox"/>
GESSO	<input type="checkbox"/>
PACIENTE EM OBSERVAÇÃO	<input type="checkbox"/>
CONSULTA MEDICAMENTOSA	<input type="checkbox"/>
IMOBILIZAÇÃO	<input type="checkbox"/>
OUTROS	
DATA 11 / 02 / 2018	
ASSINATURA DO PACIENTE OU RESPONSÁVEL	
ASSINATURA E CARIMBO DO MÉDICO ASSISTENTE	

DATA 11 / 02 / 20 18

ASSINATURA E CARIMBO DO MÉDICO ASSISTENTE

ASSINATURA DO PACIENTE OU RESPONSÁVEL







# HOSPITAL ESTADUAL JOSÉ DE MOURA FÉ

Rua José de Moura Fé, 604, Bairro Nova Cidade

Simplicio Mendes - PI - CEP: 64.700 - 000

CNPJ: 06.553.564/0019 - 67

*Amar*

## BOLETIM DE ATENDIMENTO URGÊNCIA/EMERGÊNCIA

DATA DO ATENDIMENTO: 11/02/18		HORA DA ENTRADA: 13:18		HORA DA SAÍDA:	
IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE					
NOME DO PACIENTE: <i>Marcelina da Silva</i>					
DATA DE NASCIMENTO: 09/02/88		IDADE: 30 anos		SEXO: ( ) MASCULINO <input checked="" type="checkbox"/> FEMININO	
FILIAÇÃO: PAI: <i>Edício Silvano da Silva</i>		MÃE: <i>Alderci Maria da Silva</i>			
ENDEREÇO: <i>Alameda da Torquês</i>					
BAIRRO: <i>Zona Rural</i>		CIDADE: <i>Barão do Povo - Piauí</i>		UF: <i>PI</i>	
PROFISSÃO: <i>Trabalhadora rural</i>		ESTADO CIVIL: <i>Solteira</i>			
C.N.S.: <i>708 2066 0705 2043</i>		NATURALIDADE: <i>Barão do Povo - Piauí</i>			
Nº DO RG: <i>2.858.491</i>		Nº DO CPF: <i>042.886.013-39</i>			
CERTIDÃO TIPO: ( ) NASCIMENTO ( ) CASAMENTO		CARTÓRIO:			
LIVRO:		FOLHA:		TERMO:	
DATA DE EMISSÃO:					
TELEFONE PARA CONTATO: <i>(89) 999-728689</i>					

### ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM

13:18 hrs. Cliente foi admitido no PS. Intransportado pela SANUS (1154) vítima de acidente de trânsito. Lesões: 2 lacer. superficiais, escoriações e fraturas no MTD, região do tornozelo. Foi encaminhado para exame médico.

PRESSÃO ARTERIAL: <i>100/70</i>		TEMPERATURA (C°): <i>37°C</i>	
PULSO: <i>86</i>	RESPIRAÇÃO: <i>18</i>	GLICEMIA CAPILAR: <i>81</i>	
OUTROS SINAIS E SINTOMAS: <i>Sat O<sub>2</sub> = 100%</i>		PROFISSIONAL: <i>Suderley Alves Cartax</i>	
		<i>Coren - PI 974.191 Tén</i>	

### ATENDIMENTO E PROCEDIMENTOS MÉDICOS

HISTÓRIA CLÍNICA: *PM vítima de acidente motociclistas há 2 hrs. com fratura fechada de fíbula e fíbula de perna direita*

HIPÓTESE DIAGNÓSTICA: CID 10:

PRESCRIÇÃO MÉDICA	HORÁRIO DA MEDICAÇÃO
<i>01. SF 0.9% 1000 ml EV Aberto</i>	<i>(13:40) (14:40)</i>
<i>02. Trasl 50mg + SF 0.9% 100 ml EV</i>	<i>Ague 13:40</i>
<i>03. RX de perna direita</i>	<i>OK!</i>

ASSINATURA DO PACIENTE OU RESPONSÁVEL	ASSINATURA E CARIMBO DO MÉDICO
<i>xadinalva Flávia</i>	<i>Dr. Italo Flávio Landim</i> MÉDICO CRM-PI 7038





192  
SAMU



## REGISTRO DE OCORRÊNCIAS

SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU 192  
AV. FRANCISCO MOREIRA PINTO, S/N - BAIRRO SÃO FRANCISCO  
FONE: (89) 3482-1148 - SIMPLÍCIO MENDES - PI

ESTADO DO PIAUÍ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMPLÍCIO MENDES  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
Rua Benedito Reis, S/N - Bairro Nova Cidade - CEP: 64.700-000 - Simplício Mendes - PI  
Fone: (89) 3482-1100 - CNPJ: 01.751.604/0001-32

Simplício  
Mendes

DATA:	11/05/2018	HORA DA CHAMADA:	12:13
VIATURA ACIONADA:	( ) USB (X) USA	SAÍDA DO P.A.	12:15
NOME DO SOLICITANTE:	Enf. Laranne	CHEGADA AO LOCAL	12:45
TELEFONE DO SOLICITANTE:		SAÍDA DO LOCAL	12:50
NOME DO PACIENTE:	Marcelo da Silva	CHEGADA AO HOSPITAL	13:20
SAÍDA DO HOSPITAL		SAÍDA DO HOSPITAL	13:24
SEXO: ( ) M (X) F		DATA NASCIMENTO DO PACIENTE:	29/02/88
CARÃO DO SUS:	7082066 0705 2543	DOCUMENTO:	RG: 2.858.491
LOCAL DA OCORRÊNCIA:	Hospital Joazeiro		
PONTO DE REFERÊNCIA:	Travessa Gabriel		
MOTIVO DA OCORRÊNCIA:	Acidente de trânsito, vítima de queda, com lesões múltiplas.		
01	ACIDENTE DE TRÂNSITO	06	QUEIMADURAS
02	AGRESSÃO FÍSICA	07	CHOQUE ELÉTRICO
03	URGÊNCIA PSIQUIÁTRICA	08	QUEDA
04	ENVENENAMENTO	09	MAL SÚBITO
05	AFOGAMENTO	10	URG. OBSTÉTRICA
		15	TRANSFERÊNCIA
AVALIAÇÃO CLÍNICA INICIAL			
NÍVEL DE CONSCIÊNCIA INICIAL		PUPILAS	
X	RESPOSTA A COMANDO	X	IGUAIS
	RESPOSTA A DOR		DESIGUAIS
	SEM RESPOSTA		NENHUMA
PULSO RADIAL		SANGRAMENTO	
X	FORTE	X	AUSENTE
	FRACO		MÍNIMO
	AUSENTE		MODERADO
PROCEDIMENTOS REALIZADOS			
ASPIRAÇÃO OROTRAQUEAL		PRANCHA LONGA	
	GLICEMIA CAPILAR	X	
OXIGÊNIO		PRANCHA CURTA	
	RCP	KED	
CURATIVOS		COLAR CERVICAL	
RETIRADA DE CORPO ESTRANHO		PARTO NORMAL	
		SUTURA	



**Simplício  
Mendes**

ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMPLÍCIO MENDES

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Benedito Reis, S/N • Bairro Nova Cidade • CEP: 64.700-000 • Simplício Mendes - PI

Fone: (89) 3482-1100 • CNPJ: 01.751.604/0001-32

**MATERIAL UTILIZADO**

( ) GAZE	( ) EQUIPO	( ) ELETRODOS	( ) CÂNULA DE GUEDEL
(X) CATADURAS	( ) JELCO	( ) INALAÇÃO	( ) DRENOS
( ) SORO FISIOLÓGICO	( ) SERINGAS	( ) ASPIRAÇÃO	(X) FITA DE GLICEMIA
( ) SORO Glicosado	( ) ESPARADRAPO	( ) TUBO ENDOTRAQUEAL	(X) ALGODÃO
(X) LANCETAS	( ) OUTROS: (ESPECIFICAR)		

**CONDIÇÕES DE ENTRADA NO HOSPITAL**

**ÓBITO**

MELHORANDO

ANTES DO SOCORRO

PIORANDO

ANTES DO TRANSPORTE

(X) INALTERADO

NO TRANSPORTE

**HOSPITAL DE DESTINO:**

01. (X) HOSPITAL ESTADUAL JOSÉ DE MOURA FÉ (SIMPLÍCIO MENDES)  
02. ( ) HOSPITAL REGIONAL DEOLINDO COUTO (OEIRAS)  
03. ( ) HOSPITAL REGIONAL SEN. CÂNDIDO FERRAZ (SÃO RDO. NONATO)  
04. ( ) HOSPITAL REGIONAL TIBÉRIO BARBOSA NUNES (FLORIANO)  
05. ( ) HOSPITAL REGIONAL JUSTINO LUZ (PICOS)  
06. ( ) HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT (TERESINA)  
07. ( ) HOSPITAL GETÚLIO VARGAS - HGV (TERESINA)  
08. ( ) MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA - MDER (TERESINA)  
09. ( ) HOSPITAL DA POLÍCIA MILITAR GOV. DIRCEU ARCOVERDE - HPM (TERESINA)  
10. ( )

*Imaculada de Araújo Fortes*

RESPONSÁVEL PELA RECEPÇÃO NO HOSPITAL

EQUIPE DE SOCORRISTAS: (X) JUSA ( ) JUSB

MÉDICO: *Wlfrido Alves*

ENFERMEIRO(S): *Jéssica Moura*

TÉC. DE ENFERMAGEM:

CONDUTOR: *Frederico Alves*

COPIA PARA: 01/2019

COPIA PARA: 01/2019



**Simplicio  
Mendes**

ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMPLÍCIO MENDES

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Benedito Reis, S/N • Bairro Nova Cidade • CEP: 64.700-000 • Simplicio Mendes - PI

Fone: (89) 3482-1100 • CNPJ: 01.751.604/0001-32

**MATERIAL UTILIZADO**

( ) GAZE	( ) EQUIPO	( ) ELETRODOS	( ) CÂNULA DE GUEDEL
(X) ATADURAS	( ) IELCO	( ) INALAÇÃO	( ) DRENOS
( ) SORO FISIOLÓGICO	( ) SERINGAS	( ) ASPIRAÇÃO	(X) FITA DE GLICEMIA
( ) SORO Glicosado	( ) ESPARADRAPO	( ) TUBO ENDOTRAQUEAL	(X) ALGODÃO
(X) LANCETAS	( ) OUTROS: (ESPECIFICAR)		

**CONDIÇÕES DE ENTRADA NO HOSPITAL**

**ÓBITO**

MELHORANDO

ANTES DO SOCORRO

PIORANDO

ANTES DO TRANSPORTE

(X) INALTERADO

NO TRANSPORTE

**HOSPITAL DE DESTINO:**

01. (X) HOSPITAL ESTADUAL JOSÉ DE MOURA FÉ (SIMPLÍCIO MENDES)
02. ( ) HOSPITAL REGIONAL DEOLINDO COUTO (OZEIRAS)
03. ( ) HOSPITAL REGIONAL SEN. CÂNDIDO FERRAZ (SÃO RDO. NONATO)
04. ( ) HOSPITAL REGIONAL TIBÉRIO BARBOSA NUNES (FLORIANO)
05. ( ) HOSPITAL REGIONAL JUSTINO LUZ (PICOS)
06. ( ) HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT (TERESINA)
07. ( ) HOSPITAL GETULIO VARGAS - HGV (TERESINA)
08. ( ) MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA - MDER (TERESINA)
09. ( ) HOSPITAL DA POLICIA MILITAR GOV. DIRCEU ARCOVERDE - HPM (TERESINA)
10. ( )

*Imenete de Paula Costa*

RESPONSÁVEL PELA RECEPÇÃO NO HOSPITAL

EQUIPE DE SOCORRISTAS: (X) JUSA ( ) JUSB

MÉDICO: *Dr. Jose Aluis*

ENFERMEIRO(S): *Jessica Moura*

TÉC. DE ENFERMAGEM:

CONDUTOR: *Jozeilton Aluis*

CORRETO  
Especialista  
Ne 499.982









FICHA DE ENCAMINHAMENTO (REFERÊNCIA)

UNIDADE DE ORIGEM: HEJMFE  
NOME: MARCELO DA SILVA  
IDADE: 30  
DATA NASC: SEXO: ☐ MAS ☒ FEM  
CIDADE: MARCOS CALVO  
Ocupação: Profissional Transferência:  
ENCAMINHADO PARA: OCUPEM - HPM - Sinha - 201802447  
MOTIVO DO ENCAMINHAMENTO:

Paciente vítima de trauma por queda  
Assimilando Fratura MLD (Tibia + Fíbula) fechada  
ORTEZ

Resultado de exames				Sinais Vitais	
HMG:	HB:	HT:	Rc:	PA:	100 x 60
LEUCOCITOS:				FC:	90
UR:	CREAT:	USG:		Tax:	37.2
TGO:	TGP:			FR:	20
OUTROS:				SAT:	87
				Glicemia Capilar:	
				Outros:	

PRESCRIÇÃO MÉDICA

ANOTAÇÃO DE ENFERMAGEM

OUTROS

Assinatura e número do registro: 11102414 Cargo: marcos Data: 11/02/18 Hora: 14:00

FICHA DE CONTRA REFERÊNCIA





01/03/2018

Comprovante da alta

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE TERESINA**  
**COMPROVANTE**

Número do Laudo: **52297**

Orgão Emissor:

M221100001

Paciente: MARCIELA DA SILVA

Nascimento: 09/02/1988

Procedimento:

0408050500 - TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DA DIAFISE DA TIBIA

CID:

S822 - FRATURA DA DIAFISE DA TIBIA

Data da Solicitação: 15/02/2018

Data da

Autorização: 28/02/2018 12:21:23

AIH.: 2218100107950

Estabelecimento Executante: POLICIA MILITAR DO PIAUI

*Autorizador*

Operador:

Atendimento (Data, Hora): 01/03/2018 16:37:52

Assinado eletronicamente por: THAYSON CARVALHO MAURIZ - 21/10/2019 16:28:44  
https://tjpi.pje.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19102116284353000000006523407  
Número do documento: 19102116284353000000006523407





Unidade de Imagens de Picos

**UNIMAGEM**

Dr. Francisco Macêdo

Mamografia

Radiologia Geral

Desnitometria Óssea

Tomografia Computadorizada

Ultrassonografia Geral e Especializada

Paciente: **MARCIELA DA SILVA**

Idade: **30,6 Ano(s)** Nº Exame: **87823**

Médico: **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**


Convênio: **ECONOMICO**

Exame: **Raio X - Perna (D) Pa/Perfil**

Data: **16/08/2018**

## Relatório

- Fratura não consolidada na diafise distal da fíbula.
- Placa metálica contendo fratura diafisária distal da tíbia.

  
Dr. Francisco de Macêdo Neto  
CRM-PI 1420

Este laudo encontra-se arquivado em sistema de processamento de dados para futuras comparações.

Rua Coelho Rodrigues, 386 - Centro - CEP 64.600-000 - Fones: (89) 422-1463 / 422-2454 - FAX: (89) 422-3512 - Picos - PI

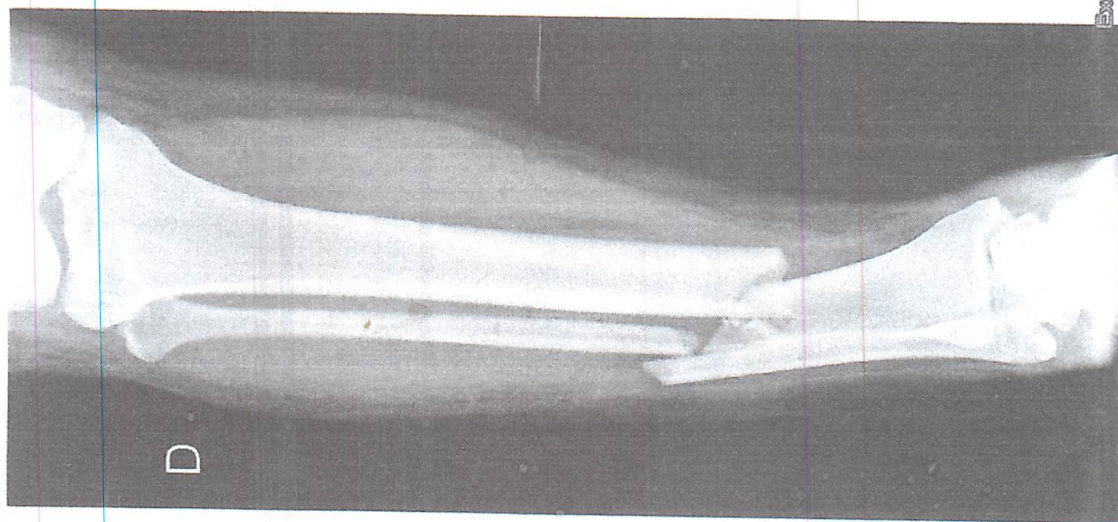


Assinado eletronicamente por: THAYSON CARVALHO MAURIZ - 21/10/2019 16:28:44

<https://tjpi.pje.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19102116284353000000006523407>

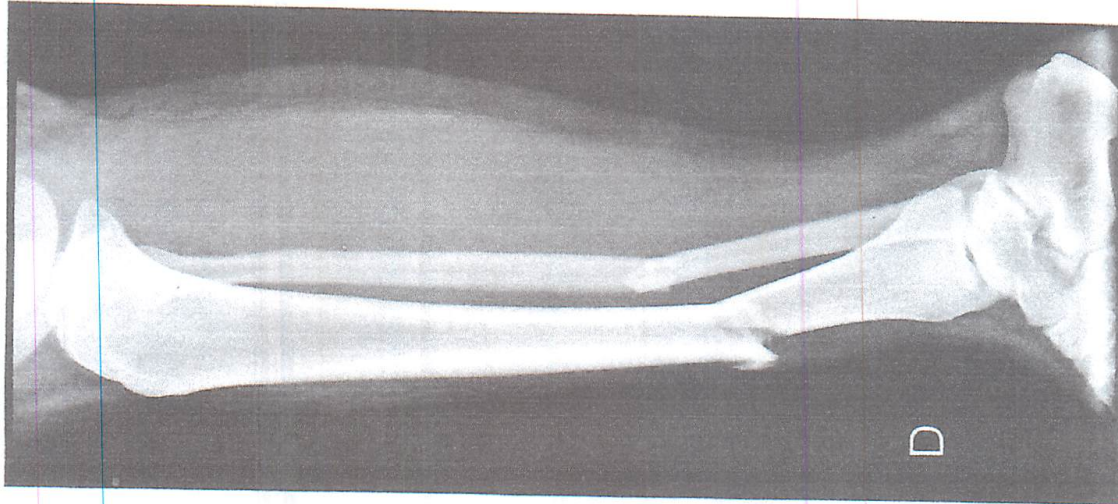
Número do documento: 19102116284353000000006523407

HPM/PI  
MARCELA DA SILVA  
Idade: 080Y  
Sexo: M



WC: 384  
WW: 748

Exame: 16/02/2016  
Hora: 10:48  
Guest



Petição Inicial em Anexo...





**THAYSON CARVALHO MAURIZ**  
**ADVOGADO**

**EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUIZA DE DIREITO DA VARA  
ÚNICA DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE ITAINOPOLIS - PI**

**MARCIELA DA SILVA**, brasileira, solteira, trabalhadora rural, portadora da cédula de Identidade nº 2.858.491 SSP PI, inscrita no CPF/MF sob o nº 042.886.013-39, residente e domiciliada na Lagoa da Forquilha, Zona Rural do Município de Isaias Coelho, no Estado do Piauí, CEP. 64.570-000, vem, respeitosamente, à presença de V. Exa., por seu advogado infra-assinado, mandato em anexo, com escritório profissional no endereço de rodapé, onde recebe intimações de estilo, através de procedimento sumário, para fins do art. 106, I, do Novo Código de Processo Civil, com fulcro na Lei 8.441/92 que deu nova redação à Lei Federal 6.194/74 e nos demais dispositivos legais que regem a matéria, vem, mui respeitosamente a V.Exa., propor a presente:

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**  
**(pelo rito sumário previsto no art. 275 do CPC)**

em desfavor de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, companhia de seguros participante do Consorcio de Seguradoras que operam o seguro de danos pessoais causados por veículos de via terrestre, situada na Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CNPJ 09.248.608/0001-04, CEP.: 20031-205; pelas razões que passa a expor:

**I – DA JUSTIÇA GRATUITA**

Inicialmente, por ser a Requerente por ser pessoa carente na acepção jurídica do termo, não tendo condições de arcar com o pagamento das custas processual e honorário advocatício, sem prejuízo de seu próprio fim, conforme declaração anexa e com fulcro no art. 4º da Lei 1.060/50, se requer a concessão de justiça gratuita.

Faz-se mister ressaltar Exa., que o Superior Tribunal de Justiça já firmou entendimento no sentido de que não sendo necessária à comprovação do estado de miserabilidade para a concessão da assistência judiciária gratuita é suficiente a **Declaração Pessoal de Pobreza** da parte, que inclusive pode ser feita pelo advogado do postulante, senão vejamos:

**RECURSO ESPECIAL – BENEFÍCIO DA  
ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA –  
IMPUGNAÇÃO DO PEDIDO PELA FAZENDA –  
COMPROVAÇÃO DO ESTADO DE  
MISERABILIDADE – DESNECESSIDADE –**

Rua Professor Madeira, 1760, Bloco A, Apt 101 – Horto Florestal – Teresina-PI (86) 99402-8585  
[thaysonmauriz@hotmail.com](mailto:thaysonmauriz@hotmail.com) Página 1 de 21



## THAYSON CARVALHO MAURIZ ADVOGADO

**DECLARAÇÃO DE POBREZA FEITA PELO ADVOGADO DA PARTE BENEFICIÁRIA – POSSIBILIDADE – PRECEDENTES.** O tema não merece maiores digressões, uma vez que já se encontra assentado neste pretório, no sentido de que não é necessária a comprovação do estado de miserabilidade da parte para a concessão do benefício da Assistência Judiciária Gratuita, sendo suficiente a declaração pessoal de pobreza da parte, a qual pode ser feita, inclusive, por seu advogado. Precedentes. **Recurso especial provido.** (STJ; RESP 611478/RN; Relator Min. Franciulli Netto; Segunda Turma; Publ: em 08.08.2005, p. 262.).

Em face do que foi anteriormente relatado, faz-se relevante respaldar o pedido nos diplomas legais, sendo os mesmos, a Constituição Federal, que em seu artigo 5º, inciso LXXIV, garante o acesso à justiça gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos, e também a Lei 1.060/50, que rege todo o instituto da assistência judiciária.

### **II - DO INTERESSE DE AGIR – Via administrativa inadequada – Irregularidades no pagamento leva ao ajuizamento para cobrança de diferenças**

Em momento algum a Lei que rege o Seguro Obrigatório exige que o procedimento a ser adotado pelo Beneficiário do Seguro Obrigatório se dê primeiramente pela via administrativa, mesmo porque, caso houvesse essa exigência, seria inconstitucional, ferindo o art. 5º, XXXV, da CF.

Esse é o entendimento jurisprudencial, conforme se vê abaixo:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. INDENIZAÇÃO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. INTERESSE PROCESSUAL. DESNECESSIDADE DE INGRESSAR COM PEDIDO ADMINISTRATIVO. 1. Restou evidenciado no caso em tela o interesse processual da parte autora, o qual decorre da necessidade de acesso ao Judiciário para obtenção da prestação jurisdicional que lhe assegure o pagamento da cobertura securitária. 2. A parte demandante não está condicionada a qualquer óbice de cunho administrativo para exercício de seu direito, bastando apenas que estejam preenchidas as condições da ação para ingressar em Juízo e, assim, receber a tutela jurisdicional. Portanto, a parte postulante não está obrigada a ingressar ou a esgotar a via administrativa para só então procurar amparo na via judicial. Dado provimento ao apelo. Sentença desconstituída. (Apelação Cível Nº 70032143505, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge



## THAYSON CARVALHO MAURIZ ADVOGADO

Luiz Lopes do Canto, Julgado em 30/09/2009).  
APELAÇÃO CÍVEL. DPVAT. INVALIDEZ  
PERMANENTE. PEDIDO ADMINISTRATIVO.  
DESNECESSIDADE. SENTENÇA DESCONTITUÍDA.  
A falta de requerimento administrativo não retira dos  
beneficiários o direito de postular a indenização  
diretamente na Justiça, sob pena de violação ao direito  
constitucional 5ºXXXVCF.

Contudo, para afastar quaisquer dúvidas quanto à inadequação da via administrativa no seguro DPVAT, a parte autora, expõe abaixo, os motivos pelos quais é OBRIGADA A INGRESSAR COM A PRESENTE AÇÃO:

Veja que o principal motivo é o fato de a seguradora ter fins lucrativos, o que por si só, torna tal procedimento inviável para as vítimas, uma vez que tal procedimento sequer garante o contraditório e a ampla defesa, não podendo assim, ser comparada ao INSS, porque o INSS não tem fins lucrativos e seus procedimentos administrativos foram criados por lei, garantindo ainda a ampla defesa e o contraditório. Ao contrário, a seguradora visa tão somente o LUCRO em detrimento das vítimas.

- Administrativamente a seguradora não paga a correção monetária cujo o termo inicial, deve ser a partir da data em que entrou em vigor a medida provisória nº 340/2006 que alterou o valor da indenização e fixou em R\$ 13.500,00, ou seja, dia 29/12/2006 (a partir daqui, esse valor ficou fixo e não houve correção).
- Nos processos administrativos realizados pela seguradora, quando realizada a perícia, o que se vê é um enorme caos, um mar de obscuridade, a começar pelos médicos escolhidos pela mesma, pois em geral não são especializados em perícia médica, e são obrigados a seguir um formulário que contém as quantificações definidas em 10%, 25%, 50%, 75% e 100%, ou seja, se a incapacidade de uma pessoa for de 90%, os profissionais tem que marcar 75%, e assim degressivamente, prejudicando as vítimas.
- Além dos sérios problemas com a imparcialidade das perícias da seguradora, a mesma, impõe óbices no pagamento administrativo mesmo que a menor, alegando causas banais ou já superadas pelo entendimento jurisprudencial, como por exemplo a exigência no pagamento do DUT.
- A Seguradora Líder diligencia e faz todos os esforços junto ao governo federal, câmara dos deputados e ao senado, para aprovarem medidas provisórias e leis, que só visam ao lucro para o convênio DPVAT e sempre em detrimento das vítimas.

Por esses motivos, TODOS os processos administrativos referentes a invalidez permanente e DAMS, são objetos de lide no judiciário, porque a seguradora nunca faz o pagamento correto, ou seja, a seguradora apenas usa o procedimento do pagamento administrativo para atrasar a vítima, e até desmotiva-la.

Diante de todos esses motivos, não há que se falar também em princípio da causalidade e sucumbência autoral, pois como visto, a seguradora historicamente sempre deu muitos motivos para o ajuizamento de ações de cobranças de seguros.

### III - DA SITUAÇÃO FÁTICA

Rua Professor Madeira, 1760, Bloco A, Apt 101 – Horto Florestal – Teresina-PI (86) 99402-8585  
[thaysonmauriz@hotmail.com](mailto:thaysonmauriz@hotmail.com) Página 3 de 21



## **THAYSON CARVALHO MAURIZ**

### **ADVOGADO**

No dia 11 de Fevereiro de 2018, por volta das 12 horas, a autora sofreu um grave acidente automobilístico, sofrendo lesões corporais onde, em atendimento médico fora constatado UMA SÉRIE DE LESÕES GRAVES, que resultou em **DEBILIDADE PERMANENTE**, conforme boletim de ocorrência e laudos, em anexos.

Sendo a autora, vítima de acidente automotor, atrai a aplicação da Lei 6.194/74 (Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre ou por sua carga, a pessoa transportada ou não); conforme art. 3, alínea “b” que dispõe:

“Art. 3º. Os danos pessoais coberto pelo seguro estabelecido no art. 2 compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que seguem, por pessoa vitimada:

(...)

**II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)– no caso de invalidez permanente;**

**III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.**

Há de ser ressaltado que foi requerido administrativamente a liberação da **INTEGRALIDADE** do valor da indenização do seguro DPVAT, por invalidez **PERMANENTE**, sendo que não foi pago nenhum valor.

E em relação as despesas medicas, todas elas foram custeadas pelo SUS.

No caso em tela, o laudo médico atesta que as **LESÕES** sofridas pela requerente, foram graves inclusive em razão do acidente teve passar diversos meses sem laborar, e para quem vive da roça como a autora, passar um dia sem trabalhar, significa passar necessidades.

Convém ressaltar Exa. que a requerente ficou além da deformação no pé esquerdo, a sequelas foi tamanha, que a mesma não consegue caminhar, sendo necessário o auxílio de muletas e/ou cadeira de roda para se locomover.

E de acordo com a tabela instituída pela Lei nº. 11945/2009, o percentual a ser pago é de 100% (cem por cento), equivale a R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) pelo pedido de invalidez permanente, bem como o valor de R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) pelas despesas medicas, caberia a autora receber esta quantia, tendo em vista não ter recebido esse valor, na verdade não percebendo valor nenhum.

Vale salientar que a Lei nº. 1945/2009 infringe o princípio da dignidade da pessoa humana, fundamento básico do estado de direito da República Federativa do Brasil, uma vez que o seguro DPVAT é instrumento de primeiro auxílio às vítimas de acidente de trânsito.





## THAYSON CARVALHO MAURIZ ADVOGADO

Exa. A requerente ainda realizou diversos procedimentos cirúrgicos, e por não ter dinheiro para realizar tais procedimentos, conseguiu com ajuda de amigos e/ou familiares devido à urgência e o risco de perder seu pé completamente.

Diante da vasta documentação juntada, vem requerer o valor integral a título de indenização pela invalidez permanente.

Neste sentindo Excelência, em decorrência do acidente sofrido, pela requerente, busca a tutela jurisdicional do Estado para fazer valer o seu Direito.

### **IV - DIREITO**

O art. 3º da lei nº. 6.194/74, estabelece que os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, conforme se vê abaixo:

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, fazendo jus a parte autora ao recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso)

### **V - PROVA DOCUMENTAL DEVIDAMENTE JUNTADA - DOCUMENTAÇÃO MÉDICA HOSPITALAR E BOLETIM DE OCORRÊNCIA - NEXO DE CAUSALIDADE DEVIDAMENTE DEMONSTRADO**

O fato foi devidamente comprovado pela parte autora, de acordo com o art. 5º da Lei 6.194/74, § 1, a), que diz que:

*“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente”...*



## THAYSON CARVALHO MAURIZ ADVOGADO

Mediante a entrega dos seguintes documentos:

*“registro da ocorrência no órgão policial competente”.*

Veja que a lei não diz se o Boletim de Ocorrência deve ser comunicado ou não, exige-se o Boletim de Ocorrência OU Certidão de Ocorrência. É ônus da Seguradora fazer prova de que as informações contidas no Boletim de Ocorrência, ou na Certidão de Ocorrência, não são verdadeiras, se assim por ventura alegar.

Além do Boletim de Ocorrência, outros documentos juntados pela parte autora, corroboram a veracidade das declarações expostas no BO. Portanto, o conjunto probatório, atesta o fato como verdadeiro.

Veja Excelência, que a parte autora cumpriu o determinado pelo Artigo 333, I do Código de Processo Civil, pois junta documentos comprovando suas alegações (BOLETIM DE OCORRÊNCIA, conforme art. 5º da Lei 6.194/74, § 1, a), além da documentação médica hospitalar), *portanto, meras alegações da seguradora alegando o contrário, não podem ser admitidas.*

É dever da Seguradora Requerida, cumprir com o determinado pelo art. 333, II do CPC, que diz que ao réu incumbe o ônus da prova, *quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.*

Não obstante, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso, entende, que a simples prova do acidente e da invalidez permanente, podem ser provados por outros meios de provas, não dependendo exclusivamente de Laudo Pericial ou Boletim de Ocorrência, conforme se vê no recurso de apelação nº 69727/2008, abaixo transcrição da ementa:

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL Nº 69727/2008 - CLASSE II - 21 - APELANTE:  
SUL AMÉRICA CIA. NACIONAL DE SEGUROS

APELADO: JOSÉ RONALDO DA SILVA

Número do Protocolo: 69727/2008

Data de Julgamento: 8-9-2008

EMENTA:

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA - DPVAT - PRELIMINAR DE DESERÇÃO - REJEITADA - ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO NEXO CAUSAL - AFASTADA - LAUDO DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL - DISPENSÁVEL - POSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO POR OUTROS ELEMENTOS DE PROVA - SINISTRO E INVALIDEZ DE CARÁTER PERMANENTE - COMPROVAÇÃO DO NEXO CAUSAL - SALÁRIO MÍNIMO - ALEGADA IMPOSSIBILIDADE DE VINCULAÇÃO - AFASTADA - PARÂMETRO PARA A FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO - POSSIBILIDADE - GRAU DE INVALIDEZ RESULTANTE DO ACIDENTE DE TRÂNSITO -



## THAYSON CARVALHO MAURIZ ADVOGADO

DESNECESSIDADE - RESOLUÇÕES DO CNSP -  
PRINCÍPIO DA HIERARQUIA DAS LEIS - RECURSO  
DESPROVIDO.

Nos termos do artigo 5º da Lei nº 6.194/74, “o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente”.

*Demonstrado o nexo causal existente entre o acidente automobilístico e a lesão de caráter permanente na vítima, impõe-se o dever de indenizar.*

O LAUDO PERICIAL DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL NÃO CONFIGURA DOCUMENTO ESSENCIAL E IMPRESCINDÍVEL À PROPOSITURA DA AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA, NOTADAMENTE PORQUE A INCAPACIDADE DECORRENTE DO SINISTRO PODE SER AFERIDA POR OUTROS MEIOS DE PROVA(...).

Portanto, cumpre a parte autora com o determinado por lei e embasado na jurisprudência, para fazer jus ao reconhecimento do direito a indenização, bem como ao recebimento da mesma, o que desde já requer.

Assim, resta claro que a requerente deve ser indenizada pelo seguro, como medida de direito, visto que esta devidamente comprovado o acidente.

Neste sentido, vejamos nossa Jurisprudência:

**APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA DPVAT INDENIZAÇÃO POR MORTE BOLETIM DE OCORRÊNCIA - IRRELEVÂNCIA JUNTADA DE DOCUMENTO HÁBIL A DEMONSTRAR A EXISTÊNCIA DE NEXO CAUSAL ENTRE O ACIDENTE E O DANO ALEGADA CARÊNCIA DE AÇÃO AFASTADA CORREÇÃO MONETÁRIA TERMO A QUO EDIÇÃO DA MP Nº 340 /2006 MERA RECOMPOSIÇÃO DA MOEDA EM RAZÃO DA DEPRECIÇÃO INFLACIONÁRIA RECURSO DESPROVIDO. (TJPR - 8771997 PR 877199-7 (Acórdão) TJPR).**

**EMENTA: SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT INDENIZAÇÃO POR MORTE CORREÇÃO MONETÁRIA QUE DEVE TER O SEU TERMO INICIAL DE INCIDENCIA A PARTIR DA DATA DO ÓBITO VERBA INDENIZATORIA QUE DEVE SER FIXADA COM BASE NO SALÁRIO MÍNIMO EM VIGOR NA DATA DO FALECIMENTO DA VÍTIMA RECURSOS IMPROVIDOS. (TJSP - Apelação APL 9196426172009826 SP 9196426-17.2009.8.26.0000).**





## THAYSON CARVALHO MAURIZ ADVOGADO

É entendimento já pacificado pela jurisprudência pátria que o pagamento do referido seguro deverá ser efetuado por qualquer seguradora privada integrante do consórcio instituído pela resolução 1/75 do CNSP. Vejamos o seguinte julgado:

**EMENTA: FACULDADE DE ESCOLHA DA SEGURADORA FINALIDADE DO VEICULO. IRRELEVANCIA.** *Qualquer seguradora responde pelo pagamento da indenização do seguro obrigatório, pouco importando a condição do veículo e a finalidade a que se destina, defeso torna-se a imposição de limites por Resolução. (Acórdão nº 2.115/01, proferido nos autos do Recurso nº 926/01, publicado do DJ-MA em 06/07/01).*

Outrossim, convém trazer a baila, demonstração da mais pacífica jurisprudência a respeito da pretensão em comento. Senão vejamos:

*Enunciado nº 26 TJMA – Não se aplicará a tabela anexa da Lei nº. 11945/2009 porque infringe o princípio da dignidade da pessoa humana, fundamento básico do estado de direito da República Federativa do Brasil. (Aprovado em reunião em 31/08/09).*

“(…) De logo convém registrar: para efeito de pagamento do seguro DPVAT, o valor do quantum indenizatório nas hipóteses de invalidez permanente pode assumir três possibilidades: 1. Para os sinistros ocorridos antes da Medida Provisória nº 340 (29/12/2006), convertida na Lei nº 11.482/2007 (31/05/2007), e portanto sob a égide da Lei nº 6.194/74, a indenização corresponderá a quarenta salários mínimos vigentes. 2. Já para os sinistros ocorridos após a legislação referida, a indenização se resumirá no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), adotando -se o estipulado no art. 8º da Lei nº 11.482/2007. 3. Por fim, na hipótese de o sinistro ser efetivado após o advento da Medida Provisória nº 451, de 18/12/2008, convertida na Lei Complementar nº. 11.945 de 24/06/2009 é que se adotará, para efeitos de indenização, os percentuais de gradação de invalidez por ela previstos. **No caso em tela, o acidente ensejador da demanda ocorreu em 10/07/2017. A regra em vigor àquela época é, portanto, a Lei nº 11.945/09 (grifo nosso).**

De acordo com a determinação introduzida pela citada Lei, nos casos desta natureza a cobertura do seguro DPVAT é devida no montante de até R\$ 13.500,00, sendo necessário quantificar o grau de invalidez para se obter o valor proporcional da indenização, nos termos artigo 31 da Lei nº. 11.945/09, bem como reembolsar nas despesas médicas o valor de R\$ 2.700,00.

Em conformidade com o entendimento dominante do Superior Tribunal de Justiça.

“(…)”

(Proc. 0032929-89.2010.8.17.0001. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO. GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO. 3º CÂMARA CÍVEL. Apelação Cível nº 230825-0 Apelante: Seguradora Líder dos Consórcios do



## THAYSON CARVALHO MAURIZ ADVOGADO

Seguro DPVAT S/A. Apelada: Magno Galdino do Nascimento Relator: Des. Eduardo Sertório DECISÃO TERMINATIVA. SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES APELAÇÃO CÍVEL 4550/96 - Reg. 3 204-1 Cod.96.001.04550 QUARTA CÂMARA - Unânime Juiz: PAULO GUSTAVO REBELLO HORTA - Julg: 27/06/96 DPVAT. FALTA DE CONTRATAÇÃO DO SEGURO. LEI N. 8441/92. INCONSTITUCIONALIDADE. INOCORRENCIA. A Lei n. 8441/92 não conflita com o art. 192 da Constituição da Republica nem contraria a essência do contrato de seguro, previsto no art. 1432 do Código Civil, nos casos em que o seguro não se acha realizado ou vencido, pois a constituição obrigatória do consorcio de seguradoras foi criado juntamente para cobrir a indenização por pessoas acidentadas independente do pagamento do premio. Inconstitucionalidade rejeitada. A indenização por morte em acidente de transito e de vida, mediante simples prova do acidente, ainda que não reconhecido o DPVAT. Cabe a seguradora acionada reaver do consorcio o que tiver satisfeito em face da aplicação do art. 7. Da Lei. Nº 8.441/92.

No que concerne ao posicionamento do **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, há de ser posto o seguinte:

**SÚMULA n. 229:** O pedido do pagamento de indenização à seguradora suspende o prazo de prescrição até que o segurado tenha ciência da decisão.

**SÚMULA n. 257:** A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização.

Assim sendo, não resta outra alternativa à autora, senão ingressar com a presente ação, afim de receber o valor correspondente ao complemento do seguro DPVAT, calculados com base no valor da data da efetiva liquidação.

Assim, comprovado com a documentação que na data do acidente, a lei vigente referenciava a invalidade de modo amplo, tal indenização é devida no seu valor máximo.

A Lei nº 11.482/07 determina o patamar de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), e levando - se em consideração o percentual **MÁXIMO** relativo à **PERDA/INUTILIZAÇÃO/DEBILIDADE** de partes do corpo da postulante conforme Laudo Médico anexo (doc. anexo), respeitados os termos da própria tabela inserida pela Lei 11.945/2009 resta a autora receber uma complementação a título de indenização de seguro DPVAT pela lesão que a mesma suporta em razão do sinistro.

**Neste sentido, o laudo acostado pela demandante aponta sem titubeios as debilidades permanentes em razão do acidente. Portanto, diante do exposto, a**



## THAYSON CARVALHO MAURIZ ADVOGADO

indenização a que faz jus é aquela em que prevê a Lei regulamentadora do Seguro DPVAT.

Com isso, torna-se notório seu direito de receber o valor correspondente à indenização por invalidez permanente em grau máximo, ou seja, R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Assim, de modo límpido nos deparamos com uma gritante violação do direito da parte Autora, como no caso em tela, tendo por consequência lógico-jurídica o ato ilícito, que de logo deve ser reparado.

Nunca é demais ratificar que a Lei n.6.194/74, determina o pagamento da indenização mediante a SIMPLES ocorrência do acidente e do dano por ele provocado, no entanto, as seguradoras, dentre as quais figura a demandada, procura inviabilizar o Seguro DPVAT, agindo em rota de colisão com o dispositivo legal já citado.

As provas colecionadas pela parte requerente, aponta, retratam a(s) debilidade(s) a que ficou restrita.

Convém ainda informar que a requerente ficou por quase dois meses internada em decorrência do acidente.

Destarte, segundo a determinação legal, será devido o pagamento da indenização mediante a mera ocorrência do sinistro e da extensão do DANO por ele provocado.

### **VI - DA PROVA PERICIAL – Da teoria da dinamização do ônus da prova**

O sistema processual brasileiro, ao definir que a cada parte cabe provar o que alegou, adotou a Teoria Clássica que possui uma concepção estática do ônus da prova.

Isto é, a distribuição do ônus, segundo o Código de Processo Civil, define-se abstrativamente, considerando-se apenas as hipóteses legais, sem sofrer qualquer influência ou interferência da situação posta em juízo.

Observa-se, portanto, que o CPC não conferiu mutabilidade ao ônus da prova de modo que as particularidades da causa pudessem, em determinadas hipóteses, alterar a regra comum de distribuição de ônus da prova.

Ao ignorar as particularidades da causa, demonstrou-se em desarmonia com o modelo constitucional do direito processual civil, pautado no direito fundamental de acesso à justiça, que exige uma leitura do processo, de seus procedimentos e de suas técnicas, consoante as particularidades de cada causa.

Por conta disso, tem-se destacado e ganhado espaço na doutrina nacional a **Teoria da Distribuição Dinâmica do Ônus da Prova**, que indica um modelo de distribuição pautado na dinâmica da própria relação jurídica processual em análise, podendo-se a ela se ajustar, com o fim de melhor atender às especificidades da causa em concreto.





## THAYSON CARVALHO MAURIZ ADVOGADO

Assim, seguindo a **Teoria da Distribuição Dinâmica do Ônus da Prova**, este ônus não decorre de uma simples definição em abstrato do legislador, ele deve ser desempenhado pela parte que, conforme as particularidades do caso em concreto possuem as melhores condições de provar os fatos.

Por meio dessa teoria, a análise a respeito de quem tem o ônus de produzir a prova fica a cargo do magistrado, enquanto gestor da prestação jurisdicional. Nas palavras de Humberto Theodoro:

*“Fala-se em distribuição dinâmica do ônus probatório, por meio da qual seria, no caso concreto, conforme a evolução do processo, atribuído pelo juiz o encargo de prova à parte que detivesse conhecimentos técnicos ou informações específicas sobre os fatos discutidos na causa, ou, simplesmente, tivesse maior facilidade na sua demonstração. É necessário, todavia, que os elementos já disponíveis no processo tornem verossímil a versão afirmada por um dos contendores e defina também a nova responsabilidade pela respectiva produção.” (Curso de Direito Processual Civil: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. 48. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008).*

Nesse sentido o julgado do E. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul:

“AGRAVO INTERNO. SEGUROS. AÇÃO DE COBRANÇA. DPVAT. ADIANTAMENTO. HONORÁRIOS DO PERITO. TEORIA DAS CARGAS PROCESSUAIS DINÂMICAS. REGRA PROCESSUAL QUE TRATA DO ENCARGO DE ANTECIPAR AS DESPESAS PARA PRODUÇÃO DE PROVA NECESSÁRIA A SOLUÇÃO DA CAUSA. HONORÁRIOS. VALOR. ADEQUAÇÃO. TERMO DE COOPERAÇÃO. INAPLICABILIDADE. PRINCÍPIOS DA BOA FÉ E DA SOLIDARIEDADE NA BUSCA DA VERDADE REAL. 1. Preambularmente, cumpre destacar que é aplicável ao caso dos autos a teoria das cargas processuais dinâmicas, uma vez que as partes não se encontram em igualdade de condições para a coleta probatória pretendida, *in casu* levantamento técnico, existindo óbice para a realização desta em face da hipossuficiência da parte demandante importar na delonga desnecessária da solução da causa, o que atenta aos princípios da economia e celeridade processo. 2. Note-se que a teoria da carga dinâmica da prova parte do pressuposto que o encargo probatório é regra de julgamento e, como tal, busca possibilitar ao magistrado produzir prova essencial ao convencimento deste para deslinde do litígio, cujo ônus deixado à parte hipossuficiente representaria produzir prova diabólica, isto é, de ordem negativa, ou cuja realização para aquela se tornasse de difícil consecução, quer por não ter as melhores condições técnicas, profissionais ou mesmo fáticas, sejam estas de ordem econômico-financeira ou mesmo jurídica para reconstituir os fatos. 3. Aplica-se a teoria da carga dinâmica probatória, com a inversão do ônus de suportar o



## THAYSON CARVALHO MAURIZ ADVOGADO

adiantamento das despesas com a produção de determinada prova, com base no princípio da razoabilidade, ou seja, é aceitável repassar o custo da coleta de determinada prova a parte que detém melhor condição de patrocinar esta, a fim de se apurar a verdade real e obter a almejada justiça. 4. Releva ponderar que a dinamização do ônus da prova será aplicada quando for afastada a incidência do artigo 333 do código de processo civil por inadequação, ou seja, quando for verificado que a parte que, em tese, está desincumbida ao *ônus probandi*, pois não possui as melhores condições para a realização de prova necessária ao deslinde do feito. 5. Assim, a posição privilegiada da parte para revelar a verdade e o dever de colaborar na consecução desta com a realização da prova pretendida deve ser evidente, consoante estabelecem os artigos 14, I, e 339, ambos do código de processo civil, pois se aplica esta regra de julgamento por exceção, a qual está presente no caso dos autos, pois a parte demandada conta com melhores condições jurídicas e econômicas de produzir tal prova, pois se trata de seguradora especializada neste tipo de seguro social. 6. No presente feito não merece guarida à pretensão da parte agravante, uma vez que o art. 333 do código de processo civil estabelece que os honorários do perito serão pagos antecipadamente pela parte que houver requerido o exame técnico, ou pelo autor, quando pleiteado por ambas as partes ou determinado de ofício pelo juiz, desde que aquela regra geral não importe em dificultar a realização da prova pretendida ou retardar a solução da causa, o que autoriza a inversão do encargo de adiantar o montante necessário a produção da prova pretendida. 7. Destaque-se que mesmo a perícia sendo determinada de ofício pelo magistrado é possível a inversão do encargo de adiantamento dos honorários de perito, desde que atendidas às condições atinentes a teoria da carga dinâmica da produção probatória. 8. Frise-se que a teoria da carga dinâmica da prova ou da distribuição dinâmica do ônus da prova é regra processual que visa definir, qual parte suportará os custos do adiantamento das despesas para realização de determinada prova necessária a solução do litígio no curso do feito, dentre as quais os honorários periciais. Logo, não há prejuízo a qualquer das partes com esta medida de ordem formal, pois a prova em questão irá servir a realização do direito e prestação de efetiva jurisdição, com a apuração de verdadeira reconstituição dos fatos discutidos, o que interessa a todos para alcançar a pacificação social. 9. Cumpre ressaltar, também, que antes da realização da perícia os honorários são fixados provisoriamente, a fim de ser dado início a avaliação técnica pretendida, contudo, por ocasião da decisão final, o magistrado pode estabelecer em definitivo aquela verba de



## THAYSON CARVALHO MAURIZ ADVOGADO

sucumbência em patamar superior ao inicialmente feito, de acordo com o princípio da proporcionalidade e grau de complexidade do exame levado a efeito, atribuindo o pagamento daquela à parte sucumbente na causa. 10. Assim, devem ser mantidos os honorários definitivos fixados em dois salários mínimos, caso sucumbente a demandada. 11. No entanto, como a perícia foi postulada por ambas as partes, os honorários de adiantamento caso devessem ser alcançados pelo estado, de acordo com os limites impostos no ato nº 051/2009-p, isto se o ente público não possa prestar esta diretamente mediante corpo técnico habilitado para tanto, o que não incide no caso dos autos devido à aplicação da teoria das cargas processuais dinâmicas. 12. Descabe a aplicação do termo de cooperação nº 103/2012 firmado entre este egrégio tribunal de justiça e a seguradora líder dos consórcios do seguro DPVAT, tendo em vista que o referido termo diz respeito ao projeto conciliação. 13. É oportuno ressaltar que o termo "cooperação" pressupõe consenso e aceitação por ambas as partes, propiciando o poder judiciário esta aproximação, mas não importa em medida coercitiva e obrigatória a ser aplicada a questão de ordem privada, quando não há esta composição prévia. Ao contrário, no caso dos autos a matéria é controvertida e litigiosa, pendente de decisão judicial, logo, não se aplica aquela parametrização sugerida para os honorários periciais, devendo estes atender aos parâmetros usualmente fixados pela Lei Processual Civil, princípios jurídicos e critérios fixados jurisprudencialmente. 14. Os argumentos trazidos no recurso não se mostram razoáveis para reformar a decisão monocrática. Negado provimento ao agravo interno. (TJRS; AG 521201-30.2013.8.21.7000; Porto Alegre; Quinta Câmara Cível; Rel. Des. Jorge Luiz Lopes do Canto; Julg. 25/03/2014; DJERS 28/03/2014).

Seguindo a influência da doutrina favorável à dinâmica da distribuição do ônus da prova, bem como a jurisprudência, o Projeto de Lei nº 8.046/2010, que trata do novo Código de Processo Civil Brasileiro, trouxe essa já pacificada possibilidade de dinamização do ônus da prova.

Com base na premissa apresentada, com o fim de chegar-se a uma justiça processual e, pautada na orientação doutrinária acima delineada, requer, desde já, Requerer a aplicação da teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova, com a inversão do ônus de suportar o adiantamento das despesas com a produção da prova pericial, tomando por base, o princípio da razoabilidade, pois a seguradora Requerida detém melhores condições de patrocinar esta, a fim de se apurar a verdade real e obter a alcançando assim, a almejada justiça.

### **VII - DOS JUROS LEGAIS E DA CORREÇÃO MONETÁRIA**





## THAYSON CARVALHO MAURIZ ADVOGADO

Os documentos apresentados fazem provas suficientes da incapacidade sofrida pela Requerente, devendo ser reconhecido o direito a indenização, com juros a partir da citação, e correção monetária a partir da entrada em vigor da Medida Provisória nº 340, ou seja, a partir do dia 29/12/2006, data que os valores foram congelados e a partir daí, nunca mais teve reajustes.

Excelência, como já é sabido, a Medida Provisória nº 340/2006, alterou o valor para pagamento das indenizações no seguro obrigatório DPVAT, de 40 (quarenta) salários-mínimos, para até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Pois bem, essa medida provisória que depois foi convertida para Lei 11.482/2007, FIXOU os valores, e desde então, esses valores jamais foram corrigidos, ou reajustados, sofrendo a INEVITÁVEL e progressiva deterioração pela inflação.

Ressalta-se que, considerando que a inflação medida pelo IPCA acumulada do mês posterior à aprovação da mudança (dezembro de 2006) até julho de 2012, chegou a 31,4%, a perda de valor do sinistro do DPVAT já atingiu quase 1/3 (um terço).

Nota-se ainda que os valores arrecadados pelo DPVAT, conforme informações do sítio da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, são expressivos e têm se incrementado continuamente **(TODO ANO É REAJUSTADO, E O PAGAMENTO PELO CONTRIBUINTE É OBRIGATÓRIO)**.

De uma arrecadação total de R\$ 1,9 bilhão em 2005, o DPVAT arrecadou R\$ 6,7 bilhões em 2011. As indenizações neste período também cresceram, mas em proporções bem inferiores.

Enquanto as indenizações representavam 36,2% do total arrecadado com o DPVAT em 2005, esta proporção atingiu 34,1% em 2011, pouco mais de dois pontos a menos.

**A correção monetária a partir da entrada em vigor da Medida Provisória nº 340, ou seja, a partir do dia 29/12/2006**, data que os valores foram congelados e a partir daí, nunca mais teve reajustes, é medida que se faz urgente, para evitar o enriquecimento sem causa das sociedades seguradoras, em detrimento do contribuinte.

Acompanhando todas as manobras das seguradoras, até conseguirem a edição da medida provisória em comento, ficou claro, que a norma não trouxe nenhuma forma de reajuste de propósito. Tudo fazia parte de um grande plano das seguradoras para diminuir o valor que seria repassado às vítimas de acidente, de forma progressiva.

Inclusive contando com os efeitos corrosivos decorrentes da falta de um fator ou índice de correção.

Mas esse é outro assunto. Especificamente falando da correção monetária, esta visa manter o poder aquisitivo da moeda vigente no país, meio circulante de curso forçado com efeito liberatório das obrigações avençadas, cujo valor efetivo visa estabilizá-la como meio de troca econômica.



## THAYSON CARVALHO MAURIZ ADVOGADO

Sobre o assunto, são os ensinamentos do ilustre jurista José de Aguiar Dias (DIAS, José de Aguiar, Da Responsabilidade Civil, XIª ed., revis., atual e amp., de acordo com o código Civil de 2002 por Rui Berford Dias SP, RJ, PE: Renovar, 2006, p. 988), ao asseverar que:

*“A fórmula de atualização mais indicada, portanto, é a correção monetária, que é uma compensação à desvalorização da moeda. Constitui elemento integrante da condenação, desde que, no intervalo entre a data em que ocorre o débito e aquela em que é satisfeito, tenha ocorrido desvalorização. Se o devedor tem que pagar 100 reais e os 100 reais que ele ficou a dever não são mais, 100 reais, mas 100 reais menos a desvalorização sofrida pela moeda, é evidente que só se exonerará do débito e o credor só receberá o que lhe é devida, se o valor real, desconstruído do valor nominal, for reintegrado, mediante o acréscimo da diferença verificada”.*

Ainda, é oportuno trazer à baila as lições de Arnaldo Wald (WALD, Arnaldo. Correção monetária de condenação judicial em ação de responsabilidade civil. Revista de Processo, São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 104, n. 26, p. 133-149, out.- dez/2001) quanto à atualização monetária, transcritas a seguir:

*“Cabe agora verificar de que forma se deverá calcular a correção monetária da indenização, de forma a assegurar que o valor real do dano seja o mais rigorosamente preservado. Trata-se de um imperativo de ordem ética e jurídica, de forma a se obter a integral reparação do dano sem privilegiar ou punir qualquer das partes envolvidas.*

*Como já dissemos acima, a correção monetária da condenação não pode servir de benefício ao devedor, mas tampouco pode constituir em prêmio ao credor. Ela deve ser aplicada de forma a preservar e manter a essência da indenização, ajustando os números à realidade inflacionária e, consequentemente, mantendo o poder aquisitivo do dinheiro desvalorizado.*

*(...)*

*Sendo assim, sempre que houver depreciação monetária entre o momento da fixação do montante pecuniário da indenização e o instante do pagamento, a expressão nominal do dinheiro deve ser reajustada para que continue a traduzir o valor intrínseco do dano a reparar”.*

Como a correção monetária tem por finalidade recompor o poder aquisitivo da moeda corroída pela inflação, nada mais justo, portanto, que o início da sua incidência se dê desde a data da entrada em vigor da Medida Provisória que alterou e CONGELOU os valores em até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Portanto, com todas as vênias, aos que entendem que a correção monetária no seguro DPVAT, deve incidir a partir da data do sinistro ou do protocolo/distribuição da ação, pode-se afirmar com certeza que esse entendimento é absolutamente equivocado, especificamente quando se trata de sinistro ocorrido a partir da entrada em vigor da medida provisória nº 340/2006. Isso porque, como visto, essa medida provisória, congelou os valores LÁ EM 2006.

Para exemplificar, se uma pessoa sofrer um acidente de trânsito no ano de 2020, e deste acidente resultar incapacidade total de um dos membros inferiores, o valor a ser pago a essa vítima pelas seguradoras, será o valor equivalente a perda do membro (de acordo com a tabela), em valores nominais fixados no ano de 2006. Se o magistrado determinar que esse valor seja corrigido desde a data do acidente ou da distribuição da ação, o prejuízo será de enormes proporções, pois serão 14 anos de deterioração da moeda.



## THAYSON CARVALHO MAURIZ ADVOGADO

Alguns Tribunais Pátrios já perceberam essa defasagem e já estão determinando a correção desde a data da publicação da medida provisória, senão vejamos:

EMENTA: AGRADO REGIMENTAL EM APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO DPVAT. APLICAÇÃO DA TABELA INTRODUTIDA PELA MP Nº 451/08. IMPOSSIBILIDADE. SINISTRO OCORRIDO ANTES DA SUA VIGÊNCIA. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. DATA DA PUBLICAÇÃO DA MP Nº 340. RECOMPOSIÇÃO DA MOEDA. AGRADO IMPROVIDO. 1. A Medida Provisória 451/08, que estabelece uma gradação do valor da indenização a depender da intensidade da deficiência sofrida, não se aplica ao presente caso, eis que posterior à ocorrência do sinistro. 2. Aplica-se a correção monetária a partir da publicação da MP nº 340, eis que desde essa data o valor da indenização não se alterou, mas o valor dos prêmios continuou sendo atualizado, propiciando, assim, a recomposição do valor da moeda. 3. Agravo regimental conhecido, mas improvido. (TJDF, 2ª T. Cível, ac. 487.348, Des. J. J. Costa Carvalho, julgado em 2011). APELAÇÃO CÍVEL. DPVAT. ACIDENTE OCORRIDO EM 25/04/07. VALOR DA INDENIZAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. 1. É APLICÁVEL A LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA DO DPVAT DA ÉPOCA DO ACIDENTE, QUE ESTABELECE A INDENIZAÇÃO NO VALOR DE R\$13.500,00 PARA A HIPÓTESE DE INCAPACIDADE PERMANENTE, TOTAL OU PARCIAL. 2. A CORREÇÃO MONETÁRIA INCIDE A PARTIR DA VIGÊNCIA DA MP 340/06, SOB PENA DE INACEITÁVEL INJUSTIÇA CONSISTENTE EM VALOR CORROÍDO PELA INFLAÇÃO E AGRAVADA PELOS FREQUENTES REAJUSTES DO PRÊMIO.(TJ-DF - APC: 20080710006606 DF 0000541-65.2008.8.07.0007, Relator: CRUZ MACEDO, Data de Julgamento: 12/09/2012, 4ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE: 12/07/2013. Pág.: 154). “(...) ‘Comprovada a debilidade permanente da função locomotora do membro inferior, ainda que em pequeno grau, nos termos da lei nº 6.194/74, a vítima faz jus ao recebimento da indenização.’ (APC 2007.01.1.032.743-9) 2. ‘Com base no princípio tempus regit actum, ocorrido o acidente em 01/02/2007, impõe-se a indenização no montante de R\$ 13.500,00 (art. 3º, da Lei 6194/74, com a redação dada pela Lei 11482/07), devidamente corrigido monetariamente, tomando, como início da fixação desse valor, a data da entrada em vigor da Medida Provisória nº 340, isto é, 29/12/2006.’ (APC 2007.10.1.004308-6) (...) (20070810070448APC, Relator ROMEU GONZAGA NEIVA, 5ª Turma Cível, julgado em 18/03/2009, DJ 06/04/2009 p. 101)” “(...) Inadequada a interpretação, ainda que positivada em resolução do CNSP, quando há lei ordinária, portanto



## THAYSON CARVALHO MAURIZ ADVOGADO

*hierarquicamente superior, que não fez qualquer distinção quanto à gradação do valor da indenização de acordo com o 'grau' da debilidade permanente sofrida pela vítima. 4. Com base no princípio tempus regit actum, ocorrido o acidente em 01/02/2007, impõe-se a indenização no montante de R\$ 13.500,00 (art. 3º, da Lei 6194/74, com a redação dada pela Lei 11482/07), devidamente corrigido monetariamente, tomando, como início da fixação desse valor, a data da entrada em vigor da Medida Provisória nº 340, isto é, 29/12/2006. (...).(20071010043086APC, Relator J. J. COSTA CARVALHO, 2ª Turma Cível, julgado em 19/11/2008, DJ 14/01/2009 p. 100)” “APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS INDISPENSÁVEIS À PROPOSITURA DA AÇÃO. NÃO CONFIGURAÇÃO. NEXO CAUSAL COMPROVADO POR OUTROS DOCUMENTOS. POSSIBILIDADE. A comprovação do nexo causal do acidente e das lesões pode ser feita por meio de outros documentos, quando ausente o registro de ocorrência perante a autoridade policial. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. DATA DA EDIÇÃO DA MP 340/2006 (29/12/2006). A indenização devida pelo seguro DPVAT, em caso de acidente ocorrido após as alterações perpetradas pela Medida Provisória 340/2006, deve ser corrigida monetariamente a partir da data de sua edição (29/12/2006), por se tratar de medida que visa à reposição inflacionária no período. RECURSO NÃO PROVIDO, COM ALTERAÇÃO, DE OFÍCIO, DA CORREÇÃO MONETÁRIA” (TJPR - 9ª C. Cível - AC - 1259547-4 - Paranavaí - Rel.: Vilma Régia Ramos de Rezende - Unânime - - J. 06.11.2014).*

Sobre o tema, o Desembargador JOSÉ ANICETO, do Tribunal de Justiça do Paraná, fez as seguintes considerações em voto de processo em que foi relator:

“Aliás, permitir que a seguradora pague em 2015 o mesmo valor fixado em 2006 é admitir um enriquecimento ilícito absurdo”.

Veja-se que a aplicação da correção monetária a partir da edição da Medida Provisória nº 340/2006, reflete a mera recomposição do poder aquisitivo do valor devido com base na referida MP. Ademais, o magistrado pode, mesmo não tendo havido pedido expresso, alterar a condenação no pagamento da correção monetária porque esta se caracteriza como acessório e consectário lógico da condenação principal, incidindo independentemente da vontade da parte.

*“Portanto, é devido o pagamento da correção monetária sobre o valor da indenização, da data da entrada em vigor da MP 340/2006, ou seja, 29/12/2006, conforme determinou a sentença”.*

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina, tem um entendimento diferente à respeito, porém, com o mesmo raciocínio, evitar a depreciação dos valores instituídos pela medida





## THAYSON CARVALHO MAURIZ ADVOGADO

provisória que foi convertida na Lei 11.482/2007, determinando a correção desde a publicação da Lei, ou seja, desde 31/05/2007, nesses termos:

“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. PAGAMENTO DE SEGURO DPVAT. INCIDÊNCIA DE CORREÇÃO MONETÁRIA. PERCENTUAL A SER APLICADO SOBRE VALOR FIXADO NA LEI 11.482/2007. CIFRA QUE REPRESENTA DETERMINADO POTENCIAL AQUISITIVO. CORREÇÃO MONETÁRIA QUE DEVE INCIDIR DESDE A DATA DE PUBLICAÇÃO DA LEI 11.482/2007, A FIM DE QUE SE PRESERVE O PODER AQUISITIVO CONFERIDO PELO LEGISLADOR À INDENIZAÇÃO RELATIVA AO SEGURO DPVAT. RECURSO PROVIDO. A representação numérica que se dá um valor é tão somente o índice do poder aquisitivo que tal valor representa. Logo, quando o Legislador estabeleceu, na Lei n. 11.482, publicada em 31-5-2007, que a indenização relativa ao seguro DPVAT deveria ser calculada com base no valor máximo de R\$ 13.500,00, o legislador conferiu aos respectivos segurados o direito de receber determinado percentual do equivalente ao poder aquisitivo que R\$ 13.500,00 representavam em 31-5-2007. Por conseguinte, os mesmos R\$ 13.500,00, nas datas em que ocorreram os acidentes de trânsito com os autores apelantes, não representavam mais o potencial aquisitivo que o Legislador destinou à indenização relativa ao seguro DPVAT, já que, para tanto, os R\$ 13.500,00 careceriam ser corrigidos monetariamente, segundo o INPC/IBGE”. (TJ-SC - AC: 20130517842 SC 2013.051784-2 (Acórdão), Relator: Carlos Prudêncio, Data de Julgamento: 02/09/2013, Primeira Câmara de Direito Civil Julgado).

Veja nobre julgadora, que a progressiva deterioração dos valores pagos a título de indenização no seguro DPVAT, é motivo de preocupação, não podendo o judiciário fechar seus olhos para esse particular.

Portanto, requer seja reconhecido o direito a indenização, e determinado que a seguradora pague tal indenização referente ao **SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT com JUROS LEGAIS de 1,0% (um por cento) ao mês, A PARTIR DA CITAÇÃO INICIAL, e CORREÇÃO MONETÁRIA com o índice INPC, a partir da data em que entrou em vigor a medida provisória nº 340/2006 que alterou o valor da indenização e fixou em até R\$ 13.500,00, ou seja, dia 29/12/2006 (a partir daqui, esse valor ficou fixo e não houve reajuste ou correção);**

### **VIII - DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS**

O advogado - em consonância com o art. 133 da Constituição Federal, bem como, com o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil - é indispensável à



## THAYSON CARVALHO MAURIZ ADVOGADO

administração da justiça, sendo a postulação a qualquer órgão do Poder Judiciário e aos Juizados Especiais sua atividade privativa, *tendo direito assegurado aos honorários convencionados, fixados por arbitramento e os de sucumbência.*

O Art. 22 da Lei 8906/94 assim preleciona:

*“Art. 22 - A prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários convencionais, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência.”*

*Neste diapasão, os honorários de sucumbência são devidos a título de gratificação, pelo motivo da boa atuação do advogado na defesa dos interesses da parte vencedora. Quanto mais o empenho dele tiver nexo com o resultado do processo, há de se convir que maior seja a verba honorária.*

Pois bem, percebe-se que o zelo profissional dos patronos desta demanda é satisfatório, uma vez que tentam por todos os meios legais - munidos de direito para respaldar o pleito - a procedência da presente ação de indenização, no fito de aliviar a dor da parte autora, de acordo com a função social do advogado e respeito à ética profissional.

O art. 20 do CPC, assim *verbis*:

Art. 20 - *A sentença condenará o vencido a pagar ao vencedor as despesas que antecipou e os honorários advocatícios (...)*

§ 1º - O juiz, ao decidir qualquer incidente ou recurso, condenará nas despesas o vencido. (Alterado pela L-005.925-1973)

(...)

§ 3º - *Os honorários serão fixados entre o mínimo de 10% (dez por cento) e o máximo de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, atendidos:* (Alterado pela L-005.925-1973)

§ 4º - “Nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante apreciação equitativa do juiz, atendidas as normas das alíneas a, b e c do parágrafo anterior.” (g. N.).

### **IX - O GRAU DE ZELO DO PROFISSIONAL**

Por ter laborado em nome da dignidade da pessoa humana, por rebater a avareza da Seguradora Requerida, de todas as formas em direito admitidas, com muito zelo, modestamente requer-se que a Requerida seja condenada no pagamento de honorários advocatícios.

Contudo, requer seja condenada a seguradora, de acordo com o art. 20, § 3º, ou seja, entre 10% a 20%, caso o direito a indenização da parte autora ultrapasse a metade do máximo permitido em lei, ou seja, o máximo permitido em lei é de R\$ 13.500,00 pelo pedido de invalidez permanente, aplicando assim, o parágrafo 3º do art. 20, que assim prevê:

§ 3º - *Os honorários serão fixados entre o mínimo de 10% (dez por cento) e o máximo de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, atendidos:* (Alterado pela L-005.925-1973).



## THAYSON CARVALHO MAURIZ ADVOGADO

Porém, caso o valor a ser indenizada à parte autora, não ultrapasse a metade do valor máximo permitido em lei, o que torna pequeno o valor, requer a aplicação do parágrafo 4º do art. 20, que assim prescreve:

§ 4º – “Nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante apreciação equitativa do juiz, atendidas as normas das alíneas a, b e c do parágrafo anterior.” (g. N.)

Esse dispositivo existe no Código de Processo civil, para evitar que honorários os honorários sejam irrisórios, aviltantes, e até desrespeitoso. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica quanto à aplicação do artigo 20, § 4º, do CPC aos casos como o dos autos, senão vejamos:

**“Pequeno que seja o valor da causa, os tribunais não podem aviltar os honorários de advogado, que devem corresponder à justa remuneração por trabalho profissional; nada importa que o vulto da demanda não justifique a despesa” (STJ, AI n. 325.270-SP, rel. Min Nancy Andrighi, j. Em 20-3-2001).**

“O arbitramento dos honorários advocatícios em patamar irrisório é aviltante e atenta contra o exercício profissional.” (AgRg no Ag 954.995/SP, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/03/2008, DJe 23/04/2008 – grifou-se.)

Diante do exposto, requer seja a Requerida condenada a pagar os honorários advocatícios, no patamar de 20% (vinte por cento) caso o direito a indenização da parte autora ultrapasse a metade do máximo indenizável, ou que seja arbitrado um valor equitativamente de acordo com o § 4º do art. 20 do CPC, caso o valor da condenação seja baixo.

### **X - DOS PEDIDOS:**

Diante de todo o exposto, pede e requer se digne V.Exa. o seguinte:

- a) Que seja designada **AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO ou MEDIAÇÃO**, conforme previsto no art. 334 do NCPC;
- b) O deferimento do benefício da **Assistência Judiciária Gratuita**, por ser pobre na forma da lei, tendo em vista que a Autora não tem como suportar as custas judiciais sem o prejuízo de seu sustento e de sua família, na forma do art. 4º da Lei nº 1060/1950, com redação introduzida pela Lei 7510/86;
- c) **A CITAÇÃO DA RÉ SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, por Carta com Aviso de Recebimento, no endereço declinado no preâmbulo, para contestar a presente ação, sob pena de revelia quanto aos fatos alegados, devendo acompanhar o processo até a sentença final;



**THAYSON CARVALHO MAURIZ**  
**ADVOGADO**

- d) **JULGAR PROCEDENTE** a presente demanda em todos os seus termos, com a condenação da Requerida ao pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT, relativo ao VALOR INTEGRAL da indenização, no valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) referente à INVALIDEZ PERMANENTE e CORREÇÃO MONETÁRIA** com o índice INPC, a partir da data em que entrou em vigor a medida provisória nº 340/2006 que alterou o valor da indenização e fixou em até R\$ 13.500,00, ou seja, dia 29/12/2006 (a partir daqui, esse valor ficou fixo e não houve reajuste ou correção), e **JUROS LEGAIS** de 1% a.m a partir da citação válida;
- e) A condenação da Requerida no pagamento das custas e demais despesas processuais;
- f) Quanto aos **HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS**, requer seja condenada a seguradora, de acordo com o art. 20, § 3º, ou seja, no importe de 20%, caso o direito a indenização da parte autora ultrapasse a metade do máximo indenizável, ou seja, o máximo indenizável é de R\$ 13.500,00 para invalidez permanente, se o valor da condenação for maior que isso, pugna pela aplicação do parágrafo 3º do art. 20 do CPC na condenação dos honorários. Porém, caso o valor a ser indenizada à parte autora, não ultrapasse a metade do valor máximo indenizável, o que torna pequeno o valor, requer a condenação da Requerida nos honorários advocatícios, com fundamento no parágrafo 4º do art. 20 do CPC, evitando assim honorários irrisórios e a consequente desvalorização profissional.
- g) Que o **INSTITUTO DE MEDICINA LEGAL** seja oficiado para realizar perícia na autora e fornecê-la no prazo designado por V. Exa., informando ao juízo o grau de debilidade no percentual de 0 a 100% (cem por cento);
- h) Requer a produção de todas as provas em direito admitidas, na amplitude dos artigos 369 e seguintes do NCPC, em especial as provas: documental, pericial, testemunhal e depoimento pessoal da parte ré;
- i) Que sejam as notificações e intimações realizadas **EXCLUSIVAMENTE** no nome do advogado **THAYSON CARVALHO MAURIZ, OAB – PI 12.748**, sob pena de nulidade, conforme preceitua o art. 236, § 1º do CPC;

Dá-se à presente causa o valor de R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais), apenas para fins de alçada.

Nesses Termos,

Pede Deferimento.

ISAIAS COELHO – PI, 18 de Setembro de 2019.

**THAYSON CARVALHO MAURIZ**  
**Advogado**  
**OAB/PI nº 12.748**

Rua Professor Madeira, 1760, Bloco A, Apt 101 – Horto Florestal – Teresina-PI (86) 99402-8585  
[thaysonmauriz@hotmail.com](mailto:thaysonmauriz@hotmail.com) Página 21 de 21





## DECLARAÇÃO DE POBREZA

**MARCIELA DA SILVA**, brasileira, solteira, trabalhadora rural, portadora da cédula de Identidade nº 2.858.491 SSP PI, inscrita no CPF/MF sob o nº 042.886.013-39, residente e domiciliada na Lagoa da Forquilha, Zona Rural do Município de Isaias Coelho, no Estado do Piauí, CEP. 64.570-000, infra signatário (a), declara para os devidos fins que sua atual condição econômica não permite demandar em juízo sem prejuízo do seu sustento próprio e da sua família, pelo que pede os benefícios da justiça gratuita previstos na Carta Constitucional de 1988, e mais precisamente, com fulcro no artigo 4º, caput da Lei 1.060/50 (estabelece normas para a concessão da assistência judiciária aos necessitados), consorciado com o artigo 1º da Lei 7.115 de 29 de agosto de 1983.

Isaias Coelho - PI, 18 de Setembro de 2019.

marcela da Silva

Declarante



**THAYSON CARVALHO MAURIZ**  
**ADVOGADO**

---

**PROCURAÇÃO “AD-JUDICIA” e “ET-EXTRA”**

---

OUTORGANTE: **MARCIELA DA SILVA**, brasileira, solteira, trabalhadora rural, portadora da cédula de Identidade nº 2.858.491 SSP PI, inscrita no CPF/MF sob o nº 042.886.013-39, residente e domiciliada na Lagoa da Forquilha, Zona Rural do Município de Isaias Coelho, no Estado do Piauí, CEP. 64.570-000.

OUTORGADO: **THAYSON CARVALHO MAURIZ**, brasileiro, casado, inscrito na OAB – PI, sob o nº 12.748, com escritório situado na Rua Professor Madeira, 1760, Condomínio Jardim Tropical, bloco A, Apt 101, Bairro Horto Florestal, na cidade de Teresina – PI, CEP 64.052-480, telefones (86) 99402-8585, 99989-7196. Email: [thaysonmauriz@hotmail.com](mailto:thaysonmauriz@hotmail.com)

PODERES: Pelo presente instrumento particular de mandato, o outorgante abaixo assinada, nomeia e constitui seus bastantes procuradores os outorgados acima, já devidamente qualificados, a quem confere amplos e ilimitados poderes para o foro em geral, com a cláusula “AD JUDICIA”, para em qualquer juízo, instância ou Tribunal, bem como em qualquer repartição pública, privada ou financeira, em qualquer procedimento civil, trabalhista, eleitoral ou criminal em que o (a) outorgante (s) for autor ou réu, assistente, opoente, agindo em seu nome, em conjunto ou separadamente, podendo tudo requerer, praticar, assinar, receber e dar quitação, firmar compromissos, fazer acordos, desistir, transigir, interpor todos os recursos permitidos em direito, variar de ações, agravar ou apelar de qualquer despacho ou decisão; produzir e requerer provas e justificação, opor embargos, prestar compromisso legal de inventariante e assinar o respectivo termo, fazer declarações de lei, requerer remição, adjudicação de bens, ordenarem o protesto de títulos, levantarem depósitos judiciais em nome dos outorgantes, endossar cheques, assinar recibos, representa-los em quaisquer repartições Federais, Estaduais e Municipais, Autarquias, bem como a CLÁUSULA “ET-EXTRA”, e ainda, receber citação, podendo substabelecer a quem melhor lhe convier, com ou sem reserva de poderes, de forma específica ingressar com **Ação de Cobrança do Seguro DPVAT em face da Seguradora Líder DPVAT S/A**, que tramitará na Comarca de Itainópolis - PI.

Isaias Coelho – PI, 18 de Setembro de 2019.

*marciela da Silva*

OUTORGANTE

---

Rua Professor Madeira, 1760, Bloco A, Apt 101 – Horto Florestal – Teresina-PI (86) 99402-8585  
[thaysonmauriz@hotmail.com](mailto:thaysonmauriz@hotmail.com)



**INSTITUTO NACIONAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
**Secretaria de Assistência Médica**  
**ATESTADO MÉDICO**

ATESTO, que o Segurado Maurício da Silva

Portador da Carteira Profissional Nº                     

Série                     , necessita de 90 (100 dias)  
(Por Extenso)

dias de afastamento do trabalho, a partir desta data, por motivo de  
doença.C.ID.: 582.2.

Hospital  
Hospital do Ambulatório

Terreirão 20/10/18  
Local e data

Ass. Médico CRM Nº                     

[Assinatura]  
Dr. Adilson Salgado L. S. Ribeiro  
Médico Especialista em Medicina de  
Emergência - CRM 102.116/18

NOTA: Este atestado é válido para as finalidades prevista  
no Art. 86 do RGPS, aprovado pelo decreto nº 60.501, de 14/3/67 e será  
expedido para justificativa de 1 a 15 dias de afastamento do trabalho.







Unidade de Imagens de Picos  
**UNIMAGEM**

Dr. Francisco Macêdo

Mamografia

Radiologia Geral

Densitometria Óssea

Ultra-sonografia Geral

Ultra-sonografia Tridimensional

Ultra-sonografia com Doppler Color

Ultra-sonografia Sist. Músculo-Esquelético Periférico

Nome: \_\_\_\_\_

Atafado arêles

Ata para o estudo que se trata.  
marcado de faturar repõe dor no punho  
direito com exame de imagem evidenciando  
fratura de fêmur e fíbula com sinais de  
complicação óssea. Paralisação em anquilose  
ambulatorial e protese. //

Ata - 10: 1255 / 582.2

18/12/18

Dr. Francisco Junior Cedeia Branco  
Ortopedia/Traumatologia  
CRM-PI 4504 / RCD 14195

-- Voltando a consulta queira trazer esta receita --  
< DIGA NÃO AS DROGAS >

Rua Coelho Rodrigues, 386 - Centro - CEP: 64.600-000 - Fones (89) 3422-1463 / 3422-2454 - FAX: (89) 3422-3512 - Picos - PI.







# HOSPITAL ESTADUAL JOSÉ DE MOURA FÉ

Rua José de Moura Fé, 604, Bairro Nova Cidade

Simplicio Mendes - PI - CEP: 64.700 - 000

CNPJ: 06.553.564/0019 - 67

Amar

## BOLETIM DE ATENDIMENTO URGÊNCIA/EMERGÊNCIA

DATA DO ATENDIMENTO: 11/02/18		HORA DA ENTRADA: 13:18		HORA DA SAÍDA:	
IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE					
NOME DO PACIENTE: Marcia da Silva					
DATA DE NASCIMENTO: 09/02/88		IDADE: 30 anos		SEXO: ( ) MASCULINO (X) FEMININO	
FILIAÇÃO:		PAI: Edício Silveira da Silva			
		MÃE: Alderci Maria da Silva			
ENDEREÇO: Rua da Figueira					
BAIRRO: Zona Rural		CIDADE: São Carlos do Piauí		UF: PI	
PROFISSÃO: Trabalhadora rural		ESTADO CIVIL: Solteira			
C.N.S.: 708 2066 0705 2043		NATURALIDADE: São Carlos do Piauí			
Nº DO RG: 2.858.491		Nº DO CPF: 042.886.613-39			
CERTIDÃO TIPO: ( ) NASCIMENTO ( ) CASAMENTO		CARTÓRIO:			
LIVRO:		FOLHA:		TERMO:	
				DATA DE EMISSÃO: / /	
TELEFONE PARA CONTATO: (89) 999-728689					
ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM					
13:18 hrs. Cliente deu entrada no PS Transportada por SAMU (112) unidade de S. Mendes vítima de acidente motociclistas há 2 hrs, apresentando trauma e fratura na M.I.D., repouso no local. Foi examinada pelo exame médico.					
PRESSÃO ARTERIAL: 100/70		TEMPERATURA (C°): 37°C			
PULSO: 86		RESPIRAÇÃO: 18		GLICEMIA CAPILAR: 51	
OUTROS SINAIS E SINTOMAS: Sat O <sub>2</sub> = 100%		PROFISSIONAL: Suderley Alves Cortes			
		Coren - PI 974.191 Tê			
ATENDIMENTO E PROCEDIMENTOS MÉDICOS					
HISTÓRIA CLÍNICA: Paciente vítima de acidente motociclistas há 2 hrs. com fratura fechada de fíbula e fíbula de perna direita					
HIPÓTESE DIAGNÓSTICA:		CID 10:			
PRESCRIÇÃO MÉDICA		HORÁRIO DA MEDICAÇÃO			
01. SF 0.9% 1000 ml EV Aberto		(13:40) (14:40) (15:40)			
Finger lactato 500 mg EV mgts/min					
02. Tramadol 50mg + SF 0.9% 100 ml EV		Ague 13:40			
03. Rx de perna direita		OK!			
ASSINATURA DO PACIENTE OU RESPONSÁVEL		ASSINATURA E CARIMBO DO MÉDICO			
x. adinalva Flávia da Silva		Dr. Ítalo Flávio Landim MÉDICO CRM-PI 7038			

Hospital Estadual José de Moura Fé  
Confere com o Original  
07/06/2018  
Vanderley de Moraes Costa  
Auxiliar Administrativo  
Matrícula: 04.3035-8  
Fone: 999-728689







ESTADO DO PIAUÍ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMPLÍCIO MENDES  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Benedito Reis, S/N • Bairro Nova Cidade • CEP: 64.700-000 • Simplicio Mendes - PI  
Fone: (89) 3482-1100 • CNPJ: 01.751.604/0001-32

SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU 192  
AV. FRANCISCO MOREIRA PINTO, S/N - BAIRRO SÃO FRANCISCO  
FONE: (89) 3482-1148 - SIMPLÍCIO MENDES - PI



SAMU  
192

## REGISTRO DE OCORRÊNCIAS

DATA:	11/02/2018	HORA DA CHAMADA:	12:13	REGISTRO DE HORÁRIOS	
VIATURA ACIONADA:	( ) USB (x) USA	SAÍDA DO P.A.	12:15		
NOME DO SOLICITANTE:	Ony. Carvane	CHEGADA AO LOCAL	12:45		
TELEFONE DO SOLICITANTE:		SAÍDA DO LOCAL	12:50		
NOME DO PACIENTE:	Marcelia da Silva	CHEGADA AO HOSPITAL	13:20		
SEXO: ( ) M (X) F	DATA NASCIMENTO DO PACIENTE: 09/02/88	SAÍDA DO HOSPITAL	13:24		
CARTÃO DO SUS: 708 2066 0705 2043	DOCUMENTO: RG: 2.858.491	CHEGADA AO P.A.	13:27		
LOCAL DA OCORRÊNCIA:	Hospital Joaquina -				
PONTO DE REFERÊNCIA:	Trav. Coellus				
MOTIVO DA OCORRÊNCIA:	Fratura MTD, acidente motociclístico.				
01	<input checked="" type="checkbox"/> ACIDENTE DE TRÂNSITO	06	QUEIMADURAS	11	TENTATIVA DE SUICÍDIO
02	AGRESSÃO FÍSICA	07	CHOQUE ELÉTRICO	12	OUTROS
03	URGÊNCIA PSIQUIÁTRICA	08	QUEDA	13	JÁ REMOVIDO
04	ENVENENAMENTO	09	MAL SÚBITO	14	FALSO CHAMADO
05	AFOGAMENTO	10	URG. OBSTÉTRICA	15	TRANSFERÊNCIA
AVALIAÇÃO CLÍNICA INICIAL					
NÍVEL DE CONSCIÊNCIA INICIAL		PUPILAS		FALA	
<input checked="" type="checkbox"/>	RESPONDE A COMANDO	<input checked="" type="checkbox"/>	IGUAIS	<input checked="" type="checkbox"/>	NORMAL
	RESPONDE A DOR		DESIGUAIS		CONFUSA
	SEM RESPOSTA				NENHUMA
PULSO RADIAL		SANGRAMENTO		SINAIS VITAIS	
<input checked="" type="checkbox"/>	FORTE	<input checked="" type="checkbox"/>	AUSENTE	PA. 100 X 70 mmHg - SPO2 100%	
	FRACO		MÍNIMO	PULSO 86 bpm TP. 37°C °C	
	AUSENTE		MODERADO	RESP. 19 rpm - GLIC. CAP. 91 mg/dL	
PROCEDIMENTOS REALIZADOS					
ASPIRAÇÃO OROTRAQUEAL		PRANCHA LONGA		<input checked="" type="checkbox"/>	GLICEMIA CAPILAR
OXIGÊNIO		PRANCHA CURTA			SUTURA
RCP		KED			PARTO NORMAL
CURATIVOS		COLAR CERVICAL			RETIRADA DE CORPO ESTRANHO



Assinado eletronicamente por: THAYSON CARVALHO MAURIZ - 21/10/2019 16:19:21

<https://tjpi.pje.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19102116192104100000006523217>

Número do documento: 19102116192104100000006523217





ESTADO DO PIAUÍ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMPLÍCIO MENDES  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Benedito Reis, S/N • Bairro Nova Cidade • CEP: 64.700-000 • Simplicio Mendes - PI  
Fone: (89) 3482-1100 • CNPJ: 01.751.604/0001-32

MATERIAL UTILIZADO

( )GAZE	( )EQUIPO	( )ELETRODOS	( )CÂNULA DE GUEDEL
(X)ATADURAS	( )JELCO	( )INALAÇÃO	( )DRENOS
( )SORO FISIOLÓGICO	( )SERINGAS	( )ASPIRAÇÃO	(X)FITA DE GLICEMIA
( )SORO GLICOSADO	( )ESPARADRAPO	( )TUBO ENDOTRAQUEAL	(X)ALGODÃO
(X)LANCETAS	( )OUTROS: (ESPECIFICAR)		

CONDIÇÕES DE ENTRADA NO HOSPITAL

ÓBITO

MELHORANDO	ANTES DO SOCORRO
PIORANDO	ANTES DO TRANSPORTE
(X) INALTERADO	NO TRANSPORTE

HOSPITAL DE DESTINO:

01. (X) HOSPITAL ESTADUAL JOSÉ DE MOURA FÉ (SIMPLÍCIO MENDES)
02. ( ) HOSPITAL REGIONAL DEOLINDO COUTO (OEIRAS)
03. ( ) HOSPITAL REGIONAL SEN. CÂNDIDO FERRAZ (SÃO RDO. NONATO)
04. ( ) HOSPITAL REGIONAL TIBÉRIO BARBOSA NUNES (FLORIANO)
05. ( ) HOSPITAL REGIONAL JUSTINO LUZ (PICOS)
06. ( ) HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT (TERESINA)
07. ( ) HOSPITAL GETÚLIO VARGAS - HGV (TERESINA)
08. ( ) MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA - MDER (TERESINA)
09. ( ) HOSPITAL DA POLÍCIA MILITAR GOV. DIRCEU ARCOVERDE - HPM (TERESINA)
10. ( ) \_\_\_\_\_

0001751604000132

Emmanuel de Sousa Costa

RESPONSÁVEL PELA RECEPÇÃO NO HOSPITAL

EQUIPE DE SOCORRISTAS: (X)JUSA ( )USB

MÉDICO: Dr. Jose Alves

ENFERMEIRO(S): Jessica Moura

TÉC. DE ENFERMAGEM: \_\_\_\_\_

CONDUTOR: Joseilton Alves

Enfermeira  
Nº 499.982





GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ  
HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE



## BOLETIM DE CIRURGIA

DATA: 20/1/2018  
Nº DO PRONTUÁRIO: 338460 SALA: 08  
CÓD DA CIRURGIA:

### Descrição da Cirurgia:

- ① Paciente em OPA/ Ganete OK
- ② Anestesia MIO/ Campo Estéril
- ③ Incisão antio-medial em puno  
± 15cm
- ④ Redução + fixação fratura diafrise de  
tibia com placa KCP 4,5mm  
com 09 furos e 07 parafusos
- ⑤ Controle Enxerto OK
- ⑥ Sutura 1 unidiret/ fechada Ganete  
OK / Punho OK MIO

U = Paciente tinha Exostose em puno (Fratura exposta anterior de puno)

Cirurgia: LAFI fratura diafrise de Tibia  
Cirurgião: R. Aguiar Medeiros  
1º Auxiliar:  
2º Auxiliar:  
3º Auxiliar:  
Instrumentador: R. Aguiar  
Circulante: Antonia Erilene Dias  
Técnica em Enfermagem  
COREN-PI 922.628

RESOLUÇÃO Nº 1.111/2011  
FISMA 105198193-2 / MSL 14450-9  
Código do Setor de Registro: 10019





01/03/2018

Comprovante da alta

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE TERESINA COMPROVANTE	
<b>Número do Laudo:</b> <b>52297</b> M221100001 <b>Paciente:</b> MARCIELA DA SILVA <b>Nascimento:</b> 09/02/1988	<b>Orgão Emissor:</b>
<b>Procedimento:</b> 0408050500 - TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DA DIAFISE DA TIBIA <b>CID:</b> S822 - FRATURA DA DIAFISE DA TIBIA <b>Data da Solicitação:</b> 15/02/2018 <b>Autorização:</b> 28/02/2018 12:21:23	<b>Data da</b>
<b>AIH.:</b> 2218100107950 <b>Estabelecimento Executante:</b> POLICIA MILITAR DO PIAUI	
<hr/> <i>Autorizador</i>	
<b>Operador:</b> <b>Atendimento (Data, Hora):</b> 01/03/2018 16:37:52	

Assinado eletronicamente por: THAYSON CARVALHO MAURIZ - 21/10/2019 16:19:21  
https://tjpi.pje.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19102116192134700000006523218  
Número do documento: 19102116192134700000006523218









Governo do Estado do Piauí  
Secretaria de Segurança Pública  
Delegacia Geral de Polícia Civil  
SisBO - Sistema de Boletim de Ocorrência



830 v. 1.0

## BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 172686.000072/2018-88

Complementar ao BO Nº: 172686.000070/2018-99

Unidade de Registro:

Resp. pelo Registro: Nivaldo Rodrigues De Sousa

Data/Hora: 28/09/2018 - 09:08

### DADOS DA OCORRÊNCIA

Unidade Policial Responsável

DP DE ISAIAS COELHO

Tipo Local

VIA PÚBLICA

Município

ISAIAS COELHO

Endereço

LOCALIDADE LAGOA DA FORQUILHA - ZONA RURAL DE ISAIAS COELHO/PI, Nº:

Complemento

Data/Hora

11/02/2018 - 12:00

Bairro

INFORMAR NO COMPLEMENTO

Ponto de Referência

### DADOS DOS PERSONAGENS ENVOLVIDOS

Nome: MARCIELA DA SILVA

RG: 2858491 SSP PI

Mãe: ADECI MARIA DA SILVA

Endereço: LOCALIDADE LAGOA DA FORQUILHA, Nº S/N

Complemento: ZONA RURAL

Bairro: INFORMAR NO COMPLEMENTO

Cidade: ISAIAS COELHO

Telefone(s): 89-9423-4826

Tipo Envolv.: VITIMA/Noticiante

### NATUREZA(S) DA OCORRÊNCIA

Natureza(s) da Ocorrência

1 - Lesão corporal acidental no trânsito.

### VEÍCULO(S) ENVOLVIDO(S)

Marca:	Modelo:	Ano:	Placa:	Chassi:	Renavam:	Cor:
1 - HONDA.	CG150 FAN ESDI	2014	PIB5572	9C2KC1680ER519737	01295106458	Preta
<b>Condutor:</b> MARCIELA DA SILVA RG: 2858491 Órgão: SSP UF RG: PI End: LOCALIDADE LAGOA DA FORQUILHA Número: S/N Complemento: ZONA RURAL Cidade: ISAIAS COELHO UF: PI Bairro: INFORMAR NO COMPLEMENTO <b>Proprietário:</b> MARCIELA DA SILVA End: LOC LAGOA DA FORQUILHA Número: S/N Cidade: ISAIAS COELHO UF: Bairro: INFORMAR NO COMPLEMENTO						

### RELATO DA OCORRÊNCIA

Noticiante relata que na data e hora acima mencionada, que conduzindo a motocicleta acima discriminada pela Localidade Lagoa da Forquilha, Zona Rural de Isaias Coelho/PI; QUE ao adentrar em uma curva, foi surpreendida com uma motocicleta que vinha em sentido contrário invadindo a sua mão; QUE não conseguiu desviar da motocicleta colidiu com a mesma de frente; QUE após a colisão foi arremessada para fora da pista e perdeu os sentidos; QUE do impacto sofreu FRATURA MID (TÍBIA + FIBULA) DA PERNA DIREITA; QUE foi socorrida por populares e levada até o Hospital Municipal Joaquim Marques, na cidade de Isaias Coelho/PI, em seguida para a o hospital estadual José de Moura Fé na cidade de Simplicio Mendes/PI; QUE foi transferida para o Hospital Militar do Piauí, em Teresina/PI. Era o que tinha a relatar.!!!

Nivaldo Rodrigues De Sousa - Mat. 0100293  
ESCRIVÃO DE POLÍCIA

MARCIELA DA SILVA - Noticiante  
Responsável pela Informação

Luciano Santana dos Santos  
DELEGADO DE POLÍCIA  
Mat. 318.270 - 3

Boletim de Ocorrência emitido em: 28/09/2018 09:08 - SisBO@2011-2018 AT!

Página 1/2



Assinado eletronicamente por: THAYSON CARVALHO MAURIZ - 21/10/2019 16:19:21

https://tjpi.pje.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1910211619216360000006523220

Número do documento: 1910211619216360000006523220

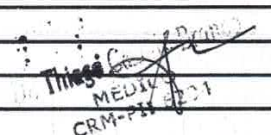
Num. 6823737 - Pág. 1







708 2066 07 05 2043

HOSPITAL MUNICIPAL JOAQUINA MARQUES		
BOLETIM DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA / EMERGÊNCIA		
IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE		
NOME DO PACIENTE Marcelle da Silva		
DATA DE NASCIMENTO 09/02/88	CNS:	SEXO MAS. <input type="checkbox"/> FEM. <input checked="" type="checkbox"/>
FILIAÇÃO		
PAI: Edécio Silvino da Silva		
MÃE: Adnei Elaine da Silva		
ENDEREÇO Borga da Farquilha		
MUNICÍPIO Iraias Pólo Piau	ESTADO	CEP 64570-000
DADOS SOBRE ATENDIMENTO		
DATA DO ATENDIMENTO 11/02/18	HORA 12:00	
MOTIVO DO ATENDIMENTO / DIAGNÓSTICO		
Paciente 30 anos, com dor em		
mãe após queda de moto.		
Ao ex. físico, nota-se dor a		
mobilização		
Nega sangria.		
 Thaysen Carvalho Mauriz MÉDICO CRM-PB 3221		



ASSINATURA DO PACIENTE OU RESPONSÁVEL	
ASSINATURA E CARIMBO DO MÉDICO ASSISTENTE	DATA 11/09/2018
OUTROS	
<input type="checkbox"/> RETIRADAS DE PONTOS	<input type="checkbox"/> SUTURA SIMPLES
<input type="checkbox"/> PEQUENA CIRURGIA	<input type="checkbox"/> RETIRADA DE CORPO ESTRANHO
<input type="checkbox"/> DRENAGEM DE ABCESSO	<input type="checkbox"/> GESSO
<input type="checkbox"/> IMOBILIZAÇÃO	<input type="checkbox"/> CONSULTA MEDICAMENTOSA
<input type="checkbox"/> PACIENTE EM OBSERVAÇÃO	
PROCEDIMENTOS REALIZADOS	
<p>1. Voltarm - 1 amp. 5m</p> <p>2. D. p. c. - 1 amp. 5m</p> <p>3. Enxame - para p. c. o.</p>	
TRATAMENTO REALIZADO	





COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ  
Av. Maranhão 759 - Centro/Sul - Teresina - PI  
CNPJ: 06.940.748/0001-89 | Ins. Estadual: 19.301.383-5  
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica - Série B-1  
Regime especial de impressão autorizado pela SEFAZ/08/98

Para contato  
conosco, informe  
esse NÚMERO!!

SEU CÓDIGO

1286786-1

Nº da Nota Fiscal 027190707

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada  
pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002

CONTA MÊS	VENCIMENTO	CONSUMO (kWh)	TOTAL A PAGAR (R\$)
SETEMBRO/2019	19-09-2019	61	61,40

MARIELA DA SILVA  
LC LAGOA DA FORQUILHA S B-RURAL  
CPF: 00004288601339  
CEP: 64.570-000 - ISAIAS COELHO

ROT: 61.783.32.83.011800

DADOS DA LEITURA		DADOS DA LEITURA	
Atual:	2061	Atual:	13/09/2019
Anterior:	2000	Anterior:	15-08-2019
Constante de Multiplicação:		Próxima Leitura:	14-10-2019
Consumo Medido:	61	Emissão:	11-09-2019
Consumo Faturado:	61	Apresentação:	13-09-2019
Forma de Faturamento:	NORMAL	Diária de Consumo:	29

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA				
Classe/Subclasse:	Ligação	Número Medidor	Posto	Código Fec. Média 12 meses
RESIDENCIAL	MONO	A1897114		1.1.1.1 69

HISTÓRICO kWh		DESCRIÇÃO DA CONTA	
Mês/ano consumo			
AGO/19	65	CONSUMO 61 A R\$ 0,912203 =	55,64
JUL/19	70	CONTR. ILUMINACAO PUB. (COSIP)	1,99
JUN/19	67	CORRECAO MONETARIA IGPM (2X)	0,56
MAI/19	72	MULTA POR ATRASO (2X)	2,35
ABR/19	68	JUROS POR ATRASO (2X)	0,86
MAR/19	64	ADICIONAL BANDEIRA VERMELHA -	2,43
FEV/19	73		
JAN/19	63		
DEZ/18	72		
NOV/18	75		
TARIFA SEM TRIBUTOS: 0 A 61 - 0,655310			

### NOTIFICAÇÃO DE REAVISO DE VENCIMENTO / MENSAGEM

LIGUE 0800 086 0800 E FAÇA OPÇÃO VENCIMENTO 1 5 10 15 20 25  
Parabéns! Até o dia 11-09-2019, não constatamos faturas vencidas  
nessa Unidade Consumidora.

Você pode evitar multas (atraso de vencimento da sua fatura por dias 1, 5, 10, 15, 20 ou 25, entre em contato por meio das opções cadastradas de atendimento).

#### RESERVADO AO FISCO

COMPOSIÇÃO DA CONTA - R\$		IMPOSTOS/TRIBUTOS - R\$	
Distribuição:	11,70	Base de Cálculo:	55,64
Energia:	22,59	Alíquota ICMS:	22,00%
Transmissão:	3,82	Valor do ICMS:	12,24
Encargos:	1,87	Valor do PIS:	0,61
Tributos:	15,66	Valor do COFINS:	2,81

INDICADORES DE CONTINUIDADE								
	DIC			FIC			DMC	
	Mensal	Trimestral	Anual	Mensal	Trimestral	Anual	Mensal	Mensal
Índice	6,87	13,74	27,48	3,80	7,60	15,20	3,97	
Índice	0,00			0,00			0,00	
Conjuntos	SIMPLICIO MENDES						Período de quitação:	07/2019

ROT: 61.783.32.83.011800



SEU CÓDIGO

1286786-1

MÊS FATURADO

09/2019

Nº da Nota Fiscal:

027190707

TOTAL A PAGAR - R\$

61,40

VENCIMENTO

19-09-2019

83650000000 2 61400017000 9 00000001286 4 78610919008 6

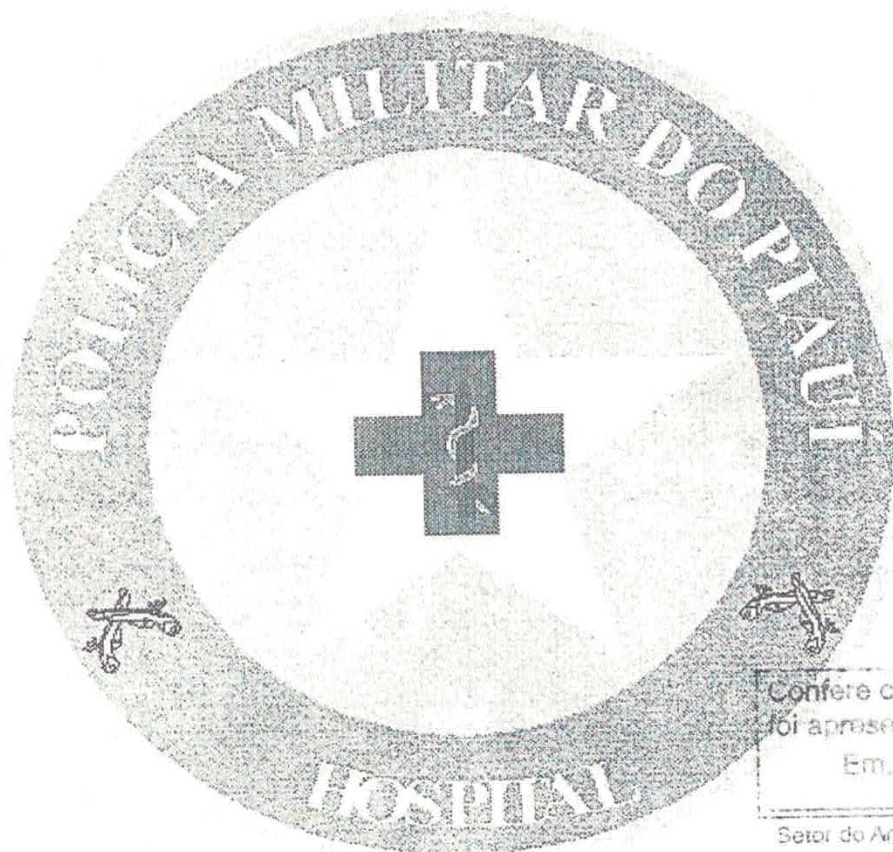


SEQ.: 00001 UC: 1286786-1 DT.LEIT.: 13/09/2019 T.ENTR.: 01  
LEITURA: 2061 NORMAL TOTAL: 61,40 CARGA: 001  
DT.VENC.: 19-09-2019 IRREG.: 000 COLETOR: 8113





GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ  
HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE  
SETOR DE ARQUIVO TÉCNICO



Confere com o(a) original que  
foi apresentado(a) e dou fe.  
Em, 30/07/18.

Setor de Arquivo Técnico do Hospital  
Luís Henrique Vasconcelos Reis 1º TEN PM  
Chefe do Arquivo Técnico do HPM PI  
RG: 105198193-2 Mat. 14495-9

NOME DO PACIENTE: marcelo de silva

NÚMERO DO PRONTUÁRIO: 338460/18

Obs: Não fornecemos 2ª via.

HPM - "Humanizando e Cuidando Bem de Sua Saúde."

**Piauí**  
GOVERNO DO  
DESENVOLVIMENTO

HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE - HPMPi  
Av. Higino Cunha, Nº 1642 - Bairro Ilhotas - Teresina-PI  
CEP 64.014-220  
Fones: (86) 3216-1520/3216 1528

**Saúde**  
Secretaria de Estado





<b>LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE INTERNAÇÃO/AUTORIZAÇÃO HOSPITALAR</b>	<b>Nº LAUDO: 52297</b>
	<b>AIH: 2218100107950</b>

### IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

<b>ESTABELECIMENTO SOLICITANTE</b> HOSPITAL DA POLICIA MILITAR DIRCEU ARCOVERDE - HPM	<b>CNES</b> 2323451
<b>ESTABELECIMENTO EXECUTANTE</b> HOSPITAL DA POLICIA MILITAR DIRCEU ARCOVERDE - HPM	<b>CNES</b> 2323451

### IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

<b>CARTÃO SUS</b> 708206607052043	<b>NOME DO PACIENTE</b> MARIELA DA SILVA	<b>NASCIMENTO</b> 09/02/1988	<b>SEXO</b> F	<b>PRONTUÁRIO</b> 338460
<b>DOCUMENTO</b> 2858491	<b>CPF</b> 8994416688	<b>NOME DA MÃE</b> ADERCI MARIA DA SILVA	<b>RESPONSÁVEL</b> SOCORRO MARIA DA SILVA	
<b>CEP</b> 64270000	<b>ENDEREÇO - LOGRADOURO</b>			<b>NÚMERO / LOTE</b> 00
<b>BAIRRO</b> 1 DISTRITO	<b>COMPLEMENTO</b> LOC LAGOA FUGUILHA	<b>MUNICÍPIO</b> ISAIAS COELHO	<b>UF</b> PI	

### LAUDO TÉCNICO E JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

#### PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS

PACIENTE VITIMA DE QUEDA, APRESENTA FRATURA MID (TÍBIA + FIBULA)

#### CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO

TRATAMENTO CIRÚRGICO

#### PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNOSTICAS (RESULTADO DOS EXAMES REALIZADOS)

EXAME FÍSICO

#### INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

<b>CID 10 PRINCIPAL / DIAGNÓSTICO INICIAL</b> S822 - FRATURA DA DIAFISE DA TÍBIA	<b>CID 10 SECUNDÁRIO</b>	<b>CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS</b>
---	--------------------------	---------------------------------

### PROCEDIMENTO SOLICITADO

#### COD/DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO

0408050500 - TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DA DIAFISE DA TÍBIA

<b>LEITO/CLÍNICA</b> ORTOPEDIATRAUMATOLOGIA (FEMININO)	<b>PROFISSIONAL SOLICITANTE (ASSINATURA/CARIMBO(Nº DO CONSELHO))</b> EDMAR DE SOUZA LIMA JUNIOR CPF: 65265386491
<b>CARÁTER</b> URGENCIA	<b>DATA SOLICITAÇÃO</b> 15/02/2018
<b>DATA ADMISSÃO</b> 15/02/2018 20:00	<b>DATA ALTA</b> 21/02/2018 11:51
<b>MOTIVO ALTA</b> MELHORADO	

### CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIA)

<b>TIPO ACIDENTE</b>	<b>CNPJ SEGURADORA</b>	<b>Nº DO BILHETE</b>	<b>SÉRIE</b>	<b>CNPJ DA EMPRESA</b>	<b>CNAE EMPRESA</b>	<b>CBOR</b>	<b>NATUREZA DA LESÃO</b>
----------------------	------------------------	----------------------	--------------	------------------------	---------------------	-------------	--------------------------

### AUTORIZAÇÃO

#### JUSTIFICATIVA DA "NÃO" AUTORIZAÇÃO

<b>PROFISSIONAL AUTORIZADOR (ASSINATURA E CARIMBO(Nº DO CONSELHO))</b> MARCOS GONCALVES NUNES DE MORAIS CPF: 22063010653	<b>NOME DO PROFISSIONAL / PARECER CONTROLE AVALIAÇÃO / AUDITORIA</b> CPF: CRM: DATA ANÁLISE:
--	---

ASSINATURA DO PACIENTE OU RESPONSÁVEL:

Assinado eletronicamente por: THAYSON CARVALHO MAURIZ - 21/10/2019 16:19:25  
NºPM 105198193-2 / Assin. 14443-9  
Chefe do Setor de Análise Técnica





# LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR



Nº. da Autorização de Internação Hospitalar (AIH)

Identificação do Estabelecimento de Saúde

1 - Nome do estabelecimento solicitante:

HOSPITAL POLICIA MILITAR DIRCEUARCOVERDE

2 - CNES

2323451

Atendimento

3 - Nome do estabelecimento executante:

HOSPITAL POLICIA MILITAR DIRCEUARCOVERDE

4 - CNES

2323451

574640

## Identificação do Paciente

5 - Nome: MARCIELA DA SILVA

6 - Prontuário: 338460

7 - CNS: 706206607062043

8 - Nascimento: 09/02/1988

9 - Sexo: F

CPF:

11 - Mãe: ALDERCI MARIA DA SILVA

12 - Fone: 89-9.4416688

13 - Resp: SOCORRO MARIA DA SILVA

14 - Cor: PARDA

15 - Endor: LOCALIDADE LAGOA DA FUGUILHA 0

ZONA RURAL

19 - CEP: 64570-000

16 - Munic: ISAIAS COELHO

17 - Cod. IBGE: 220490

18 - UF: PI

RG: 28584-91

## Justificativa da Internação

20 - Principais Sinais e Sintomas Clínicos:

Trauma na perna (D) há  
10 dias. Dor + incapacidade.

21 - Condições que justificam a internação:

+ tratamento cirúrgico

22 - Principais Resultados de Provas Diagnósticas (Resultado de Exames Realizados)

Rx

23 - Diagnóstico Inicial:

24 - Cid Princ.:

25 - Cid Sec.:

26 - Cid C.Ass.:

Fratura distal da tíbia - fíbula (D) S.P. 2

## Procedimento Solicitado

28 - Cod. Proced. 27 - Procedimento Solicitado:

0908050500

Tempo SUS

29 - Clínica:

30 - Caracter.:

Ident.:

31 - Documento:

32 Doc. Med. Solic.

POSIC II

01

1

CPF

65265396491

33 - Nome Profissional / Assistente

34 - Data de Solicitação:

EDMAR DE SOUZA LIMA JUNIOR

16/02/2018

35 - Ass. Carimb. Med. Solicitante

## Preencher em caso de Causas Externas (Acidentes ou Violências)

36 - ( ) Acidente de Trânsito.

38 - CNPJ Seguradora:

42 - N°. Bilhete.

41 - Série

37 - ( ) Acidente de Trabalho Típico.

40 - CNPJ Empresa:

43 - CNAE, Empresa

44 - CBOR.

39 - ( ) Acidente de Trabalho Trajeto.

45 - Vínculo com a Previdência. ( ) Empregado

( ) Empregador

( ) Autônomo

( ) Desempregado

( ) Aposentado

( ) Não Segurado.

## Autorização

46 - Nome do Profissional Autorizador

47 - Data Autorização.

48 - Documento

49 - Num. Documento

MAKUS BENEFÍCIO MORAES  
Assessor de auditoria - DRCA/SMS  
CRM - PI: 974. CPF: 220.030.106-53  
CNS: 203833971240003

Ass. Carimb. Med. Solicitante  
RPM 105198193-2 / Ass. 1445-9  
Código do Serviço de Saúde: 3327-160 Ass. Carimb. (RG) Carimb.

51 - Assinatura Paciente ou Responsável.

Usuário: LUCIA SILVA  
Consulta Local:  
Consulta SUS: 2018021417585  
Impressão: 20/13:44



Assinado eletronicamente por: THAYSON CARVALHO MAURIZ - 21/10/2019 16:19:25

<https://tjpi.pje.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19102116192350700000006523231>

Número do documento: 19102116192350700000006523231





# LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR



Nº. da Autorização de Internação Hospitalar (AIH)

## Identificação do Estabelecimento de Saúde

1 - Nome do estabelecimento solicitante:	2 - CNES	Atendimento 574640
HOSPITAL POLICIA MILITAR DIRCEUARCOVERDE	2323451	
3 - Nome do estabelecimento executante:	4 - CNES	
HOSPITAL POLICIA MILITAR DIRCEUARCOVERDE	2323451	

## Identificação do Paciente

5 - Nome:	MARCIELA DA SILVA	6 - Prontuário:	338460
7 - CNS:	706206607052043	8 - Nascimento:	09/02/1988
9 - Sexo:	F	CPF:	
11 - Mãe:	ALDERCI MARIA DA SILVA	12 - Fone:	89-9.4416688
13 - Resp:	SOCORRO MARIA DA SILVA	14 - Cor:	PARDA
15 - Endere:	LOCALIDADE LAGOA DA FUGUILHA 0	19 - CEP:	64570-000
16 - Munic:	ISAIAS COELHO	17 - Cod. IBGE:	220490
18 - UF:	PI	RG:	28584-91

## Justificativa da Internação

20 - Principais Sinais e Sintomas Clínicos:

21 - Condições que justificam a internação:

22 - Principais Resultados de Provas Diagnósticas (Resultado de Exames Realizados)

23 - Diagnóstico Inicial: 24 - Cid Princ.: 25 - Cid Sec.: 26 - Cid C.Ass.:

## Procedimento Solicitado

28 - Cod. Proced.	27 - Procedimento Solicitado:	Tempo SUS
29 - Clínica:	30 - Carater:	IdentL:
POSTO II	01	1
31 - Documento:	32 - Doc. Med. Solic.	
CPF	65265386491	
33 - Nome Profissional / Assistente	34 - Data de Solicitação:	
EDMAR DE SOUZA LIMA JUNIOR	15/02/2018	
		35 - Ass. Carimb. Med. Solicitante

## Preencher em caso de Causas Externas (Acidentes ou Violências)

36 - ( ) Acidente de Trânsito.	38 - CNPJ Seguradora:	42 - Nº. Biliete.	41 - Serie
37 - ( ) Acidente de Trabalho Típico.	40 - CNPJ Empresa:	43 - CNAE, Empresa	44 - CEOR
39 - ( ) Acidente de Trabalho Trajetado.			

45 - Vínculo com a Previdência. ( ) Empregado ( ) Empregador ( ) Autônomo ( ) Desempregado ( ) Aposentado ( ) Não Segurado.

## Autorização

46 - Nome do Profissional Autorizador	47 - Data Autorização.	
48 - Documento	49 - Num. Documento	
		50 - Ass. Carimb. RG Constatat
51 - Assinatura Paciente ou Responsável.		
52 - Assinatura Profissional Autorizador.		
		Usuário: LUCIA SILVA
		Consulta Inicial:
		Consulta SUS: 201802147884
		Impressão: 20:13:44





Polícia Militar do Piauí  
HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE



FOLHA DE INTERNAÇÃO

INTERNOU-SE NO HOSPITAL		FICHA DE PRONTUÁRIO		15/02/2016	
SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>		Nome: MARCIELA DA SILVA		Pront.: 338460	
IDEM OUTROS HOSPITAIS		Nasc.: 09/02/1988 Sexo: F		Convênio: SUS - INTERNACAO	
SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>		Atendimento: 574640		Enfermaria: POSTO II	
CLÍNICA		Pai:		ENF 208 LEITO	
Médico Assistente		Mãe: ALDERCI MARIA DA SILVA		Leito: 208	
Permanência		RG: 2858491			
CLÍNICA		Residência:			
		LOCALIDADE LAGOA DA FUGUILHA		Bairro: ZONA RURAL	
		Nº: 0		Cidade: ISAIAS COELHO	
		Cep: 64570000		Telefone: 89 - 94416688	

Histórico Clínico, Registro das Palavras do Doente e Todos os Achados de Exames a Que Foi Submetido.

Tranquila a 10 dias em casa @.  
por + a frequência.

Luiz Henrique dos Santos Neto - T.T. 1  
LEGPM 105198193-2 / Matr. 14495-9  
Chefe do Setor de Análise Técnica

DIAGNÓSTICO

Provisório: F. T. de fratura Tibia - Fibula @.	CID: 574640
Principal: Fratura	CID: 574640
Procedimento: R. F. de fratura Tibia - Fibula @.	
Sintomas e Sinais Principais: Fr. de fratura Tibia - Fibula @.	Causa Médica: Trauma
	Histo - Patológico: ---

TRATAMENTO

Tipos:	Terapêutica Médica	Operação	Eficácia
<input type="checkbox"/> Nenhuma	Cirurgia	F. T. de fratura	<input type="checkbox"/> Nenhuma
<input type="checkbox"/> Médico			<input type="checkbox"/> Médico
<input type="checkbox"/> Cirurgia			<input type="checkbox"/> Cirurgia
<input checked="" type="checkbox"/> Médico Cirúrgico			<input checked="" type="checkbox"/> Médico Cirúrgico

DURAÇÃO

Data/Hora de Internação: 15/02/2016 20:32:40	Data da Alta: 15/02/2016	Data da Hospitalização: 15/02/2016
--	--------------------------	------------------------------------

ALTA

Saída		Transferência	Óbito
<input type="checkbox"/> Curado	<input type="checkbox"/> Divisão Médica	<input type="checkbox"/> Fisiologia	<input type="checkbox"/> Ocorrido nas primeiras 48 horas em estado agônico ou pré-agônico
<input checked="" type="checkbox"/> Melhorado	<input type="checkbox"/> Por indisposição	<input type="checkbox"/> Psiquiatria	<input type="checkbox"/> Ocorrido nas primeiras 48 horas sem apresentar estado agônico ou pré-agônico
<input type="checkbox"/> Inalterado	<input type="checkbox"/> Evasão	<input type="checkbox"/> Outros	<input type="checkbox"/> Ocorrido nas primeiras 48 horas de internação
<input type="checkbox"/> A Pedido	<input type="checkbox"/> P. Ambulatorio		
<input type="checkbox"/> Internação p/ Diagnóstico			

THE 76402111

Assinatura:

"Humanizando e Cuidando Bem da Sua Saúde"

Av. Higino Cunha, 1642 - Fone (86) 3216-1250 - Fax (86) 3216-1520  
CEP: 64014-000 - Teresina - PI - CNPJ: 07.444.159/0002-25 - CMC: 035.372-8







**POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ**  
**HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE**

"Humanizando e Cuidando Bem de Sua Saúde"

PEDIDO: 88005  
PACIENTE: MARCIELA DA SILVA  
NOME DA MÃE: ALDERCI MARIA DA SILVA  
DATA DO NASCIMENTO: 09/02/1988  
MÉDICO SOLICITANTE: CRM  
DATA DA REALIZAÇÃO: 16/02/2018  
DATA DO LAUDO: 20/02/2018  
CONVÊNIO: SUS - INTERNACAO

**RADIOGRAFIA DA PERNA DIREITA EM DUAS INCIDÊNCIAS**

**Achados:**

Fraturas cominutivas localizadas nas diáfises médias da tíbia e fíbula, associadas a aumento do volume e da densidade das partes moles adjacentes.

**IMPRESSÃO DIAGNÓSTICA:**

Fraturas cominutivas localizadas nas diáfises médias da tíbia e fíbula, associadas a aumento do volume e da densidade das partes moles adjacentes.

Dr. Liege Ribeiro Soares de Sampaio  
RPM 105173103-2 / ANL 14430-0  
Diretor do Setor de Imagem Radiológica

  
Dr. Liege de Sampaio  
Médica  
CRM-Pi: 4173

**LIEGE RIBEIRO SOARES DE SAMPAIO**  
CRM: 4173

Av. Higino Cunha, 1642 – Ilhotas – Teresina/PI  
CEP 64014-220 – CNPJ 07.444.159/0002-25

Telefone: (86) 3227-6265  
Fax (86) 3216-1520

